



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

ANO LXIV - N° 148 - SÁBADO, 26 DE SETEMBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

---

**MESA DO SENADO FEDERAL**

**PRESIDENTE**  
José Sarney - (PMDB-AP)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Marconi Perillo - (PSDB-GO)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Serys Shessarenko - (PT-MT)  
**1º SECRETÁRIO**  
Heráclito Fortes - (DEM-PI)  
**2º SECRETÁRIO**  
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

**3º SECRETÁRIO**  
Mão Santa- (PMDB-PI)  
**4º SECRETÁRIO**  
Patrícia Saboya - (PDT-CE)  
**Suplentes de Secretário**  
1º - César Borges - (PR-BA)  
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)  
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)  
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

**LIDERANÇAS**

<p><b>Maoria (PMDB/PP) - 18</b> <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior ..... <b>Líder do PMDB - 17</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha<sup>4</sup> Neuto De Conto <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b></p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19</b> <b>Líder</b> <b>Aloizio Mercadante - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... <b>Líder do PT - 11</b> <b>Aloizio Mercadante</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns<sup>3</sup> <b>Líder do PR - 3</b> <b>João Ribeiro</b> Vice-Líder do PR Expedito Júnior<sup>5</sup> <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Antônio Carlos Valadares</b> <b>Líder do PRB - 2</b> <b>Marcelo Crivella</b> <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b></p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 26</b> <b>Líder</b> <b>Raimundo Colombo - DEM<sup>1</sup></b> Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana ..... <b>Líder do DEM - 13</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líderes do DEM Jayme Campos<sup>2</sup> Antônio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes <b>Líder do PSDB - 13</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>
<p><b>PTB - 8</b> <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p>	<p><b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b></p>	<p><b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p>
<p><b>PDT - 5</b> <b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b></p>	<p><b>PV - 1</b> <b>Líder</b> <b>Marina Silva - PV</b></p>	

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.

3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009.

4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

5. Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 23 de setembro de 2009.

**EXPEDIENTE**

<p><b>Haroldo Feitosa Tajra</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### 1 – ATA DA 166ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE SETEMBRO DE 2009

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 256, de 2005; e 220, de 2008.....

47551

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004.....

47551

##### 1.2.2 – Parecer

Nº 1.622, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera a redação do artigo 2.039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil*.....

47552

##### 1.2.3 – Comunicação

Do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, com as Emendas nº 1 a 3-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2003. (**Ofício nº 282/2009, de 16 do corrente**).....

47575

##### 1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2003, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. ....

47575

##### 1.2.5 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 183, de 2009 (nº 3.885/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, com sede em São Paulo, e dá outras providências*.....

47575

##### 1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 183, de 2009, onde será apreciado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. ....

47587

Arquivamento dos Requerimentos nºs 1.635, de 2008; e 17, de 2009, tendo em vista a realização de sessão solene do Congresso Nacional em comemoração ao centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, realizada no dia 23 do corrente. ....

47587

##### 1.2.7 – Mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal

Nº 190, de 2009 (nº 12/2009, na origem), encaminhando relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril, e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às denúncias judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde. ....

47587

##### 1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI – Considerações sobre a questão de fronteiras, a integração regional do Brasil com os países vizinhos, e registro de correspondência entregue pelo Dr. Roberto Campos Ortiz, parlamentar paraguaio, preocupado com a situação dos brasiguaios. Referência ao Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2008, de autoria de S. Ex<sup>a</sup>, que “Institui o Estatuto de Fronteira para os municípios de linha de fronteira e cidades-gêmeas localizados na Faixa de Fronteira do Brasil, e dá outras providências.” ....

47590

SENADOR MÁRIO COUTO – Manifestação contrária à intenção do governo federal de criar a Contribuição Social para a Saúde-CSS e de taxar os rendimentos da caderneta de poupança. ....

47597

SENADOR MÃO SANTA – Comentários sobre a alternância do poder e a respeito da notícia recebida por e-mail do Portal 180 Graus, intitulada “Sessenta mil famílias sem água no Estado do Piauí.” ....

47600

SENADOR PEDRO SIMON – Apelo à Mesa do Senado no sentido de que recue da decisão de permitir que funcionários da Casa trabalhem nos Estados em escritórios de apoio de Senadores. Lamento pela situação atual do PMDB. Registro da realização, ontem, de reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania destinada a apreciar projetos que envolvem a possibilidade de

revogação do mandato eletivo individual ou coletivo mediante iniciativa popular. ....	47606
SENADOR OSVALDO SOBRINHO – Análise de temas tratados em reunião, hoje, com a presença de vários Ministros e outras autoridades, referentes à Copa do Mundo de 2014. ....	47613
<b>1.2.9 – Discurso encaminhado à publicação</b>	
SENADOR GERSON CAMATA – Esclarecimento sobre alguns pontos equivocados em certas análises, feitas com o propósito explícito de lançar dúvidas a respeito do acordo aprovado pela Câmara dos Deputados, entre a República Federativa do Brasil e o Vaticano, que em nada fere a Constituição, nem atenta contra a liberdade religiosa ou o conceito do Estado laico. ....	47619
1.3 – ENCERRAMENTO	
<b><u>SENADO FEDERAL</u></b>	
<b>2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b>	
<b>3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>	
<b>4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b>	
<b>5 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES</b>	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	
CE – Comissão de Educação	
CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
<b>6 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b>
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)
<b><u>CONGRESSO NACIONAL</u></b>
<b>7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b>
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)
Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência –CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

# Ata da 166<sup>a</sup> Sessão Não Deliberativa, em 25 de Setembro de 2009

## 3<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 53<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência dos Srs. Mão Santa, Mário Couto e Gilberto Goellner.*

*(Inicia-se a Sessão às 9 Horas e 16 Minutos e Encerra-se às 12 Horas e 34 Minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Esta é a 166<sup>a</sup> sessão não deliberativa da 3<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 53<sup>a</sup> Legislatura.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2005**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *disciplina o uso de equipamentos pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2008**, de autoria do Senador Romero Jucá, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tornar crime a falsificação, adulteração ou*

*fabricação de cigarro em desacordo com a legislação sanitária.*

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004**, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação a distância.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

## **PARECER Nº 1.622, DE 2009**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que “altera a redação do artigo 2.039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil”.

**RELATOR: Senador MARCO MACIEL**

### **I – RELATÓRIO**

Esta Comissão examina, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 536, de 2003, de autoria do eminente Senador Demóstenes Torres.

O art. 1º da proposição destina-se a alterar o art. 2.039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estender os efeitos do § 2º do art. 1.639, ali encartado – que trata da possibilidade de alteração do regime de bens na constância do casamento –, às uniões matrimoniais celebradas na vigência do Código Civil de 1916.

O art. 2º determina a entrada em vigor da norma “na data de sua publicação”.

Na justificação, o ilustre autor da matéria aduz que, não obstante o Código Civil em vigor tenha incorporado significativa inovação, consistente na possibilidade de “os cônjuges alterarem, em pedido motivado de ambos e apurada a procedência das razões invocadas, bem como ressalvados os direitos de terceiros, o regime de bens”, os matrimônios celebrados antes de sua vigência permanecem, por força do disposto no art. 2.039 codificado, constante do Livro Complementar – Das Disposições Finais e Transitórias, sob a disciplina do Código vetusto, portanto excluídos do novel benefício legal.

Afirma, a esse respeito, que “excluir os que se casaram na vigência do Código Civil revogado dessa possibilidade é medida insensata e injusta”, havendo, mesmo, “casos absurdos” de casamentos realizados no dia 10 de janeiro de 2003, cujos cônjuges não podem convolar o regime patrimonial eleito, diferentemente do que sucede com as uniões encetadas no dia seguinte, “simplesmente porque o novo Código Civil já estava em vigor”.

Finalmente, registra que a vertente proposta busca “corrigir essa distorção”, contribuindo, ademais, para a preservação das famílias, cuja existência se acha, não raras vezes, ameaçada por uma questão econômica, decorrente da equivocada escolha do regime de bens.

Neste colegiado, a matéria foi inicialmente distribuída ao saudoso Senador Jefferson Peres, que apresentou minuta de relatório cujo teor recuperamos, em grande medida, no presente parecer.

Por força do Requerimento nº 512, de 2009, a proposição, voltou a tramitar autonomamente, não tendo recebido emendas.

## II – ANÁLISE

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2003, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do que dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 do Texto Constitucional.

No que concerne à juridicidade e à constitucionalidade material, a medida se afigura irretocável.

Com efeito, o benefício da mutabilidade do regime de bens, entre nós inaugurado pelo art. 1.639, § 2º, do Código Civil de 2002, deve ser estendido, ressalvadas as exceções legais, a todos os casamentos, não importando a data da celebração, sem que disso decorra vulneração ao ato jurídico perfeito, em face da continuidade dos efeitos do pacto antenupcial – negócio de trato tipicamente sucessivo.

Impõe-se, pois, seja alterada a redação do art. 2.039 do Código vigente, de modo a impedir, em observância ao princípio da isonomia, a diferenciação entre matrimônios fundada, simplesmente, na data de sua realização, e a expurgar do ordenamento civil interpretações incompatíveis com o texto constitucional.

Quanto à técnica legislativa, entretanto, observamos a necessidade de se adequar o projeto aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”.

Sugerimos, no particular, a alteração da ementa da proposta, para conferir-lhe, mediante a substituição do sintagma “que instituiu” pelo sinal gráfico correspondente aos “parênteses”, a concisão exigida pelo rigor da técnica legislativa, bem como para que se incorpore ao respectivo texto o objeto da inovação vislumbrada, por intermédio da adição da sentença “para estender aos casamentos celebrados na vigência da Lei nº

**3.071, de 1º de janeiro de 1916, a possibilidade de alteração do regime de bens”.**

Deve ser retificada, também, a redação do art. 1º do Projeto, acrescendo-se o ano de publicação da “Lei nº 10.406” e substituindo-se a locução “passa a ter” pela já consagrada “passa a vigorar”.

Cumpre apontar, ainda, a necessidade de eliminação, na redação do art. 2.039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, de que cuida o art. 1º da proposição, do sinal de pontuação “vírgula”, indevidamente colocado após o numeral ordinal “2º”. Convém ajustar, ainda, a cláusula final desse dispositivo, uma vez que a pretensão legislativa consiste na instituição de uma faculdade aos cidadãos, e não na modificação dos efeitos de determinada hipótese legal.

Destacamos, finalmente, a impropriedade concernente à grafia do vocábulo “Lei” com a inicial minúscula, no art. 2º do PLS.

No mérito, reputamos louvável a iniciativa do nobre Senador Demóstenes Torres. Realmente, a possibilidade de alteração do regime de bens do casamento, importante novidade introduzida no ordenamento jurídico pelo art. 1.639, § 2º, do Código Civil de 2002, não pode ficar adstrita apenas aos enlaces matrimoniais havidos após sua vigência, dada a 10 de janeiro de 2003, pena de se vulnerar, irremediavelmente, o princípio da isonomia.

Essa, aliás, a opinião esposada pela melhor doutrina, que vem entendendo, inclusive, que a prerrogativa da alteração do regime patrimonial alcança os casamentos celebrados sob a égide da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil de 1916), referindo-se o atual art. 2.039, tão-somente, às espécies de regimes de bens para efeito de partilha do patrimônio do casal.

De fato, mesmo doutrinadores que não vêem com estima a modificabilidade do regime de bens admitem, na sistemática vigente, sua aplicação aos casamentos antigos. É o caso da professora Maria Helena Diniz, que pondera (Comentários ao Código Civil, v. 22, p. 320):

Nada obsta a que se aplique o art. 1.639, § 2º, do novo Código Civil, excepcionalmente, se o magistrado assim o entender, aplicando o art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, para sanar lacuna axiológica que, provavelmente, se instauraria por gerar uma situação em que se teria a não correspondência da norma do Código Civil de 1916 com os valores vigentes na sociedade, acarretando injustiça.

Na verdade, a proibição do expediente em comento (alteração da disciplina dos bens) nunca foi compreendida por expressiva parcela da comunidade jurídica nacional, mesmo sob a regência do estatuto anterior.

Com efeito, desde a década de 80, o saudoso Orlando Gomes perquiria as razões que teriam conduzido o legislador de 1916 a traçar a regra da imutabilidade do regime patrimonial do casamento, e, principalmente, se tais razões ainda subsistiriam, a justificar a manutenção da regra. O grande jurista baiano não escondia sua estranheza quanto ao assunto, questionando o fato de poderem os nubentes, livremente, escolher o regime de bens, antes das núpcias, mas não poderem reenquadrá-lo, quando e se fosse conveniente ao casamento, respeitados, obviamente, os direitos de terceiros.

Tanta liberdade numa fase e uma proibição peremptória no momento imediatamente seguinte, "em nome de quais princípios, de quais valores ou de qual segurança, nunca se saberá bem" (O novo direito de família, p. 19-20).

A esse respeito, é provável que a orientação pretérita decorresse do receio legislativo de que o cônjuge considerado mais frágil na relação matrimonial – a mulher, para fugir do circunlóquio – fosse enganado pelo outro. Ou, ainda, que a alteração camuflasse simulações ou fraudes contra credores, desativando o patrimônio responsável pelo cumprimento de obrigações mediante um expediente doloso, a que se poderia prestar a mutação do regime de bens.

Nesse sentido, razão parece assistir a Silvio de Salvo Venosa (Direito Civil: Direito de Família, vol V, p. 150), quando argúi que a proteção do legislador de antanho corria em favor da mulher casada do século XIX, havida como dotada de menor experiência no trato das riquezas econômicas do casamento, quase sempre administradas pelo marido.

Rolf Madaleno, no particular, discorrendo sobre a norma encartada no art. 2.039 do Código Civil – que se pretende modificar –, assere, com acerto, que, hoje, considerada a igualdade dos cônjuges e dos sexos consagrada pela Constituição Federal de 1988, bem como a absoluta identidade de discernimento entre homens e mulheres, seria inconsistente a manutenção de dispositivo legal cujo fundamento residisse, meramente, no menor tirocínio mental, *a priori*, de um dos cônjuges (Regime de bens entre os cônjuges. In: Direito de Família e o novo Código Civil, 2001).

Há de se considerar, pois, anacrônica a vedação de alteração do regime de bens meramente por ter sido o casamento celebrado sob o pálio do Código revogado.

Registre-se, em prol da extensão dos efeitos do art. 2.039 do atual Código Civil aos casamentos realizados antes de sua vigência, que o ordenamento jurídico brasileiro admite, desde 1977, uma especialíssima hipótese de reenquadramento do regime de bens da relação matrimonial, ensimesmada no § 5º do art. 7º da Lei de Introdução ao Código Civil, com a redação que lhe foi atribuída pela Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, conhecida como Lei do Divórcio. Esse dispositivo autoriza o estrangeiro que adquirir a nacionalidade brasileira, e sendo ele casado sob regime de bens que se diferencie da comunhão parcial, a requerer a adoção deste último no momento da entrega do decreto de naturalização, mediante expressa autorização do outro cônjuge.

Vale anotar, em adição, que a possibilidade de rearranjo do regime de bens constitui a tendência da moderna legislação de outros países, consoante anota Zeno Veloso, citando os exemplos da Bélgica, da Itália, da Holanda, da Espanha e da França (Regime matrimonial de bens. In: Direito de Família contemporâneo, p. 92).

Obviamente, para o deferimento da conversão do regime patrimonial de casamentos anteriores ao Código Civil em vigor haverão de se respeitar as mesmas regras que disciplinam as alterações relativas a casamentos celebrados após 11 de janeiro de 2003 (vigência do Código Civil de 2002).

Com efeito, até mesmo os partidários do benefício legal em apreço sempre recomendaram que todas as medidas de segurança e preservação de direitos de terceiros – principalmente – fossem adotadas. Conforme Rolf Madaleno, na obra citada, Orlando Gomes aconselhava que a mudança da disciplina ficasse subordinada ao requerimento de ambos os contraentes, à justificação da sua pretensão, à verificação, pelo juiz, da plausibilidade do deferimento do pedido e à conservação dos interesses de terceiros – especialmente os credores, a fim de que não fossem prejudicados –, ressalvando, ainda, a necessidade de se conferir ampla publicidade à respectiva sentença, a ser transcrita no registro próprio.

Eis, nos termos precisos do § 2º do art. 1.639 codificado, as exigências legais:

É admissível alteração do regime de bens entre os cônjuges, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.

Vê-se, em suma, que apenas não se admite, em razão do ato jurídico perfeito, que a mudança do regime de bens se dê unilateralmente, consoante já decidiu o Supremo Tribunal Federal: "[...] em linha de princípio, o conteúdo da convenção que as partes julgaram conveniente, ao contratar, é definitivo. Unilateralmente, não é jurídico entender que uma das partes possa modificá-lo [...]" (STF, RE nº 198.993-9/RS, Rel. Min. Néri da Silveira, DJU de 22/8/1996, p. 29.102).

Situação diversa, porém, ocorre quando a alteração decorre da vontade de ambos os cônjuges, em assunto de seu exclusivo interesse e sem prejuízo para terceiros. Exatamente assim deve se orientar o legislador: tendo em conta que, nas relações pessoais e na privacidade da família, as pessoas casadas sabem o que é melhor para apaziguar ânimos e cultivar o bom ambiente de vivência conjugal.

Cabe ressaltar, finalmente, a incidência, na espécie, do princípio constitucional da isonomia, destinado a coibir as chamadas discriminações injustas. Realmente, conforme sustenta Euclides Bendito de Oliveira (Alteração do regime de bens no casamento. In: [www.advocaciaconsultoria.com.br](http://www.advocaciaconsultoria.com.br)) "[...] O fator discriminante – casamento celebrado antes de 11 de janeiro de 2003 – não é compatível com o objetivo da norma – a mutabilidade do regime de bens –, que objetiva alcançar todas as uniões matrimoniais, independente da data da sua celebração".

Sinteticamente: a recusa de aplicação da norma do art. 1.639, § 2º, do Código Civil, aos casamentos celebrados na vigência do ordenamento revogado, quando presentes os requisitos legais autorizadores, afronta o princípio da igualdade, ao tratar distintamente pessoas que se encontram em situação semelhante – isto é, casadas –, além de conduzir as partes à busca de recursos para burlar a lei, porquanto poderiam elas se divorciar e, em ato seguinte, contrair novo casamento no regime que escolherem, angariando, ainda, a possibilidade de convolação desse novo regime, pois agora recasados sob a proteção do novo Código Civil.

**III – VOTO**

Em face do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2003, com as seguintes emendas:

**EMENDA Nº 1 – CCJ**

Dê-se à ementa do PLS nº 536, de 2003, a seguinte redação:

"Altera a redação do art. 2.039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estender aos casamentos celebrados na vigência da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, a possibilidade de alteração do regime de bens."

**EMENDA Nº 2 – CCJ**

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 536, de 2003, a seguinte redação:

**"Art. 1º** O art. 2.039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

**'Art. 2.039.** O disposto no § 2º do art. 1.639 aplica-se aos casamentos celebrados na vigência da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, podendo os cônjuges optar por qualquer dos regimes de bens previstos neste Código.' (NR)"

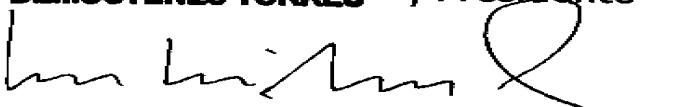
**EMENDA Nº 3 – CCJ**

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 536, de 2003, a seguinte redação:

**"Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, 16 de setembro de 2009.

**Senador DEMÓSTENES TORRES**, Presidente

  
Senador **MARCO MACIEL**, Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 536 DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/09/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<b>Senador DEMÓSTENES TORRES</b>
RELATOR:	<b>Senador MARCO MACIEL</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)</b>	
SERYS SLEHSSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCABANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELEI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. MARINA SILVA (PV)
<b>MAIORIA (PMDB, PP)</b>	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)</b>	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELIMIR SANTANA
OSVALDO COELHO	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPIÑO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
<b>PTB</b>	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

## PROPOSIÇÃO: PLN Nº 536, DE 2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SHMESSARENKO (PT, PR, PSE, PCdoB e PRB)	X				(PT, PR, PSE, PCdoB e PRB)				
ALOIZIO MERCADANTE					1 - RENATO CASAGRANDE				
EDUARDO SUPlicy					2 - AUGUSTO BOTELHO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				X				
IDEI SALVATTI					3 - MARCELO CRIVELLA				
EXPEDITO JÚNIOR					4 - INÁCIO ARRUDA				
TITULARES - PMDB e PP	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	5 - CÉSAR BORGES				
PEDRO SIMON	X				6 - MARINA SILVA (PV)				
ALMEIDA LIMA									
GILVAM BORGES									
FRANCISCO DORNELLES	X								
VALTER PEREIRA									
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA									
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KATIA ABREU					1 - EFRAIM MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES (DEM, PPS, PPSL)					2 - ADELMIRO SANTANA				
OSVALDO SOBRINHO	X				3 - RAIMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL (REDE)	X				4 - JOSE AGRIPO				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - ELSÉU RESENDE				
ALVARO DIAS					6 - EDUARDO AZEREDO				
SÉRGIO GUERRA					7 - MARCONI PERILLO				
LÚCIA VÂNIA	X				8 - ARTHUR VIRGILIO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - FLEXA RIBEIRO				
TITULAR - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PIB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEO TUMA	X				1 - GIL MARTELLO				
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 - FLÁVIO TORRES				

TOTAL: 14 SIM: 13 NAO: 2 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 16 / 09 / 2009

Senador DEMÓSTENES TORRES

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (art. 132, § 8º, do RISF).  
U:\CCJ\2009\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 15/09/2009).

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDAS 1 A 3 - CCJ/AD  
PROPOSIÇÃO: PLIS N° 536, DE 2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PRR, PCdoB e PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PRR, PCdoB e PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO SILESSARENKO	X				1 - RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE					2 - AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPlicy					3 - MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4 - INACIO ARRUDA				
IDELEI SALVATTI					5 - CESAR BORGES				
EXPEDITO JUNIOR					6 - MARINA SILVA (PV)				
TITULARES - PMDB e PP	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB e PP	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON	X				1 - ROMERO TUCA				
ALMEIDA LIMA					2 - LEONMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR				
FRANCISCO DORNELLES					4 - LOBAO FILHO				
VALTER PEREIRA	X				5 - VALDIR RAUPP				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					6 - NEUTIO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KATIA ABREU					1 - EFRAIM MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES (DEM/DEM)	X				2 - ADELMIRO SANTANA				
OSVALDO SOBRINHO					3 - RAMMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL / AVANTAGE (DEM/DEM)	X		X		4 - JOSE AGripino				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - ELSIEU RESENDE				
ALVARO DIAS	X				6 - EDUARDO AZEVEDO				
SÉRGIO GUERRA					7 - MARCONI PEREIRO				
LÚCIA VÂNIA					8 - ARTHUR VIRGILIO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - FLEXA RIBEIRO				
TITULAR - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA	X				1 - GIM ARGELLO				
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 - FLAVIO TORRES				

TOTAL: 14 SIM: 12 NAO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: —

SALA DAS REUNIÕES, EM 16 / 09 / 2009

Senador DEMÓSTENES TORRES

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**TEXTO FINAL**

**Do Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2003,  
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Altera a redação do art. 2.039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estender aos casamentos celebrados na vigência da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, a possibilidade de alteração do regime de bens.

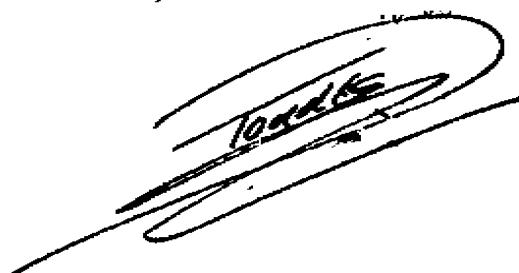
**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º O art. 2.039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:**

**“Art. 2.039. O disposto no § 2º do art. 1.639 aplica-se aos casamentos celebrados na vigência da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, podendo os cônjuges optar por qualquer dos regimes de bens previstos neste Código. (NR)”**

**Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Sala da Comissão, 16 de setembro de 2009.**



**, Presidente**

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 282/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 16 de setembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor  
**Senador JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

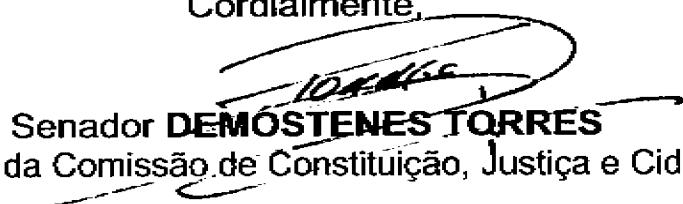
**Assunto:** decisão terminativa.

**Senhor Presidente,**

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com as Emendas nº 1-CCJ a nº 3-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2003, que “Altera a redação do artigo 2039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, (Para propiciar aos cônjuges a possibilidade de alterar o regime de bens, quando isso lhes aprovável)”, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

  
Senador **DEMÓSTENES TORRES**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****LEI N° 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916.**

Revogada pela Lei nº 10.406, de 10.1.2002

Código Civil

**DECRETO-LEI N° 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.**

Lei de Introdução ao Código Civil  
Brasileiro

Art. 7º A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

§ 5º - O estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode, mediante expressa anuência de seu cônjuge, requerer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro. (Redação dada pela Lei nº 6.515, de 26.12.1977)

**LEI N° 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.**

Institui o Código Civil.

Art. 1.639. É lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver.

§ 1º O regime de bens entre os cônjuges começa a vigorar desde a data do casamento.

§ 2º É admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.

Art. 2.039. O regime de bens nos casamentos celebrados na vigência do Código Civil anterior, Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, é o por ele estabelecido.

**LEI N° 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977.**

Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências

---

**LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

---

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

---

**Seção II**  
**DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

**Art. 48.** Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

---

**Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:**

**I - emendas à Constituição;**

**II - leis complementares;**

**III - leis ordinárias;**

**IV - leis delegadas;**

**V - medidas provisórias;**

**VI - decretos legislativos;**

**VII - resoluções.**

**Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.**

---

## **DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, DO REGIMENTO INTERNO.**

### **RELATÓRIO**

**RELATOR: Senador JEFFERSON PÉRES**

### **I – RELATÓRIO**

**Vem ao exame desta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2004, de autoria do eminente Senador DEMÓSTENES TORRES.**

O art. 1º da proposição destina-se a alterar o art. 2.039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estender os efeitos do § 2º do art. 1.639, ali encartado – que trata da possibilidade de alteração do regime de bens na constância do casamento –, às uniões matrimoniais celebradas na vigência do Código Civil de 1916.

O art. 2º determina a entrada em vigor da norma “na data de sua publicação”.

Na justificação, o ilustre autor da matéria aduz que, não obstante o Código Civil em vigor tenha incorporado significativa inovação, consistente na possibilidade “os cônjuges alterarem, em pedido motivado de ambos e apurada a procedência das razões invocadas, bem como ressalvados os direitos de terceiros, o regime de bens”, os matrimônios celebrados antes de sua vigência permanecem, por força do disposto no art. 2.039 codificado, constante do Livro Complementar – Das Disposições Finais e Transitórias, sob a disciplina do Código vetusto, portanto excluídos do novel benefício legal.

Afirma, a esse respeito, que “excluir os que se casaram na vigência do Código Civil revogado dessa possibilidade é medida insensata e injusta”, havendo, mesmo, “casos absurdos” de casamentos realizados no dia 10 de janeiro de 2003, cujos cônjuges não podem convolar o regime patrimonial eleito, diferentemente do que sucede com as uniões encetadas no dia seguinte, “simplesmente porque o novo Código Civil já estava em vigor”.

Finalmente, registra que a vertente proposta busca “corrigir essa distorção”, contribuindo, ademais, para a preservação das famílias, cuja existência se acha, não raras vezes, ameaçada por uma questão econômica, decorrente da equivocada escolha do regime de bens.

A proposição não recebeu emendas.

## II – ANÁLISE

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2003, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do que dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 do Texto Constitucional.

No que concerne à juridicidade e à constitucionalidade material, a medida se afigura irretocável.

Com efeito, o benefício da mutabilidade do regime de bens, entre nós inaugurado pelo art. 1.639, § 2º, do Código Civil de 2002, deve ser estendido, ressalvadas as exceções legais, a todos os casamentos, não importando a data da celebração, sem que disso decorra vulneração ao ato jurídico perfeito, em face da continuidade dos efeitos do pacto antenupcial – negócio de trato tipicamente sucessivo. Impõe-se, pois, seja alterada a redação do art. 2.039 do Código vigente, de modo a impedir, em observância ao princípio da isonomia, a diferenciação entre matrimônios fundada, simplesmente, na data de sua realização, e a expurgar do ordenamento civil interpretações incompatíveis com o texto constitucional.

Quanto à técnica legislativa, entretanto, observamos a necessidade de se adequar o projeto aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”.

Sugerimos, no particular, a alteração da ementa da proposta, para conferir-lhe, mediante a substituição do sintagma “que instituiu” pelo sinal gráfico “travessão” (“—”), a concisão exigida pelo rigor da técnica legislativa, bem como para que se incorpore ao respectivo texto o objeto da inovação

vislumbrada, por intermédio da adição da sentença “para estender aos casamentos celebrados na vigência da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, a possibilidade de alteração do regime de bens”.

Deve ser retificada, também, a redação do art. 1º do Projeto, acrescendo-se o ano de publicação da “Lei nº 10.406” e substituindo-se a locução “passa a ter” pela já consagrada “passa a vigorar”.

Cumpre apontar, ainda, a necessidade de eliminação, na redação do art. 2.039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, de que cuida o art. 1º da proposição, do sinal de pontuação “vírgula”, indevidamente colocado após o numeral ordinal “2º”. Convém ajustar, ainda, a cláusula final desse dispositivo, uma vez que a pretensão legislativa consiste na instituição de uma faculdade aos cidadãos, e não na modificação dos efeitos de determinada hipótese legal.

Destacamos, finalmente, a impropriedade concernente à grafia do vocábulo “Lei” com a inicial minúscula, no art. 2º do PLS.

No mérito, reputamos louvável a iniciativa do nobre Senador Demóstenes Torres. Realmente, a possibilidade de alteração do regime de bens do casamento, importante novidade introduzida no ordenamento jurídico pelo art. 1.639, § 2º, do Código Civil de 2002, não pode ficar adstrita apenas aos enlaces matrimoniais havidos após sua vigência, dada a 10 de janeiro de 2003, pena de se vulnerar, irremediavelmente, o princípio da isonomia.

Essa, aliás, a opinião esposada pela melhor doutrina, que vem entendendo, inclusive, que a prerrogativa da alteração do regime patrimonial alcança os casamentos celebrados sob a égide da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil de 1916), referindo-se o atual art. 2.039, tão-somente, às espécies de regimes de bens para efeito de partilha do patrimônio do casal.

De fato, mesmo doutrinadores que não vêem com estima a modificabilidade do regime de bens admitem, na sistemática vigente, sua aplicação aos casamentos antigos. É o caso da professora Maria Helena Diniz, que pondera (**Comentários ao Código Civil**, v. 22, p. 320):

Nada obsta a que se aplique o art. 1.639, § 2º, do novo Código Civil, excepcionalmente, se o magistrado assim o entender, aplicando o art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, para sanar lacuna axiológica que, provavelmente, se instauraria por gerar uma situação em que se teria a não correspondência da norma do Código Civil de 1916 com os valores vigentes na sociedade, acarretando injustiça.

Na verdade, a proibição do expediente em comento (alteração da disciplina dos bens) nunca foi compreendida por expressiva parcela da comunidade jurídica nacional, mesmo sob a regência do estatuto anterior.

Com efeito, desde a década de 80, o saudoso Orlando Gomes perquiria as razões que teriam conduzido o legislador de 1916 a traçar a regra da imutabilidade do regime patrimonial do casamento, e, principalmente, se tais razões ainda subsistiriam, a justificar a manutenção da regra. O grande jurista baiano não escondia sua estranheza quanto ao assunto, questionando o fato de poderem os nubentes, livremente, escolher o regime de bens, antes das núpcias, mas não poderem reenquadrá-lo, quando e se fosse conveniente ao casamento, respeitados, obviamente, os direitos de terceiros. Tanta liberdade numa fase e uma proibição peremptória no momento imediatamente seguinte, “em nome de quais princípios, de quais valores ou de qual segurança, nunca se saberá bem” (**O novo direito de família**, p. 19-20).

A esse respeito, é provável que a orientação pretérita decorresse do receio legislativo de que o cônjuge considerado mais frágil na relação matrimonial – a mulher, para fugir do circunlóquio – fosse enganado pelo outro. Ou, ainda, que a alteração camuflasse simulações ou fraudes contra credores, desativando o patrimônio responsável pelo cumprimento de obrigações mediante um expediente doloso, a que se poderia prestar a mutação do regime de bens.

Nesse sentido, razão parece assistir a Silvio de Salvo Venosa (**Direito Civil: Direito de Família**, vol V, p. 150), quando argui que a proteção do legislador de antanho corria em favor da mulher casada do século XIX, havida como dotada de menor experiência no trato das riquezas econômicas do casamento, quase sempre administradas pelo marido.

Rolf Madaleno, no particular, discorrendo sobre a norma encartada no art. 2.039 do Código Civil – que se pretende modificar –, assere, com acerto, que, hoje, considerada a igualdade dos cônjuges e dos sexos consagrada pela Constituição Federal de 1988, bem como a absoluta identidade de discernimento entre homens e mulheres, seria inconsistente a manutenção de dispositivo legal cujo fundamento residisse, meramente, no menor tirocínio mental, *a priori*, de um dos cônjuges (*Regime de bens entre os cônjuges*. In: **Direito de Família e o novo Código Civil**, 2001).

Há de se considerar, pois, anacrônica a vedação de alteração do regime de bens meramente por ter sido o casamento celebrado sob o pálio do Código revogado.

Registre-se, em prol da extensão dos efeitos do art. 2.039 do atual Código Civil aos casamentos realizados antes de sua vigência, que o ordenamento jurídico brasileiro admite, desde 1977, uma especialíssima hipótese de reenquadramento do regime de bens da relação matrimonial, ensimesmada no § 5º do art. 7º da Lei de Introdução ao Código Civil, com a redação que lhe foi atribuída pela Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977,

conhecida como *Lei do Divórcio*. Esse dispositivo autoriza o estrangeiro que adquirir a nacionalidade brasileira, e sendo ele casado sob regime de bens que se diferencie da comunhão parcial, a requerer a adoção deste último no momento da entrega do decreto de naturalização, mediante expressa autorização do outro cônjuge.

Vale anotar, em adição, que a possibilidade de rearranjo do regime de bens constitui a tendência da moderna legislação de outros países, consoante anota Zeno Veloso, citando os exemplos da Bélgica, da Itália, da Holanda, da Espanha e da França (*Regime matrimonial de bens*. In: **Direito de Família contemporâneo**, p. 92).

Obviamente, para o deferimento da conversão do regime patrimonial de casamentos anteriores ao Código Civil em vigor haverão de se respeitar as mesmas regras que disciplinam as alterações relativas a casamentos celebrados após 11 de janeiro de 2003 (vigência do CC de 2002).

Com efeito, até mesmo os partidários do benefício legal em apreço sempre recomendaram que todas as medidas de segurança e preservação de direitos de terceiros – principalmente – fossem adotadas. Conforme Rolf Madaleno, na obra citada, Orlando Gomes aconselhava que a mudança da disciplina ficasse subordinada ao requerimento de ambos os contraentes, à justificação da sua pretensão, à verificação, pelo juiz, da plausibilidade do deferimento do pedido e à conservação dos interesses de terceiros – especialmente os credores, a fim de que não fossem prejudicados –, ressalvando, ainda, a necessidade de se conferir ampla publicidade à respectiva sentença, a ser transcrita no registro próprio.

Eis, nos termos precisos do § 2º do art. 1.639 codificado, as exigências legais:

É admissível alteração do regime de bens entre os cônjuges, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.

Vê-se, em suma, que apenas não se admite, em razão do ato jurídico perfeito, que a mudança do regime de bens se dê unilateralmente, consoante já decidiu o Supremo Tribunal Federal: “[...] em linha de princípio, o conteúdo da convenção que as partes julgaram conveniente, ao contratar, é

definitivo. Unilateralmente, não é jurídico entender que uma das partes possa modificá-lo [...]” (STF – RE nº 198.993-9/RS, Rel. Min. Néri da Silveira, DJU de 22/8/1996, p. 29.102).

Situação diversa, porém, ocorre quando a alteração decorre da vontade de ambos os cônjuges, em assunto de seu exclusivo interesse e sem prejuízo para terceiros. Exatamente assim deve se orientar o legislador: tendo em conta que, nas relações pessoais e na privacidade da família, as pessoas casadas sabem o que é melhor para apaziguar ânimos e cultivar o bom ambiente de vivência conjugal.

Cabe ressaltar, finalmente, a incidência, na espécie, do princípio constitucional da isonomia, destinado a coibir as chamadas *discriminações injustas*. Realmente, conforme sustenta Euclides Bendito de Oliveira (*Alteração do regime de bens no casamento*. In: [www.advocaciaconsultoria.com.br](http://www.advocaciaconsultoria.com.br)) “[...] O fator discriminante – casamento celebrado antes de 11 de janeiro de 2003 – não é compatível com o objetivo da norma – a mutabilidade do regime de bens –, que objetiva alcançar todas as uniões matrimoniais, independente da data da sua celebração”.

Sinteticamente: a recusa de aplicação da norma do art. 1.639, § 2º, do Código Civil, aos casamentos celebrados na vigência do ordenamento revogado, quando presentes os requisitos legais autorizadores, afronta o princípio da igualdade, ao tratar distintamente pessoas que se encontram em situação semelhante – isto é, casadas –, além de conduzir as partes à busca de recursos para burlar a lei, porquanto poderiam elas se divorciar e, em ato seguinte, contrair novo casamento no regime que escolherem, angariando, ainda, a possibilidade de convolação desse novo regime, pois agora recasados sob a proteção do novo Código Civil.

### III – VOTO

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2003, com as seguintes emendas:

**EMENDA N° – CCJ**

Dê-se à ementa do PLS nº 536, de 2003, a seguinte redação:

**“Altera a redação do art. 2.039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estender aos casamentos celebrados na vigência da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, a possibilidade de alteração do regime de bens.”**

**EMENDA N° – CCJ**

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 536, de 2003, a seguinte redação:

**Art. 1º** O art. 2.039 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 2.039. O disposto no § 2º do art. 1.639 aplica-se aos casamentos celebrados na vigência da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, podendo os cônjuges optar por qualquer dos regimes de bens previstos neste Código. (NR)”**

**EMENDA N° – CCJ**

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 536, de 2003, a seguinte redação:

**“Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.  
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 282/09 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 16 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou em caráter terminativo, pela aprovação, com as Emendas nº 1-CCJ a nº 3-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2003, que “Altera a redação do artigo 2039 da Lei nº 10.406,

de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil. (Para propiciar aos cônjuges a possibilidade de alterar o regime de bens, quando isso lhes aprouver)”, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI) – Com referência ao expediente lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2003, seja apreciado pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI) – Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA

### Nº 183, DE 2009

(nº 3.885/2008, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, com sede em São Paulo, e dá outras providências.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** O Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, com sede na cidade de São Paulo, tem sua composição aumentada para 94 (noventa e quatro) Juízes.

**Parágrafo único.** A 5º (quinta) parte dos cargos de Juiz constante deste artigo é destinada à representação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 94 da Constituição Federal.

**Art. 2º** Para atender à composição a que se refere o art. 1º, são criados 30 (trinta) cargos de Juiz do Tribunal.

**Art. 3º** São criados para dar suporte técnico aos magistrados, no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho.

lho da 2ª Região, os cargos de provimento efetivo, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas especificados nos Anexos I e II desta Lei, a serem providos na forma estipulada nas Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO I**  
(Art. 3º da Lei nº )

<b>CARGOS EFETIVOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Analista Judiciário	600
Técnico judiciário	280
<b>TOTAL</b>	<b>880</b>

**ANEXO II**  
(Art. 3º da Lei nº )

<b>CARGO EM COMISSÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
CJ-3	60
CJ-2	30
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>

<b>FUNÇÕES COMISSIONADAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
FC-05	73
FC-03	129
<b>TOTAL</b>	<b>202</b>

## PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.885, DE 2008

Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, com sede em São Paulo-SP, e dá outras providências

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, com sede na cidade de São Paulo-SP, tem sua composição aumentada para noventa e quatro Juízes.

**Parágrafo único.** A quinta parte dos cargos de Juiz constante deste artigo é destinada à representação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 94 e parágrafo único da vigente Constituição Federal.

**Art. 2º** Para atender à composição a que se refere o artigo anterior, são criados trinta (30) cargos de Juiz do Tribunal.

**Art. 3º** São criados para dar suporte técnico aos magistrados, no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, os cargos de provimento efetivo, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas especificados nos Anexos I e II desta Lei, a serem providos na forma estipulada nas Lei nº 8.112/1990 e 11.416/2006.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, de 18 de setembro de 2007; 187º da Independência e 120º da República.

## J U S T I F I C A T I V A

Nos termos do artigo 96, inciso II, alíneas "a" e "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Tribunal Superior do Trabalho, que trata da alteração do número de membros e da criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sediado em São Paulo-SP.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 87, IV, da Lei nº 11.514/2007, ficando parcialmente aprovada em 29/7/2008 para criação de 30 (trinta) cargos de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região; 600 (seiscentos) cargos efetivos de Analista Judiciário; 280 (duzentos e oitenta) cargos efetivos de Técnico Judiciário; 60 (sessenta) cargos em comissão nível CJ-3; 30 (trinta) cargos em comissão nível CJ-2; 73 (setenta e três) funções comissionadas nível FC-05 e 129 funções comissionadas nível FC-03.

O anteprojeto em apreço tem por objetivo promover a reestruturação do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, a partir da criação de novos cargos de Juiz do Tribunal e ampliação do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal, com a criação de cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas, no intuito primordial de prestar serviços adequados à sociedade.

A proposta em questão objetiva dotar o Regional de elementos funcionais que permitam maior celeridade no julgamento dos processos e venha a fazer face ao aumento progressivo do número de causas trabalhistas decorrentes das novas competências advindas da Emenda Constitucional nº 45/2004.

A adequação da estrutura da área fim do Tribunal permitirá a formação de quadro técnico especializado com condições concretas que permitam acelerar, mantendo a qualidade jurídica, os julgamentos proferidos naquela Corte, dentro do espírito que norteou a reforma do Poder Judiciário.

O projeto de criação de cargos e funções tem por objetivo principal ampliar o número de Gabinetes de Juízes de 2ª Instância e o respectivo Quadro de Pessoal, alterando a composição do Tribunal dos atuais 64 (sessenta e quatro) para 94 (noventa e quatro) Gabinetes de Juízes, estrutura compatível com a movimentação processual.

O Comitê Técnico de Apoio do Conselho Nacional de Justiça, instituído pela Portaria nº 82, de 31/1/2007, analisando o presente pleito consignou que o TRT da 2ª Região ocupou a primeira posição entre os tribunais que mais receberam processos no último quinquênio, afirmação esta corroborada pelo relatório Justiça em Números – Edição 2006 (fl.98), com índice de casos novos por magistrado naquele Tribunal de 1.632 casos por Juiz, acima da média nacional que indica 1.193 casos novos por juiz.

Com esses números, o TRT da 2ª Região apresenta uma situação que torna necessária a ampliação do quadro de juízes e a consequente criação de cargos no Quadro de Pessoal, para fazer face ao volume de processos julgados naquela Corte Trabalhista.

Além disso, em decorrência da reforma do Poder Judiciário, efetivada por meio da Emenda Constitucional nº 45, de 8/12/2004, que indubitavelmente elevou a importância desta Justiça Especializada no desempenho de suas funções institucionais, as Varas Trabalhistas receberam, no período de julho a dezembro de 2005, 83.821 processos oriundos da Justiça Comum, sendo 45.719 da justiça Federal e 38.102 da Justiça Estadual, haja vista a ampliação da competência da Justiça do Trabalho.

Uma vez que a quantidade de Juízes ora existentes tornou-se insuficiente para atender aos jurisdicionados, propõe-se o presente anteprojeto de lei para a adequação do número de magistrados de segundo grau, a fim de viabilizar a solução dos processos advindos da reformulação da competência jurisdicional.

A alteração do número de membros do TRT para 94 (noventa e quatro) Juízes, reduzirá sobremaneira a sobrecarga de trabalho. Além do mais, os Juízes Presidente e Vice-Presidente estarão disponíveis para atuar nas questões administrativas e judiciais, inclusive correicionais, que lhes são próprias.

Por consequência, é imperativa a criação dos respectivos cargos efetivos a serem ocupados por servidores que desempenharão atividades de suporte administrativo e jurisdicional aos novos Juízes.

Não menos importante é a criação dos cargos em comissão e das funções comissionadas a serem exercidas em razão das peculiaridades das atividades desenvolvidas, que demandam dos seus executores zelo e dedicação, além de muita responsabilidade e qualificação.

Portanto, impõem-se urgentes providências no sentido de dotar a estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região dos meios indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições, pelo que se propõe a alteração da sua composição para noventa e quatro Juízes de TRT, criando-se os cargos de provimento efetivo e em comissão e as funções comissionadas constantes do presente anteprojeto de lei ora submetido à apreciação de Vossas Excelências, representando as medidas aqui consubstanciadas inadiáveis necessidades de recursos humanos do referido Tribunal Regional.

Com estas considerações, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília-DF, 14 de agosto de 2008.

  
RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
Ministro Presidente do  
Tribunal Superior do Trabalho

**ANEXO I**

(Art. 3º da Lei nº , de de )

<b>CARGOS EFETIVOS</b>		<b>QUANTIDADE</b>
Analista Judiciário		600
Técnico Judiciário		280
<b>TOTAL</b>		<b>880</b>

**ANEXO II**

(Art. 3º da Lei nº , de de )

<b>CARGO EM COMISSÃO</b>		<b>QUANTIDADE</b>
CJ-3		60
CJ-2		30
<b>TOTAL</b>		<b>90</b>

<b>funções comissionadas</b>		<b>QUANTIDADE</b>
FC-05		73
FC-03		129
<b>TOTAL</b>		<b>202</b>

OF.TST.GDGSET.GP N.º 274

Brasília, 14 de agosto de 2008

PL 3855/08

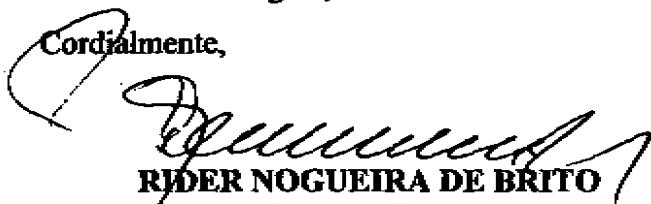
A Sua Excelência o Senhor  
**ARLINDO CHINAGLIA**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Brasília – DF

Assunto: **Anteprojeto de Lei**

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Nos termos do art. 96, inciso II, alíneas a e b, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional, acompanhado da correspondente justificativa, anteprojeto de lei que trata da alteração do número de membros, criação de cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sediado em São Paulo-SP.

Cordialmente,

  
**RIDER NOGUEIRA DE BRITO**  
Ministro Presidente do  
Tribunal Superior do Trabalho

*Conselho Nacional de Justiça*

## **CERTIDÃO DE JULGAMENTO 66ª SESSÃO ORDINÁRIA**

### **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI N° 2008.10.0.0001754-6**

**Relator: Conselheiro MINISTRO GILMAR MENDES**

**Requerente: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região**

**Requerido: Conselho Nacional de Justiça**

**CERTIFICO que o PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, profere a seguinte decisão:**

*"O Conselho, por unanimidade, decidiu:*

*I – incluir o presente Parecer em pauta, nos termos do parágrafo único do artigo 23 do Regimento Interno;*

*II – aprovar o Parecer de Mérito, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro Jorge Maurique. Presidiu o julgamento o Conselheiro Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 29 de julho de 2008."*

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ministro Gilmar Mendes, Ministro Cesar Asfor Rocha, Ministro João Oreste Dalazen, Rui Stoco, Mairan Gonçalves Maia Júnior, Alírio Pedrozo dos Santos, Andréa Pachá, Antônio Umberto de Souza Júnior, José Adoais Callou de Andrade Sá, Felipe Locke Cavalcanti, Técio Lins e Silva, Paulo Lôbo, Joaquim Falcão e Marcelo Nobre.

Ausentes, justificadamente, o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Brasília-DF, 29 de julho de 2008.

**ALVARO LUIZ DE ARAÚJO CIARLINI**  
Secretário-Geral do CNJ

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Órgão Especial

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

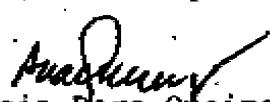
PROCESSO N° TST-MA - 354/2007-000-90-00.8

CERTIFICO que o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão Ordinária hoje realizada, sob a Presidência do Exmo. Ministro Presidente Rider de Brito, presentes os Exmos. Ministros Vantuil Abdala, Milton de Moura França, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra Martins Filho, João Batista Brito Pereira, Relator, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, José Simpliciano Fontes de F. Fernandes, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Aloysio Corrêa da Veiga e o Exmo. Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. Edson Braz da Silva, DECIDIU, por unanimidade, determinar a remessa do presente anteprojeto de lei à deliberação do Poder Legislativo que dispõe sobre a criação de 30 (trinta) cargos de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, 600 (seiscentos) cargos de Analista Judiciário, 280 (duzentos e oitenta) cargos de Técnico Judiciário, 90 (noventa) Cargos em Comissão, sendo 60 (sessenta) CJ-3 e 30 (trinta) CJ-2 e 202 (duzentos e duas) Funções Comissionadas, sendo 73 (setenta e três) FC-5 e 129 (centos e vinte e nove) FC-3 no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Interessado(a): Trt-2

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.

Sala de Sessões, 07 de agosto de 2008.

  
Ana Lucia Rego Queiroz  
Secretária do Órgão Especial

Publicado no Diário de Justiça da União,  
Seção I, em 12 de 08 de 2008, às fls. 170.

  
Adriana Mendes Fernandes  
Assessora da Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial  
e da Seção Especializada em Direitos Coletivos

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO

PROCESSO N° CSJT - 354/2007-000-90-00.8

RELATOR: Conselheiro Tarcisio Alberto Giboski  
INTERESSADO(A): TRT-2

ASSUNTO: Recursos Humanos - Anteprojeto de Lei - Proposta de reestruturação do TRT-SP-Criação de cargos

CERTIFICO que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em Sessão Ordinária realizada nesta data, DECIDIU, prosseguindo no julgamento, por unanimidade: I - aprovar a proposta, com as alterações introduzidas pela Assessoria de Gestão de Pessoas do CSJT, excluindo-se, também, a criação dos vinte e dois cargos de Juiz Auxiliar Permanente; II - encaminhar a proposta de criação de cargos ao Tribunal Superior do Trabalho.

O Exmo. Conselheiro Tarcisio Alberto Giboski alterou o voto proferido na sessão realizada em 28/06/2007, para excluir a criação dos vinte e dois cargos de Juiz Auxiliar Permanente.

Presidiu a sessão o Exmo. Conselheiro Rider de Brito (Presidente), presentes os Exmos. Conselheiros Milton de Moura França, João Oreste Dalazen, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Tarcisio Alberto Giboski, Denis Marcelo de Lima Molarinho, Roberto Freitas Pessoa, José Edilzílio Bentes e Flávia Simões Falcão. Presente o Exmo. Juiz Luciano Athayde Chaves, representante da ANAMATRA, conforme o disposto na Resolução nº 001/2005.

Brasília, 31 de agosto de 2007.



Cláudio de Guimarães Rocha

Secretário Executivo do Conselho Superior da  
Justiça do Trabalho

## TRIBUNAL PLENO

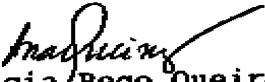
## CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº TST-MA - 354/2007-000-90-00.8

CERTIFICO que o Egrégio Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão Ordinária hoje realizada, sob a Presidência do Exmo. Ministro Presidente Rider de Brito, presentes os Exmos. Ministros Vantuil Abdala, Milton de Moura França, João Oreste Dalazen, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra Martins Filho, João Batista Brito Pereira, Relator, José Simpliciano Fontes de F. Fernandes, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Aloysio Corrêa da Veiga, Horácio Raymundo de Senna Pires, Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Maria de Assis Calsing, Dora Maria da Costa e o Exmo. Vice-Procurador Geral do Trabalho, Dr. Jefferson Luiz Pereira Coelho, DECIDIU, por unanimidade: I - conhecer da matéria, com fundamento no art. 70, inc. II, alínea "e", do Regimento Interno desta Corte; II - determinar a remessa, ao Conselho Nacional de Justiça, do anteprojeto de lei que cuida da criação de cargos e funções comissionadas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, nos seguintes termos: "Anteprojeto de lei - Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região. Art. 1º - O Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem sua composição aumentada para noventa e quatro juízes. Parágrafo Único - A quinta parte dos cargos de Juiz constante deste artigo é destinada a representação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 94 e parágrafo único da vigente Constituição Federal. Art. 2º - Para atender a composição a que se refere o artigo anterior são criados trinta (30) cargos de Juiz de Tribunal. Art. 3º - São criados, para dar suporte técnico aos magistrados, no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, os cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas especificadas nos anexos I e II desta lei, a serem providos na forma estipulada nas Leis 8.112/90 e 11.416/2006. Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região. Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. ANEXO I. CARGOS EFETIVOS. Analista Judiciário - 773 e Técnico Judiciário - 338. ANEXO II. CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS. CJ-3 - 60; CJ-2 - 30; FC-5 - 73 e FC-3 - 129."

Interessado(a): TRT-2

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.  
Sala de Sessões, 04 de outubro de 2007.



Ana Lucia Rego Queiroz

Secretaria do Tribunal Pleno e da Seção  
Especializada em Dissídios Coletivos

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA****LEI N° 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990**

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

---

**LEI N° 11.416, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.**

Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União; revoga as Leis nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.

---

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI)

– A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso V, do Regimento Interno, o Projeto que acaba de ser lido será apreciado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias, nos termos do art. 122, II, c, da referida Norma Interna.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI) – Tendo em vista a realização de sessão solene do

Congresso Nacional em comemoração ao centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, realizada no dia 23 do corrente, a Presidência considera atendidos os objetos dos Requerimentos nºs 1.635, de 2008; e 17, de 2009.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI)

– Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

**MENSAGEM**  
**Nº 190, DE 2009**  
**(Mensagem nº 12/2009, na origem)**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Encaminho a Vossa Excelência Relatório da Audiência Pública n.º 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde. Na ocasião, foram ouvidos 50 especialistas em matéria de saúde pública, entre advogados, defensores públicos, promotores e procuradores de justiça, magistrados, professores universitários, médicos, técnicos de saúde, gestores e usuários do SUS.

Mais do que simples formalidade, considero ser esta uma oportunidade ímpar para apresentar ao Congresso Nacional – e, assim, à população brasileira, a qual representa – a síntese dos relatos dos especialistas, como forma de contribuir para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde e, dessa forma, diminuir a judicialização das demandas por prestações de saúde.

Convoquei a Audiência Pública, por Despacho de 5 de março de 2009, em razão dos diversos pedidos de suspensão de segurança, de suspensão de tutela antecipada e de suspensão de liminar em trâmite no âmbito da Presidência da Corte, com vistas a suspender a execução de medidas cautelares que condenam a Fazenda Pública ao fornecimento das mais variadas prestações de saúde (fornecimento de medicamentos, suplementos alimentares, órteses e próteses; criação de vagas de UTIs e leitos hospitalares; contratação de servidores de saúde; realização de cirurgias e exames; custeio de tratamento fora do domicílio, inclusive no exterior, entre outros).

Após analisar todos os depoimentos prestados, pude concluir que existe certo consenso em relação à necessidade e à urgência da elaboração e aprovação da Lei Complementar de que trata o § 3º do artigo 198 da Constituição da República.

A importância da elaboração da referida Lei Complementar foi tema destacado pelo Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza; pelo Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Alberto Beltrami; pelo juiz de direito e professor de direito constitucional, Ingo Wolfgang Sarlet; pelo Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Batista Júnior; pelo Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, Antônio Carlos Figueiredo Nardi; pelo Consultor Jurídico do Ministério da Saúde, Edelberto Luiz da Silva; pela Representante da Fundação Oswaldo Cruz, Maria Helena Barros

de Oliveira; pelo Diretor-Geral do Hospital do Coração, Adib Jatene; pelo Secretário de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, Osmar Terra; pelo Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde, Jairo Bisol; pelo Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski; pelo Presidente do Conselho Federal de Medicina, Geraldo Guedes; e pelo Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, Leonardo Azeredo Bandarra.

A Emenda Constitucional n.º 29, visando dar maior estabilidade para os recursos da saúde, consolidou um mecanismo de cofinanciamento das políticas de saúde pelos entes da Federação. A Emenda acrescentou dois novos parágrafos ao artigo 198 da Constituição, assegurando percentuais mínimos a serem destinados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para a saúde. A definição desses percentuais mínimos pela Lei Complementar há de possibilitar um aumento e uma maior estabilidade dos recursos públicos na área.

Saliento que a regulamentação da Emenda Constitucional n.º 29 não implica a criação ou majoração de tributos, mas reorganização da receita tributária, que passa a ter percentual mínimo reservado à saúde nos três entes da federação. Dessa forma, a Lei Complementar a ser elaborada poderá: definir as ações e prestações de saúde para os fins do artigo 198; os percentuais mínimos anuais a serem aplicados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em saúde; os critérios de rateio dos recursos da União; as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; e as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União.

De tudo o que foi falado, parece ter havido algum entendimento no sentido de que muitos dos problemas de eficácia social do direito à saúde devem-se a questões ligadas à implementação e manutenção das políticas públicas de saúde já existentes – o que implica também a composição dos orçamentos dos entes da federação. Nessa perspectiva, é necessário atentarmo-nos para a estabilidade dos gastos com a saúde e, consequentemente, para a captação de recursos. Como lembrado, a garantia da integralidade do Sistema Único de Saúde começa na elaboração dos orçamentos.

Segundo relatado pelo Doutor Adib Jatene, o orçamento do Ministério da Saúde vem decrescendo a cada ano, o que demonstraria a necessidade de vinculação dos recursos para a saúde. Nas palavras do ex-Ministro da Saúde:

“O orçamento do Ministério da Saúde, em 2008, não alcança o de 1985, quando se utiliza o índice de inflação da FIP para o setor da saúde. Se nós olharmos a parcela da seguridade que era destinada ao setor saúde, em 1995 tínhamos 22% do orçamento da seguridade; em 1998 tínhamos 18% do orçamento da seguridade; e no ano passado tivemos 12% do

orçamento da segurança. Então, os recursos são decrescentes. Nesse período, a população cresceu 30 milhões de pessoas. O envelhecimento vem aumentando, e a incorporação tecnológica não tem precedente.”

Outra importante sugestão colhida na Audiência Pública refere-se à conveniência da criação de mecanismos administrativos de compensação entre os entes da federação, comumente responsáveis pelo financiamento e pelo fornecimento das ações e prestações de saúde. Nesse sentido, a elaboração da Lei Complementar de que trata o parágrafo único do artigo 23 da Constituição da República poderá contribuir para o aperfeiçoamento do federalismo cooperativo em matéria de saúde pública.

A criação de um sistema de compensação financeira, que possibilite ao ente da federação condenado judicialmente a arcar com determinada prestação de saúde, buscar o resarcimento junto aos demais entes federados, poderá contribuir, em muito, para o equilíbrio orçamentário e para a redução das desigualdades regionais em matéria de saúde pública.

Dificuldades à parte, é certo que “o muito por fazer” mais estimula quem acredita no próprio ofício. A síntese dos depoimentos prestados na Audiência Pública n.º 4 demonstra a necessidade do trabalho conjunto de todos os órgãos de poder para a superação das dificuldades enfrentadas pela população brasileira nas ações e serviços de saúde. A regulamentação da Emenda Constitucional n.º 29 muito poderá ajudar nessa tarefa, assim como a participação democrática da sociedade na formulação dos orçamentos de saúde. Dessa forma, a atuação do Congresso Nacional é fundamental para consolidar relações de cidadania e, assim, o Estado Democrático de Direito.

Encaminho anexa a íntegra dos depoimentos prestados pelos especialistas a este Supremo Tribunal Federal.

Brasília, 18 de setembro de 2009.

Ministro **GILMAR MENDES**

Presidente

*(À Comissão de Assuntos Sociais e, em cópia, autuado como Mensagem nº 190-A, de 2009, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI)

– O original do expediente, autuado como **Mensagem nº 190, de 2009**, será encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais e, em cópia, autuado como Mensagem nº 190-A, de 2009, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Cópia do referido expediente também foi anexada ao processado da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1999, que deu origem à Emenda Constitucional nº 29, de 2000.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI)

– Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é Sérgio Zambiasi. Ele é do partido de Getúlio Vargas e do Rio Grande do Sul; ele aqui traduz a presença da classe de jornalistas e radialistas de nosso País, que, ao longo da democracia republicana, engrandeceram o Congresso Nacional.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, os que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado Federal, o tema que me traz hoje à tribuna desta Casa está ligado a um assunto que tenho debatido muito aqui que é a nossa questão de fronteiras, a nossa integração regional, especialmente motivado por uma correspondência que me foi entregue na última reunião do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, por um Parlamentar paraguaio, Dr. Roberto Campos Ortiz, preocupado com a situação dos nossos brasiguaios, os nossos gaúchos, catarinenses, paranaenses, mato-grossenses, que fizeram suas opções de migração, ajudando a produzir, a gerar empregos e riquezas naquele país.

Vivemos, atualmente, uma série de problemas ligados a uma indefinição de uma política específica para a gestão exatamente dessa questão de fronteiras e da faixa de fronteiras. Estou exatamente tratando desse tema, buscando fazer uma reflexão a respeito.

Convém recordar que a questão de fronteiras no Brasil é, de fato, estratégica. Nossa País tem 15,7 mil quilômetros de fronteiras. Onze Estados brasileiros fazem fronteira com dez países sul-americanos. Somente esse fato já confere *status* especial a essa questão. Não é possível pensarmos em integração econômica regional, sem atentarmos para a problemática das fronteiras e seu desenvolvimento.

O caso brasileiro é peculiar porque nesse particular o Brasil, infelizmente, avançou muito pouco.

Temos uma legislação ainda inadequada para esta época de globalização e de interpenetração econômica e cultural entre países. Nós falamos integração sócio-cultural, humana, mas percebemos que ainda

há uma relação de fronteira ainda muito caótica aqui na América do Sul.

Esse é um momento importante para o nosso Senado Federal e para o processo político sul-americano.

Como membro e ex-Presidente da Comissão do Mercosul, em cujo mandato foi estabelecido o Parlamento Sul-Americano, sinto-me orgulhoso de algumas conquistas que a ação política sul-americana viabilizaram, mas, ao mesmo tempo, é com preocupação que registro o recebimento dessa correspondência, desse documento do Parlamentar do Paraguai no Mercosul, Dr. Roberto Campos Ortiz, na qual relata a situação dos brasiguaios e a preocupação do seu Partido, Pátria Querida, com esses brasileiros.

Aproveito para solicitar o registro nos Anais desta Casa deste documento, que considero de grande relevância.

Louvo a decisão do Pátria Querida de empreender esforços para melhorar as condições de vida dos imigrantes brasileiros. Cumprimento Senadores e Deputados desse Partido. Tive a oportunidade de visitar seu portal da internet e li sua análise estratégica da realidade política paraguaia. Adota uma postura pragmática, com propostas arrojadas para transformar o país vizinho e melhorar a qualidade de vida da população e aperfeiçoar as suas instituições.

Sou de um Estado fronteiriço, o Rio Grande do Sul, uma das mais desenvolvidas fronteiras que o Brasil possui, exatamente com Uruguai e com Argentina. São praticamente dois mil quilômetros de fronteira.

Conheço e sei do convívio harmônico e especialmente daqueles povos fronteiriços – gaúchos, no Rio Grande do Sul, e gautos, na Argentina e no Uruguai –, mas entendo que ainda estamos presos a uma legislação antiquada, que iniciou lá em 1860 e que não sofreu o necessário processo de modernização.

Trato também, Sr. Presidente, neste pronunciamento, de um problema social correlato e que merece uma reflexão mais profunda, além de ações diplomáticas e administrativas pontuais. No continente sul-americano, o processo de migração entre povos e etnias diversas é constante, e o Estado brasileiro enfrenta desafios gerenciais sérios para delimitar espaços e garantir direitos dentro do ordenamento constitucional estabelecido.

A Diplomacia brasileira é chamada a participar com mais intensidade da discussão geopolítica regional. Outros órgãos do Executivo e também da Suprema Corte têm sido chamados a colaborar com a problemática das fronteiras, as necessidades da população fronteiriça e as demandas internacionais que ferem interesses nacionais.

Então, Sr. Presidente Mão Santa e nobres Colegas, chegou o momento de agirmos de forma articulada com os dirigentes dos países vizinhos com quem temos problemas comuns e juntos deliberarmos para o bem-estar desses brasileiros que vivem naqueles países, nem sempre recebendo um tratamento compatível como o dispensado por nós, brasileiros, àqueles que escolhem o Brasil para viver e para morar.

Essa solidariedade entre povos e Estados é fundamental para o estabelecimento de uma identidade regional capaz de consolidar o mercado regional comum compatível com os interesses da coletividade sul-americana.

Constam da carta que recebi do Parlamentar paraguaio no Mercosul, Dr. Campos Ortiz, informações que chamam a atenção. Entre elas as seguintes:

*“Não existem estudos sérios que possam nos informar com exatidão quantos brasiguaios existem no Paraguai.*

*Tampouco existe um diagnóstico objetivo sobre o montante de terras que ocupam, nem de atividades econômicas que desenvolvem naqueles países [especialmente no Paraguai e na Bolívia]. Especificamente no Paraguai, há quem diga que os brasiguaios são responsáveis pelo crescimento da pobreza e da marginalidade. Evidentemente esses argumentos carecem de fidedignidade, mas exigem atenção pelo expressivo nível de preconceito e xenofobia que contém.”*

Sr. Presidente, eminentes Colegas, o Brasil mantém importantes relações com o Paraguai. Temos três grandes vertentes de interesses binacionais. São elas: a Hidrelétrica de Itaipu, que atende as demandas energéticas, especialmente das indústrias do Estado de São Paulo; o comércio bilateral que se concentra na Cidade do Leste, em Foz do Iguaçu; e o esforço diário de, pelo menos, 300 mil trabalhadores conhecidos naquele país como brasiguaios.

A crítica situação de instabilidade social, decorrente da insegurança jurídica, da desassistência do Governo, agrava-se ainda mais à medida que a burocratização e a politização da questão levam à indefinição de ações pontuais do Governo paraguaio, com a devida urgência, para regularizar a situação dos chamados brasiguaios.

A indefinição sobre a situação dos brasiguaios constitui um sério problema social que atinge brasileiros que moram além das nossas fronteiras, trabalhando, gerando riquezas e contribuindo efetivamente com a economia do país vizinho.

Os brasiguaios não têm estabilidade nem segurança institucional, mas algumas estatísticas feitas por instituições privadas paraguaias informam que as plantações de soja naquele país atingem o montante de 1,5 milhão de hectares, sendo que os brasiguaios produzem em torno de 1,2 milhão de hectares. E a atividade econômica da soja é responsável por 30% do PIB paraguaio.

Ao analisarmos esse indicador, visualizamos a importância relativa da produção brasiguai na agro-negócio do Paraguai. É, inegavelmente, importante. Portanto, merece tratamento condizente a sua contribuição.

Infelizmente, essa situação está se repetindo também na Bolívia, onde famílias brasileiras estão ameaçadas de expulsão da cidade de San Ignácio de Velasco, na fronteira com o Brasil. A situação foi tema de audiência pública nesta semana na Comissão de Relações Exteriores do Senado, requerida pelo nosso Colega de Senado e do Mercosul Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O caso foi noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, e também dá conta de que os dois Governos estão providenciando, por meio da Organização Internacional de Migrações (OIM), a transferência de outras 1.500 famílias brasileiras da região fronteiriça de Pando, na Amazônia boliviana, para terras do interior daquele país ou do Brasil.

O Brasil, historicamente, sempre foi receptivo à colaboração dos imigrantes das mais variadas origens e tradições culturais. Somos uma Nação que se homogeneizou por meio de uma formação heterogênea. Convivemos pacificamente com todos que aqui chegam e queiram colaborar e participar da nossa economia e da nossa vida. A miscigenação é um valor nacional. Esse é um dos fatores que tornam os brasileiros mais flexíveis e mais acessíveis.

Em julho deste ano, o Presidente Lula sancionou a Lei nº 11.961, regulamentada pelo Decreto nº 6.893, com o objetivo de regularizar a situação de todos os estrangeiros em situações, em condições irregulares no Brasil. Foi um gesto, acima de tudo, humanitário do Governo brasileiro e do Presidente Lula. Por que não esses nossos vizinhos seguirem o exemplo brasileiro, o exemplo que o Presidente Lula está dando de convívio e de paz social?

Desejamos construir um continente na América do Sul sem discriminação, com a devida reciprocidade de nossos vizinhos.

Não podemos aceitar ações contrárias à integração econômica e social, como as que estão sendo perpetradas contra os brasileiros que vivem em outros países, sobretudo países vizinhos, aqui na Amé-

rica do Sul, com os quais temos interesses de Estado comuns.

A nossa diplomacia deve agir mais objetivamente e engendar os devidos esforços para viabilizar as melhores condições possíveis para que uma cidadania sul-americana seja construída com a necessária reciprocidade.

Muitos dos brasileiros que migraram para os países vizinhos o fizeram há décadas, constituíram famílias, montaram empreendimentos, construíram sua vida naqueles países, adquiriram direitos de cidadania ao pagarem seus impostos, cumprirem suas obrigações cívicas e familiares e gerarem riquezas para aquelas economias.

Não se justifica, de forma alguma, que ações políticas discriminatórias, voltadas para atenderem interesses políticos conjunturais e vinculados a visões e interesses nocivos à integração, aconteçam contra esses brasileiros, aumentando tensões políticas regionais e infelicitando famílias e cidadãos.

O Governo brasileiro, Sr. Presidente, precisa intensificar esforços para mudar rapidamente essa cruel realidade dos brasiguaios e demais brasileiros em situação similar em outros países vizinhos.

Tenho a convicção também de que o Parlamento do Mercosul poderá contribuir bastante para a construção de um novo ordenamento institucional no continente. Não obstante todas as dificuldades inerentes ao debate para minimizar arestas e gerar consensos, esforços têm sido feitos e alguns avanços realizados.

Mas a situação do indivíduo e de sua família, com suas necessidades e expectativas, não converge com a dinâmica do debate parlamentar, sobretudo no nível internacional.

Por isso, nobres Colegas do Senado Federal, precisamos estar atentos para, juntos, oferecer aos nossos irmãos brasileiros desprotegidos em outros países, a proteção possível para minimizar suas angústias e desesperanças.

Cabe a nós, Parlamentares, mobilizar o Governo e empreender os necessários esforços para que a integração sul-americana torne-se uma realidade, com a devida reciprocidade dos membros dessa comunidade, o mais breve possível.

E, dentro desse objetivo, eu apresentei aqui, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 313, de 2008, que institui o Estatuto de Fronteira para os Municípios de linha de fronteira e cidades gêmeas localizados na faixa de fronteira do Brasil, e dá outras providências.

Esse projeto, em seu art. 1º, prevê acordos particularmente para os Municípios de linha de fronteira e cidades-gêmeas com Municípios da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, da Bolívia, do Peru, da Co-

lômbia, da Venezuela, da Guiana, do Suriname e da Guiana Francesa.

O Estatuto de Fronteira tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico, social, científico, tecnológico e cultural dos Municípios de linha de fronteira, das cidades gêmeas e demais Municípios da Faixa de Fronteira e aprofundar o processo de integração regional, Presidente Mão Santa, do Mercosul e com os demais países limítrofes.

Entre as principais propostas, autoriza que Governadores dos Estados de fronteira e os Prefeitos dos Municípios da linha de fronteira e de cidades gêmeas, nas nossas fronteiras com esses países, possam fazer acordos para atuar de forma conjunta no saneamento básico, no fornecimento de água potável, nas comunicações postais, telefônicas e por Internet, nos serviços de saúde pública e assistência hospitalar.

Por incrível que possa parecer, Presidente Mão Santa, uma ambulância do Brasil não pode atravessar a fronteira do Brasil com a Bolívia, com o Paraguai, com a Argentina ou com o Uruguai, e vice-versa. Um ônibus que carrega trabalhadores em cidades onde muitas vezes a faixa de fronteira é uma rua não pode prestar serviço do outro lado, porque enfrenta uma burocracia realmente infernal.

Então, facilitar ajuda mútua em caso de incêndios e outros sinistros, proteção ao meio ambiente, segurança pública, especialmente quanto ao intercâmbio de informações, circulação de pessoas e mercadorias, transporte público interurbano, residência e trabalho dentro das zonas fronteiriças, educação, em especial o ensino dos idiomas português e espanhol e ainda cultura, lazer e esporte.

Essa proposta está tramitando aqui nesta Casa. Espera-se que ela possa merecer atenção dos Colegas, de maneira que possamos integrar nossos países, integrar a América do Sul efetivamente com essa inserção social fundamental e não discriminá-la, como vem ocorrendo em duas fronteiras brasileiras, especialmente: a fronteira com a Bolívia e a fronteira com o Paraguai, onde as crises locais apontam para os brasileiros como se fossem responsáveis por essas questões, quando, na realidade, são homens e mulheres, famílias que estão lá instaladas há muitos anos e estão contribuindo, com a força do seu trabalho, para o desenvolvimento desses países.

Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI EM SEU  
PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)*

## PATRIA QUERIDA

### Breve Informe de los Brasiguayos en PARAGUAY

La apertura de la democracia y la gradual construcción de un Estado de derecho impactaron en vastos sectores de la economía paraguaya entre ellos, la que se vincula a los productores brasileños en nuestro país. Posiblemente no sea lo más beneficioso para los brasileños afincados en Paraguay. El arribo al poder de Fernando Lugo, quien de la mano de sectores sociales y de una dirigencia de la izquierda radical agudizó la situación antes mencionada y de alguna manera acentúa indicadores en la supuesta creación de pobreza, marginación, atribuida falsamente la culpabilidad a los brasiguayos, que viven y trabajan en casi toda la franja Este de la República. La responsabilidad en la búsqueda de una solución es competencia de ambos Estados vinculados geográfica e históricamente por lazos que obligan a los legisladores de las dos naciones a regularizar el ambiente y evitar violencias innecesarias.

No hay estudios serios para afirmar cuántos brasiguayos hay en Paraguay. Tampoco se tiene una certeza de la cantidad de tierras que ocupan. Lo cierto es que los hacendados brasileños afincados en Paraguay son acusados de acaparar tierras, sostener prácticas agrícolas insostenibles, de explotar a los connacionales, de imponer su cultura y de que en mayoría están en condiciones ilegales.

Algunos investigadores privados sostienen que los brasiguayos poseen unos 1,2 millones de hectáreas, 40 por ciento de la superficie total de dos departamentos fronterizos con Brasil. Sin embargo, eso es difícil demostrar tanto del lado de Paraguay como de Brasil. Y en medio de la desinformación y la ausencia de la investigación seria, los brasiguayos quedan en el total desamparo.

Paraguay y Brasil hoy están unidos por tres ejes: La hidroeléctrica de Itaipú, que provee de toda la energía a las industrias de San Pablo; por el comercio bilateral que se concentra en Ciudad del Este, y en el esfuerzo diario que realizan en Paraguay unos 300 mil brasiguayos.

La problemática social posiblemente sea un tema que más se siente en las conformadas familias de los brasiguayos. Este es un tema que compete a ambas naciones. Por ahora sólo existen experiencias de políticas fallidas, donde los brasileños e hijos de brasileños se quejan de la falta de seguridad y los paraguayos del avance de su vecino en posesión de tierras agrícolas fronterizas.

Hay brasiguayos con más de 40 años en el Paraguay. Los primeros se afincaron en la época de Stroesner, quien para quedar bien con Itamaraty permitió el ingreso de los nuevos colonos. La década del 60 podría decirse fue el inicio de las incursiones de los hacendados de Brasil, quienes eligieron las ricas tierras de Alto Paraná y Canindeyú, fronterizos con los estados de Paraná y Mato Grosso do Sul, para trabajar, especialmente, en la producción agrícola.

Los dos gobiernos deben poner su parte para regularizar la realidad y principalmente para evitar más tensión, que por ahora ya amenazó conatos de violencia con derramamiento de sangre y hasta muertes.

Los sectores de la izquierda radical de Paraguay culpan de la contaminación por el uso de los agroquímicos a los brasiguayos, quienes igualmente son sindicados como principales responsables de la tala de árboles y de pretender imponer una cultura por medio de la lengua y la utilización de la moneda de Brasil a la hora de pagar a los paraguayos, ignorando el dinero local.

Según estimaciones privadas, de 1,5 millones de hectáreas de soja sembradas últimamente, 1,2 millones son de agricultores brasiguayos.

Hay que reconocer que la ausencia de Estado hizo que los brasiguayos construyeran sus propias escuelas, centros de salud y que el cuidado de los caminos casi siempre esté a cargo de ellos. En verdad, hay que decirlo, hay brasileños sin la condición de inmigrante que son verdaderos terratenientes en Paraguay.

El Partido Patria Querida institucionalmente decidió poner todo su esfuerzo en mejorar la vida de los inmigrantes. Creemos que la integración real pasa por incorporar a los llamados brasiguayos dentro del marco legal que rige en la República. Es tanta nuestra convicción que desde nuestra fundación, ya como movimiento en 2002, hemos trabajado con los inmigrantes. Es más, hoy tenemos como autoridades electas por el Partido a varios concejales brasiguayos. Como ejemplo podemos citar a José Smaniotto y Amauri Stadler, concejales en Minga Porá. El segundo de ellos incluso fue Presidente de la Junta Municipal.

También están Sergio Canuto y Josemir Simón, concejales de San Fé. Este último también fue presidente de la Junta Municipal. Igualmente están Eno Michels y René Melgarejo, concejales en Nueva Esperanza. Así como ellos hay varios que son dirigentes del Partido a nivel Distrital y Departamental por todo el Alto Paraná y Canindeyú, territorio que linda con el Brasil.

Otra muestra del compromiso del Partido con los hermanos de Brasil es lo que realizamos a nivel Legislativo en el sentido de interpelar hoy al presidente del Instituto de Desarrollo Rural y de la Tierra (INDERT), Alberto Alderete, quien desde que asumió el cargo, bajo el liderazgo del presidente Fernando Lugo, está realizando una tarea que hábilmente busca dejar al desamparo a propietarios de fincas y productores de soja, que en buen porcentaje son llevadas a cabo por los brasiguayos.

Nosotros no creemos en la lucha de clase: El Paraguay se levantará con el esfuerzo de ricos y pobres, de agricultores y productores, en fin, con el esfuerzo de cada ciudadano que vive y trabaja en nuestra tierra guaraní. En ese aspecto, como Partasur, y por mandato de mi Partido, tengo la obligación de trabajar con mis pares de Brasil en políticas que ataquen el centro de la problemática y desde esa visión-influir, desde el PARTIDO PATRIA QUERIDA, en las tomas de decisiones desde el Estado paraguayo, para asegurar la convivencia armónica dentro del marco de derechos y obligaciones para cada habitante del suelo patrio.

Roberto Campos  
Parlamentario MERCOSUR

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento Interno.

Esse é o Senador Sérgio Zambiasi, que representa o Estado do Rio Grande do Sul, o PTB de Vargas e a classe de radialistas e jornalistas, que sempre deram grandeza a este Congresso. Basta relembrar Carlos Werneck Lacerda.

Ô Zambiasi, Carlos Werneck de Lacerda foi um Parlamentar como V. Ex<sup>a</sup>. Talvez o maior tribuno da história. Nós ouvíamos às quintas-feiras, às 21 horas, Raul Brunini, Vereador, que apresentava Carlos Lacerda na Rádio Globo.

Mas Carlos Lacerda se eternizou mesmo no Executivo. É como diz a *Bíblia*, em Tiago, Apóstolo, que “A fé sem obras é morta”. Isso serve também para o Mário Couto.

Eu tenho uma filha que estuda lá. Faz especialização em dermatologia na Santa Casa. E ontem, ela telefonou e disse que aí, de repente, foi chamada pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia. Isso é muito difícil, é muito raro para um médico residente, porque são tantos em um hospital grande. Mas ela aí foi e ele entregou um livro dele – ele é escritor, não é? – para mim.

E ela ficou de dar outros para mim, e ele fez as melhores referências ao Senador Sérgio Zambiasi. Então, eu quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> tem uma trajetória como a que teve no Congresso Carlos Werneck Lacerda. V. Ex<sup>a</sup> sabe que ele foi Parlamentar várias vezes. Eu tive oportunidade de vê-lo governar o Rio de Janeiro. Eu me lembro, foi uma mudança. Havia aquela música: “De dia falta água, de noite falta luz”. Uma vez, Zambiasi, eu o vi parando, o trânsito parado, ele no meio da rua. Aquela imagem ficou. Hoje nós temos a imagem do Túnel Rebouças, a imagem da luz que não havia, da água que não havia – ele resolveu –, do Aterro do Flamengo, Copacabana. Outra coisa que me impressionou é que V. Ex<sup>a</sup> já, já, será Prefeito, porque a minha filha disse que V. Ex<sup>a</sup> é muito querido lá. Nós lamentamos porque o País perde o Senador, mas V. Ex<sup>a</sup> vai voltar à Assembleia e será o próximo Prefeito. É uma trajetória muito parecida com a de Carlos Lacerda.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Presidente Mão Santa...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI) – E aí aquele Túnel Rebouças... Quem conheceu o Rio antes... E ainda mais: eu me lembro do Rio de Janeiro, porque eu estudei lá. Quando a gente passava no túnel que vai para Copacabana, ali parecia um presépio com aquelas casinhas lá em cima no morro. Ele que fez o primeiro conjunto habitacional, a Vila Kennedy. Mas o que mais me impressionou... Eu vou dar aos dois. O

Pará também está esperando Mário Couto, essa esperança o povo não pode perder.

Mas o que mais me impressionou de tudo que eu vi do Lacerda, primeiro, foi um dia o trânsito parado e ele no meio da rua ali perto do centro do Rio – o nome da rua não lembro –, perto do Ministério da Fazenda. O que é? O que é? Aí, parou todo mundo. Era o Lacerda, engarrafou e ele mostrando ação, botando ordem no trânsito. Mas, o que mais me impressionou foi que onde eu passava eu lia: “Há vaga. Há vaga. Há vaga.” Todas as escolas tinham esta placa: “Há vagas”. Então, não interessava se tinha. Chegava um, e o Governo garantia.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Presidente Mão Santa...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI) – Então, eu faço essa retrospectiva porque sei que já, já... Eu fui prefeitinho, fui Governador de Estado. A satisfação do Executivo... E citei o exemplo de Carlos Lacerda, que muito se assemelha a V. Ex<sup>a</sup>. Ele foi extraordinário para a Guanabara, mas eu acho que a Guanabara não teve um Governador tão eficiente como Porto Alegre vai ter um Prefeito como V. Ex<sup>a</sup> e o Pará está aguardando o Mário Couto.

Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Apenas para agradecer as referências, Presidente Mão Santa, e dizer que nós tivemos no Rio Grande do Sul também um grande Governador, Leonel Brizola. Todas as sextas-feiras ele discorria lá pela Rádio Farroupilha durante duas, três, quatro horas. Nas sextas-feiras à noite ele se comunicava com o Rio Grande do Sul. Na sua gestão, nós tivemos também esse fenômeno de “Há vagas. Há vagas” em todas as escolas. Ele construiu seis mil escolas rurais, escolas para cinco, seis, oito, dez aluninhos lá na roça. Eu estudei numa dessas escolas, eu fui aluno de uma escola rural. Na minha comunidade não houve necessidade de construir escolinha, porque havia uma pequena igreja e os filhos dos agricultores – eu entre eles – tínhamos oportunidade de frequentar exatamente o espaço daquela igreja.

Então, acho que é sempre importante referir-se a esses elementos históricos que o Presidente Mão Santa levanta aqui, porque, às vezes, o tempo acaba apagando da história esses fatos relevantes que nossos governantes produziram.

Em relação à sua filha, que é médica residente da Santa Casa de Porto Alegre, eu gostaria que, oportunamente, o pai, Senador, pudesse nos visitar e conhecer esse empreendimento.

A Santa Casa de Porto Alegre atende, seguramente, mais de vinte mil pessoas por dia. Tenho um levantamento que foi encaminhado pelo provedor e pelo

Diretor, Dr. Júlio. O Rio Grande do Sul possui 496 Municípios, e a Santa Casa atendeu, no primeiro semestre deste ano, além da região metropolitana de Porto Alegre, com mais de três milhões de atendimentos, 494 Municípios do Rio Grande do Sul, que encaminharam pacientes para a Santa Casa, e 24 Estados brasileiros, que também encaminharam pacientes para a Santa Casa de Porto Alegre, uma referência de saúde, uma referência de pesquisa, uma referência de atenção à medicina especializada.

Temos muito orgulho de termos uma instituição da importância da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que é bicentenária. É a mais antiga instituição de saúde do Rio Grande do Sul, uma verdadeira referência e um orgulho não apenas para Porto Alegre, mas também para todos nós gaúchos.

A sua filha, seguramente, fará uma grande experiência profissional.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI)

– Realmente, sou médico e avalio.

Primeiro, passei os trinta anos da minha vida dedicando-me à Santa Casa da minha cidade, Parnaíba.

Segundo, ela estava estagiando, fazendo cursinho, na Santa Casa do Rio de Janeiro, com o Prof. Azulay, dermatologista. Fui lá algumas vezes. Ela mesma tomou a iniciativa de fazer esse concurso para a residência, tirou o segundo lugar e foi. Apenas lamento porque a distância é grande. Mas qualquer dia nós vamos, porque é um prazer conviver com a civilização gaúcha. É um prazer tomar aquele vinho Miolo e os vinhos da Casa Valduga, Mário Couto, e comer o churrasco e o arroz de carreteiro. Só não aprendi a tomar chimarrão, mas V. Ex<sup>a</sup> vai me ensinar.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIAZI** (PTB – RS) – Chimarrão tem no meu gabinete todas as manhãs e todos os finais de tarde. É só chegar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI)

– Vou fazer um estágio com minha filha lá.

Agora, convidamos, para usar da palavra, o Senador Mário Couto, um político que lidera a Ilha do Marajó. Nunca vi um político ter uma projeção tão rápida no Senado. Sua voz brava faz também lembrar os grandes oradores do Brasil.

V. Ex<sup>a</sup> empolga todos nós e também, como Zambiasi, teve intensamente uma vida política parlamentar. Como Zambiasi, V. Ex<sup>a</sup> foi Deputado, Presidente de Assembléia, e o povo o trouxe para cá e quer ter uma esperança de vê-lo governar o grandioso Estado.

O Pará tem grandes oradores. Jarbas Passarinho, no período revolucionário, era o grande tribuno da cultura. Do PMDB mesmo, Jader Barbalho ninguém nega. Mas V. Ex<sup>a</sup> vai ficar com a medalha de ouro. Os outros têm de se contentar com as de prata e bronze.

Com a palavra, o nobre Senador Mário Couto, que, com sua bravura e coragem, defende o Estado do Pará e sua gente.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Presidente Mão Santa, hoje trago dois assuntos à Nação brasileira. Um deles, Sr. Presidente, é o novo imposto criado pelo Governo Federal que percorre aí as Comissões e está próximo de chegar a esta Casa. Se não bastasse a CSS, que nada mais é do que a CPMF, o Presidente Lula ainda traz de novidade mais um massacre à população brasileira, que é a taxação da caderneta de poupança. Ainda bem - como diz V. Ex<sup>a</sup> sempre -, que existe o Senado Federal. E tenho quase que absoluta – vamos tirar o quase –, tenho absoluta certeza de que nem a CSS nem a taxação da caderneta de poupança passarão aprovados por esta Casa.

Mas sempre falo aqui nesta tribuna, quase todas as semanas falo, mostrando a imposição do Governo Federal. Eu não tenho nenhuma dúvida de que estamos numa ditadura política. Eu não tenho nenhuma dúvida de que, não fosse o Senado Federal, o Presidente Lula já teria claramente exposto o seu terceiro mandato. Eu não tenho nenhuma dúvida de que teríamos taxação em cima de taxação de imposto se não fosse este Senado. Mas, mesmo com este Senado, o Presidente, de vez em quando, consegue mostrar a ditadura política implantada neste País.

Foi derrubada a CPMF. Alguns brasileiros viram aquela sessão histórica daquela noite, quando entramos pela madrugada com muita força, com muita vontade, com muita proteção ao bolso do brasileiro, e conseguimos derrubar, contra a vontade, lá pelas três horas da manhã, essa maldita CPMF. Mas o Governo não se contentou e tornou a armar, passado algum tempo - “vamos deixar esquecer e depois, novamente, a gente implanta um novo imposto” -, e o Presidente criou a CSS.

Nação brasileira, dizia o Governo naquela época que, se fosse tirada a taxação da CPMF do contribuinte, o País não seria mais governável. Nada mudou. Ao contrário, Nação: a arrecadação brasileira aumentou. Chegamos, em 2008, a R\$1 trilhão. É verdade, Nação: R\$1 trilhão pagos pelo povo brasileiro! E o Lula ainda acha que é pouco.

A arrecadação, é verdade, aumentou depois da queda da CPMF. O que acontece na saúde, Nação brasileira, não é falta de dinheiro! Temos anualmente um orçamento de quase R\$70 bilhões para a área da saúde. É muito dinheiro. O que falta, na realidade, é gestão, é competência para se dar uma boa saúde ao

povo brasileiro. É isto que falta, Ministro Temporão: é capacidade, é exterminar esse mal que está arraigado dentro do Governo que se chama corrupção.

Os gastos do Governo aumentaram de 2007 para cá, desde que o Presidente Lula entrou no Governo. Qual é proporção desse aumento até hoje? Mais de 50%! Os gastos públicos aumentaram mais de 50%! E haja o Governo buscar fundamento para tirar dinheiro do bolso do brasileiro.

A corrupção no Governo Lula aumentou ou diminuiu, Nação brasileira? Qual foi o Governo mais corrupto da História do Brasil, Nação brasileira? E o Presidente nem liga para isso: “A minha popularidade está em alta. Eu estou alcançando 80% de popularidade nesta Nação. Eu lá quero saber quem está roubando ou quem não está roubando neste Governo?” É isso o que diz o Presidente. CPI da Petrobras não deixa funcionar! CPI do Denit não deixa funcionar! Ele não se interessa, não há o interesse do Governo em fiscalizar, em tapar o buraco tão fundo que tem a corrupção neste País.

Presidente Lula, saiba Vossa Excelência que a CSS não passará neste Senado. Ouvi atentamente todos os Senadores que subiram a esta tribuna durante esta semana. Foram mais de dez, somente esta semana, que foram contra a criação desse novo imposto; foram mais de dez que foram contra a taxação da caderneta de poupança.

Ô companheiro Lula, por que Vossa Excelência chama o povo brasileiro de companheiro? Não tem nada de companheiro aí. Aquele da classe média, da classe baixa poupa um pouquinho do que tem, quem sabe, Presidente, para se um dia precisar para tratar de um parente, para tratar de um filho. Lá ele poupa um pouquinho. Aí Vossa Excelência vai lá e taxa! Isso é companheiro, Presidente Lula? Vossa Excelência taxa em 22,7%, Presidente! É uma estupidez, Presidente!

“Ah, sim! Mas eu dou a Bolsa Família! Estou tranquilo neste País!”

São milhões e milhões de brasileiros que recebem a Bolsa Família. Como a Nação brasileira é muito pobre, como o interior deste País é muito pobre, se eu não tenho um relógio no pulso e me dão um relógio, eu jamais esqueço aquela pessoa que me deu. O próprio Presidente dizia isso antes de ser Presidente. O próprio Presidente dizia que, no Brasil, política se faz com o estômago. O próprio Presidente reconhece isso. E, como nada abala o Presidente em função da migalha que ele dá ao povo brasileiro – “Sim, não é mal; é bom” –, a sua popularidade cresce, e ele fica intocável, poderoso, capaz de criar e tirar do bolso do brasileiro o que ele quiser.

Eu vou ler à Nação algumas coisas que anotei, dados da Fundação e de outros institutos, do primeiro semestre deste ano. Olhe, Nação: os gastos do Governo Federal aumentaram em mais de 10%, ou seja, foram R\$24 bilhões a mais em relação ao primeiro semestre de 2008. Olhem por que o Presidente Lula quer criar o novo imposto: é porque o Governo gasta muito, indiscriminadamente, Sr. Presidente. E aí ele tem a necessidade de tirar o dinheiro do povo brasileiro para cobrir os gastos do Governo.

Falei há pouco que o aumento do gasto em pessoal, Presidente, em sete anos, foi de 49,6%. Cinquenta por cento, Presidente! Olhe o quanto aumentou. Aqueles petistas que recebem DAS, de que V. Ex<sup>a</sup> fala nesta tribuna, de R\$10 mil cada um, estão aqui, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI) – O DAS-6 é R\$10.548,00.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Estão aqui, Presidente, embutidos nesses 50% de aumento. Estão aqui, Presidente! A folha subiu de R\$53 bilhões para R\$79,8 bilhões. E aí tira do bolso do brasileiro, e aí cobra imposto do brasileiro, taxa a caderneta de poupança daqueles que estão poupando centavo por centavo, diariamente. “Taxa! Cobre os meus gastos! Cobre os meus gastos! E não interessa gritar, não interessa bater no Governo!”

Presidente, aqui não vai passar, Presidente. Não vai passar aqui nesta Casa, Presidente. Mude de rota, procure fazer a ditadura política mais clara, implante um decreto, mas, aqui nesta Casa, o projeto de lei de V. Ex<sup>a</sup> não vai passar, Presidente.

Para a empresa do publicitário Duda Mendonça – olhem, senhores –, envolvido no escândalo do Mensalão, o Governo já repassou, nos últimos seis anos, R\$150 milhões. Foram R\$150 milhões para o Duda Mendonça.

Ô Duda Mendonça, tu estás muito bem. O povo brasileiro é que está mal. Tu estás rico, Duda Mendonça. Chega, Duda Mendonça. Para, Duda Mendonça. Para que tu queres mais, Duda Mendonça?

Neste ano, somente o Ministério da Saúde – por que o Ministério da Saúde? – pagou R\$16 milhões para a empresa de Duda Mendonça. Por quê? Abre CPI e não adianta. Ninguém consegue fiscalizar este Governo. Ele tem a maioria aqui neste Senado. Ele tem a maioria na Câmara. São bandos de subordinados ao rei, aqueles que têm cargos públicos, aqueles que fazem política à base da troca e que não podem, não sabem fazer política sem estar do lado dos governantes, para ficarem perto da mesa, esperando migalhas caírem em suas mãos; a sobra da comida da mesa do rei cair nas suas mãos e fazerem política! É troca de

interesses. E, quando chega na hora de votar a favor da população brasileira, não podem, senão o rei corta o que lhe dá.

Presidente, vamos falar agora dos cartões corporativos.

De janeiro a julho deste ano, os gastos cresceram 44,95% só de cartões corporativos, aquele que o Ministro do Esporte gastou com tapioca; aquele, Presidente! No total, foram usados com cartões corporativos R\$34.975.000,00 só neste ano. Desse montante, R\$15.721.000,00 foram gastos com despesas chamadas sigilosas, Presidente.

Presidente, Vossa Excelência pode me explicar o que é despesa sigilosa? Alguém sabe o que é despesa sigilosa? É muito dinheiro! São R\$15 milhões em despesas sigilosas! Ninguém pode saber o que é isso, nem o Tribunal; nem o Tribunal de Contas da União pode saber o que é despesa sigilosa.

Sabem quantas pessoas, Brasil, vão ser atingidas com essa taxação da caderneta de poupança? O Presidente disse: "Não, são poucas pessoas, só os milionários." Que papo furado, Presidente! Mais de um milhão de pessoas serão atingidas; mais de um milhão de pessoas serão atingidas com a taxação da caderneta de poupança! "Ah!, mas é de 50 mil pra cima!" A classe média, Presidente, passa anos e anos e anos economizando alguma coisa pra chegar a esse valor. Quando chega nesse valor, Presidente, Vossa Excelência quer tirar o dinheiro daquele pobre coitado, que poupar a vida inteira?! Que sentimento tem Vossa Excelência?

Aliás, sei que Vossa Excelência não tem, porque, se tivesse sentimento, os aposentados não estavam morrendo neste País. Vossa Excelência não enganaria os aposentados deste País.

Senhor Presidente, na situação dos aposentados, é necessário que a Cobap, que representa os aposentados deste País, pare de ser enganada. Que a Cobap, Senhor Presidente, vá às ruas; que a Cobap vá à rampa do Planalto, ao Banco do Brasil, onde Vossa Excelência esteja. Estou falando isso há várias semanas.

Vamos, aposentados deste País! Vamos atrás do Presidente! Não adianta mais negociação aqui! Não se pode esperar mais por nada! Quando é que ele vai pensar em vocês?

Observem: ele tenta criar imposto neste País, este é o País que mais paga imposto do mundo! O País que mais cobra imposto do seu filho do mundo! Acima dos Estados Unidos, acima do Japão! São 39% do PIB! Quase que ele pega toda a produção brasileira cobrando imposto do bolso do brasileiro! Ainda vem inventar agora a caderneta de poupança!? Por que ele não cria algo para dar aos aposentados e resolver

a situação desgraçada em que se encontram os aposentados deste País?

Não tem mais o que esperar, Mão Santa! Vamos nós! Vamos, aposentados! Força! Força! Vamos atrás do Presidente para mostrar a situação de cada um de vocês!

Sr. Presidente Mão Santa, minha indignação cada vez aumenta mais. Vejo neste meu País o abandono daqueles que precisam do Governo brasileiro, e o Governo brasileiro vira as costas.

Vejo a corrupção aumentar neste País indiscriminadamente. Vejo a popularidade do Presidente Lula crescer por meio da troca do Bolsa-Família, como ele próprio disse: "fazer política com o estômago". Vejo que a Nação brasileira paga um dos maiores impostos do mundo. Vejo que o País não retribui aos seus filhos. Vejo a segurança pública cada vez mais frágil; vejo a violência aumentar neste País. A cada dia são dezenas de brasileiros mortos nas ruas. Talvez se mate mais no Brasil por assassinatos do que uma guerra. Vejo a saúde precária. Vejo que um brasileiro, para ter uma consulta, precisa esperar 20, 30, 40, 50 dias, 2 meses, 3 meses para se consultar. A saúde está precária, dezenas de brasileiros morrendo, às vezes nas filas, lá no meu Pará, nas balsas, sem atendimento médico. Vejo o médico muito mal pago neste País.

Vejo a educação cada vez pior. Vejo a corrupção da educação no meu Estado. Vejo a qualidade da educação no meu País cada vez pior. Vejo as estradas brasileiras. Vejo o homem que se chama Pagot me levando à Justiça, porque, aqui, este Senador disse que ele rouba. Tu roubas, Pagot! Tenho provas disso, Pagot! Leve-me quantas vezes tu quiseres à Justiça, e continuo dizendo desta tribuna que tu roubas, Pagot!

As estradas brasileiras matando dezenas de brasileiros. Vejo portos, aeroportos... Vejo uma situação dramática. E vejo o Presidente Lula dizer aqui: Vou acabar com vocês, brasileiros. Aqui, sou rei. Vou cobrar mais impostos de vocês. Vou cobrar! Vocês derubaram, Senadores, a CPMF, mas eu tenho o poder de criar outra. Vou criar a CSS. Vou taxar a caderneta de poupança. Vou fazer com que os bancos fiquem ricos e os brasileiros fiquem pobres. Que os aposentados morram!.

Parece que é isso o que o Presidente Lula quer, meu caro Senador Mão Santa.

O meu Estado! Olho meu Estado e preocupo-me com ele. Colocaram uma senhora, colocaram uma mulher, e as mulheres confiaram muito nela. É a primeira Governadora do meu Estado, a primeira mulher. Mulher sempre é zelosa, mulher sempre é uma boa administradora. Começa pelo lar. Essa é um desastre. Falei aqui... Nem sei se devo mais falar, Mão Santa.

Falei aqui que ela... Será que falo? Acho que nem devo mais. Foi uma confusão danada no meu Estado quando solicitei à nossa Governadora: "V. Ex<sup>a</sup> é uma mulher governante. Não é por ser mulher, mas por ser uma mulher governadora. Então, V. Ex<sup>a</sup> deveria evitar estar nos bares, bebendo". Para que fui falar isso? Por que fui falar? Ofendi as mulheres. Governadora. Mulher governadora. Vou eu, Senador da República, chegar a uma esquina e ficar embriagado? É uma questão de postura e de respeito ao povo, que nos colocou num lugar alto. É um respeito que cada um de nós deve ter.

Presidente Lula, é verdade que Vossa Excelência deu continuidade a um programa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um programa brilhante, um programa para matar a fome de muitos brasileiros, aplaudido por todos, iniciado no Governo do Fernando Henrique Cardoso e que Vossa Excelência pegou, triplicou e deu o nome de Bolsa Família. É verdade. Mas, Presidente, não é só isso que o povo brasileiro precisa. Não precisa cobrar imposto, Presidente! Vossa Excelência mesmo confessa, quando vai à televisão, que o País está bem, que o País tem saldo - daqui a pouco, eu vou anunciar o que vou fazer nesta semana -, que o País agora está na era do pré-sal. Vossa Excelência até já disse: "Não vamos gastar o dinheiro assim, em coisas bobas".

O País está bem, Presidente Lula. O que Vossa Excelência tem que fazer é olhar para a corrupção, cortar a corrupção, diminuir pelo menos essas saúvas que destroem este País. Quantos, Presidente, no seu nariz, no seu Governo, comprovadamente cometeram corrupção? Quantos, Presidente? Palocci, Zé Dirceu, o cara lá do bicho. Centenas, centenas, Mão Santa. Quantos Ministros já saíram do seu Governo por corrupção?

E a torneira continua aberta. E Vossa Excelência, Presidente, ainda vai criar, ou tenta criar um novo imposto?! O brasileiro, Presidente, dá a Vossa Excelência, sem que Vossa Excelência retribua em serviços de qualidade a esse brasileiro, R\$1 trilhão por ano para Vossa Excelência trabalhar. Um trilhão! E Vossa Excelência gasta aleatoriamente.

E a Nação brasileira pode perguntar, Presidente, a Vossa Excelência: "Vossa Excelência nos retribui com saúde? Vossa Excelência nos retribui com educação? Nós lhe damos o dinheiro, Presidente, R\$1 trilhão por ano, Presidente. Vossa Excelência nos dá estradas dignas para que a gente possa andar? Vossa Excelência nos dá segurança nas ruas? Nós temos segurança nas ruas deste País?"

Até o Ministro já foi sequestrado, o Mantega já foi sequestrado.

Quero, Presidente Mão Santa, ao descer desta tribuna, primeiro, dizer ao Presidente Lula que ele não mande, que ele retire, se já mandou – pelo que eu sei, já está circulando nas Comissões –, esse novo método de tirar dinheiro do bolso do brasileiro, essa nova taxação da caderneta de poupança.

E, aos aposentados do meu País, àqueles pelos quais tanto luto: estou no meu gabinete a esperar que a representação de vocês possa começar o movimento para que a gente vá de encontro ao Presidente Lula.

Vou fazer mais: esta semana que entra, vou começar a colher assinaturas para a CPI da Previdência. Não posso mais ouvir, como ouvi na Globo, o Governo dizer que a Previdência é deficitária. Não consigo mais ficar quieto em relação a isso, senhoras e senhores aposentados deste País. Não posso mais ficar quieto. E, a partir, Presidente, da próxima semana, começo eu a coletar assinaturas para a abertura da CPI da Previdência. Aquela CPI do Dnit já vai começar, e eu quero, em seguida a essa, saber se realmente a Previdência é deficitária.

Eu quero saber se realmente ninguém tira dinheiro do fundo da Previdência. Eu quero saber se realmente aquele dinheiro que os aposentados pagaram durante toda a sua vida – e ainda pagam – para ter o direito de, na sua velhice, viver um pouco melhor – e não têm –, quero saber se tiraram ou não tiraram, para outros fins, o dinheiro de lá. Tenho certeza de que tiraram, e tiraram muito. E agora não querem dar aos aposentados. Usaram o dinheiro dos aposentados. Usaram. Na maior cara de pau, usaram o dinheiro dos aposentados e agora estão dando banana aos aposentados.

Então, Presidente, então, Ministro, quero ouvir V. Ex<sup>a</sup> na Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência. Quero ver o seu rosto, ô Ministro. Eu quero ver a sua arrogância. Eu quero olhar para a sua cara de mau, Ministro, sua cara de mau, e quero ver V. Ex<sup>a</sup> provar que o Presidente não sacou dinheiro do fundo para outros fins, deixando os aposentados brasileiros na miséria.

Termino, Presidente, termino, Nação brasileira, afirmando a vocês a tranquilidade. Fiquem tranquilos. A oposição saberá aqui defendê-los. Nem a taxação da caderneta nem o novo imposto passarão nesta Casa enquanto estivermos aqui!

Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI) – Senador Mário Couto, convidado V. Ex<sup>a</sup> para presidir a sessão para que eu possa fazer um pronunciamento.

Estão escritos ainda Osvaldo Sobrinho e Pedro Simon.

Essas sessões de sexta-feira... O Senador Pedro Simon, que é testemunha da grandeza deste Par-

lamento, sabe que Rui Barbosa fez pronunciamento de quatro horas. Paulo Brossard, do Rio Grande do Sul, fazia pronunciamentos de três horas e meia. No regime militar, então, o tempo foi limitado a uma hora – Petrônio Portella, em vez de falar uma vez por semana, falava três. Foram as palavras desses homens, como V. Ex<sup>a</sup> se lembra... Afonso Arinos, a dizer: “Será mentira o órfão? Será mentira a viúva? Será mentira o mar de lama?”.

E Getúlio, um bom homem, um estadista, envergonhado dos aloprados que o cercavam, afastou-se da vida.

Então, é aqui, no Senado, nessas sessões, que justamente resgatamos aqueles momentos desta Casa. É como deixou dito Teotônio Vilela: “O Senador deve resistir falando e falar resistindo”.

Esta Casa é o tambor de ressonância do povo. Nós temos que dizer o sofrimento do povo com coragem.

Então, essas reuniões são para isso. Inscrivem-se os Senadores, porque é nesse dia que temos um tempo maior. E acabamos de ouvir um belo pronunciamento em defesa do povo do Brasil, dos aposentados; em defesa do povo do Pará, que deseja melhor governo.

Já temos três oradores inscritos: eu, o Pedro Simon, que já está ali, e o Osvaldo Sobrinho, que foi ao Ministério.

*O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Couto.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Couto. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (S/Partido – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mário Couto, que preside esta reunião de sexta-feira; parlamentares presentes na Casa; brasileiras e brasileiros que nos assistem aqui no plenário do Senado e que nos assistem pelo sistema de comunicação fabuloso e acreditado do Senado...

A TV Senado, cada vez mais, se aperfeiçoa. É, sem dúvida nenhuma, o órgão de comunicação de maior credibilidade deste País, com a Rádio Senado AM e FM, Ondas Curtas e o sistema de comunicação escrito do Senado, fabuloso, o jornal diário, o jornal semanário, a agência de notícias.

Este Senado atualizou-se e é, talvez, um dos mais importantes da história da República do mundo hoje.

O País está tranquilo só por nós. Todas as instituições foram cooptadas – no meu Nordeste, fala-se que foram compradas –, acovardaram-se.

Isto aqui, brasileiras e brasileiros, não é a Cuba do Fidel, não é a Venezuela do Chávez, não é o Equador

do menino travesso Correa, não é a Bolívia do índio Morales, não é o Paraguai do padre reproduzidor, não é a Nicarágua e não está sofrendo hoje uma guerra civil, como Honduras, só por nós, só por nós deste Brasil. Desfrute! Daí a animosidade, a inveja e a mágoa.

Nós representamos com bravura e defendemos a democracia, que entendemos ser a maior criação da civilização moderna. E, para isso, tem de haver divisão de poder.

E nós não nos acachapamos.

Luiz Inácio, em um banquete das noites, depois de tomar umas – e eu digo isso com todo respeito, porque eu também tomo –, disse assim: “Vou botar o PMDB na Câmara e vou botar o Tião, do PT, no Senado”.

Botou não! Botou não! Aí falhou o plano do terceiro mandato. Quem quer o terceiro quer o quarto, quer o quinto, quer o sexto. Pergunte ao Fidel, pergunte ao Chávez, pergunte a esses traquinos que estão deturpando a democracia. Tem de haver alternância no poder.

O Mário Couto é entusiasmado, é grande orador, mas ele perde para mim não é na oratória – ele é melhor do que eu, Pedro Simon –, é porque eu consigo provar que o meu Governo do Piauí, do PT, é bem pior do que o Governo ao qual ele se refere, lá do Pará.

Eu ia tacar era o pau mesmo neste Governo. Por isso é que eu me afastei. Mas as coisas mudam, as coisas são dinâmicas. Pedro Simon, não disseram que política é como as nuvens? A gente está aqui, olha, depois ela muda. Mas eu vou falar ligeiramente sobre o assunto com o qual eu ia tacar o pau detalhadamente.

A gente recebe, Pedro Simon, esses e-mails hoje.

Olha, o Alvin Toffler, em seu livro *A Terceira Onda*, de 1980, previa isso. É interessante, 1980: o livro *A Terceira Onda*, de Alvin Toffler. A primeira onda foi a agricultura. O homem andava atrás de caça e pesca e depois conseguiu se fixar, morar, ter família – dez mil anos. Depois, veio a Inglaterra com a Revolução Industrial: o homem passou a ser urbano para ter emprego e ficar com sua família.

E agora iríamos entrar – ele dizia, Mário Couto, em 1980 – em uma terceira onda, caracterizada pela desmassificação da comunicação.

Pedro Simon, o homem hoje de maior coragem é um mentiroso, porque ele mente, como o Governador do Piauí mente, mente, mas é imediatamente... Antigamente, não! Era como Hitler. O Goebbels... Só tinha um rádio. Só era ele. E dizia o Goebbels, o chefe de comunicação – o Duda Mendonça do Hitler –: “Lá vai Hitler com quinze mil soldados” – e Hitler ia sair com dois mil. Os outros países... “Vai Hitler com vinte mil

soldados" – ele ia com três mil. Mas foi apavorando o mundo e deu no que deu a mentira.

Ô, Mário Couto... Mas hoje eles têm... O Governo está aí. O Luiz Inácio, o do Piauí... Pior, ele amordaça toda a imprensa. Amordaça mesmo, e faz isso com as grandes... E se vendem... Por isso, a TV Senado é hoje líder de audiência, porque aqui só é verdade. Você sabe...

E essas pesquisas aí? Ora, um partido desse que rouba, rouba – o Mário Couto disse... E ele se esqueceu dos quarenta alopradados fichados pelo próprio Procurador do Governo. Ele citou uns quatro, mas eu queria lembrar... Lá em São Paulo que o digam, não é? Mentem e roubam. Eles não vão falsear umas pesquisinhas não? Essa turma gosta de dinheiro, quem faz. Olha isso aí...

Não é, Pedro Simon? Falsear uma pesquisa é um pecado venial. É venial, né? O Pedro Simon entende. É. Não tem o pecado mortal e o venial? Ora, se eles já fizeram o pecado mortal de roubar, matar, eles não vão fazer... Então, tem muita mentira nisso. Tem muita mentira, que o Presidente merece... É o nosso Presidente? É. Eu votei nele em 94. Mas isso tudo é mentira. Eu ando nas ruas.

Olha, Pedro Simon, o que eu dou de autógrafo, o que tiro de retrato! Eu vou no avião, passa Teresina e vai para Fortaleza: "Não, eu sou do Ceará." E é um levanta, senta, levanta. Heim? E a minha posição e do Mário são firmes. Nós andamos no Pará. V. Ex<sup>a</sup> testemunhou. Fomos ao casamento. E como é que esse homem... Eu não vejo o povo... E Ulysses disse: "Ouça a voz rouca das ruas." Eu ouço.

Que ele fez essa caridade do Bolsa Família não vou negar. É muito. É uma caridade. Mas que o povo entendido diz que não é um negócio assim, não. Eu sei como melhorar isso: encaminhando eles para o trabalho, entregando para os prefeitos, arrumando mais um dinheiro, não é, Governador? E os prefeitos têm condições de encaminhar todo mundo para o trabalho. Eu fui prefeitinho. O Luiz Inácio não.

É fácil. A mulher estava ganhando lá. Ela sabe cozinhar? Vai ser merendeira. O homem era forte? Vai tomar conta, ser guarda da praça. Ele plantava? Vai ser jardineiro. Em pouco tempo a gente botava para trabalhar.

Então, não é um plano, não, porque eu me preocupo não é com os que estão ganhando não, que é uma caridade, estão precisando. Mas eu me preocupo com os filhos deles. Eu me preocupo. Eu sou o pai da Pátria, Senador, para isso. Olha que o exemplo... Ver o pai não trabalhar, a mãe não trabalhar!

Eu estou aqui porque vi meu pai trabalhando, minha mãe trabalhando. O exemplo arrasta. Mas ele

tem a maioria. Não ganhou as eleições com muito voto, não é? A segunda. Mas não está assim, não. Primeiro V. Ex<sup>a</sup> falou: a segurança. O mais importante de uma sociedade é a segurança, a vida, a liberdade e a propriedade. Norberto Bobbio, que foi o mais sábio dos últimos Senadores da Itália, professor, morreu há um ano, disse: o mínimo é a segurança, a vida, a liberdade e a propriedade.

E me respondam, brasileiras e brasileiros. Segurança? Nós vivemos é numa barbárie. Isso não é sociedade não. Saúde: ninguém mais do que eu pode falar sobre saúde. Eu tenho 42 como médico. Trabalhei numa Santa Casa e os pobres me deram o apelido Mão Santa. Olha, a saúde está muito boa e avançada, Mário Couto, mas para quem tem dinheiro, quem tem um plano de saúde. Mande um pobre ter a doença da candidata Dilma. É! Mande um pobre ter as filas, as dificuldades, o não atendimento, o SUS. A tabela do SUS é irrisória: R\$2,50 uma consulta, eu sei, eu sou um médico. Um parto é 20 reais. A saúde está boa. Eles são avançados, os médicos são cientistas. Eu os conheço, eu faço parte deles.

Ô Mário Couto, eu fui um extraordinário cirurgião. Era eu operando na Santa Casa, o Pelé fazendo gol, o Roberto Carlos cantando e o Dom Helder celebrando missa. Mas, está difícil saúde para os pobres. Para os pobres. Ou lá na Ilha do Marajó, como é que vai?

Ora, Pedro Simon, esse Luiz Inácio é grande mesmo. Acabamos de ganhar o campeonato, somos o campeão do mundo, medalha de ouro em morte na gripe do porco. Ô Mário Couto, eu sou médico, eu sei a história.

Essa dengue não existia, essa dengue não existia, o mosquitinho Oswaldo derrubou, o mesmo mosquito da febre amarela. E este Governo que não ganha de um mosquito. Ô, Luiz Inácio, eu sei que quem ganhou mesmo foi muito dinheiro os homens que fazem as pesquisas, porque Vossa Excelência não tem isso, estão lhe enganando, estão lhe iludindo, são uns alopradados. V. Ex<sup>a</sup> tem uma popularidade. Mas é o Presidente, é o nosso Presidente. Mas, isso aí é dinheiro, eu fui prefeitinho e governador, eu sei como essa canalhada gosta e puxa... Eu quero saber que o sujeito é bom quando sai do governo e anda de peito aberto. Eu ando em todas as cidades do Piauí e do Brasil de mãos dadas com a minha mulher, sempre. Aí é que eu quero saber, Luiz Inácio. É na hora em que a gente está... os puxa-sacos, os aproveitadores do dinheiro. Eu conheço esses malandros.

Pedro Simon, olha, teve um político no Piauí – vou contar para você, Mário Couto, que vai ser Governador do Pará – que foi duas vezes Vice-Governador e assumiu. Isso é raro. Junqueira, um velhinho simpático

co. Foi engraxate e depois foi bancário. Simpático, o Junqueira.

Á perguntaram a ele – lembro-me, porque eu estava na antessala do Dr. Lucídio Portela, Governador, e eu era Vice-Líder: “Ô, Junqueira, você ainda quer ser Governador?” Ele tinha sido duas vezes Vice de Petrônio e Helvídio Nunes, e assumiu. Petrônio, laureado; e Helvídio foi Senador. Ô, Mário Couto, eu estava como você. Quando ouvi a pergunta – viu, Osvaldo? –, corri atrás do velhinho para ouvir a resposta, porque pensei: vou ser esse negócio de Governador. Olha, aí. Você entendeu? E fiquei do lado do velhinho filósofo, Junqueira. Aí ele disse logo: “Não, estou velho. Isso é para gente nova”. Depois, ele parou e disse assim – esta é a filosofia: “Bem, eu queria, nem que fosse só por uma semana, para eu perseguir aqueles diabos que ajudei e que me traíram”. É isso, Luiz Inácio. É o Junqueira: “Queria nem que seja por uma semana, para me vingar dos traidores, dos aloprados que ajudei.” Tu sabes.

Então, era isso que eu queria dizer. Mas vim, eu era primeiro. Serei breve, porque vou entrar em um assunto que tem a ver com Pedro Simon.

“Sessenta mil famílias sem água no Estado do Piauí.” É um e-mail do Portal 180 Graus. Foi publicado em vários jornais. Olha aí: “Sessenta mil famílias sem água no Estado do Piauí”.

*“O presidente da Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Piauí (Fetag), Evandro Luz, diz que em 70 municípios a situação é crítica e na maioria deles o abastecimento com carros-pipa ainda nem começou (...).”*

*“A Fetag [do Piauí] já está entrando em contato com a Conab para viabilizar a entrega de cestas de alimentos.”*

Então, está aqui, e é grande. Um governo como esse, que tem 60 mil famílias... Ô, Mário Couto, está na Bíblia: “Dái de beber a quem tem sede e de comer a quem tem fome.” Está ouvindo, Osvaldo Sobrinho? Por isso, digo que meu Governador do PT do Piauí é pior do que a Governadora.

E vai mais adiante. Outro, o Detran. Mas ô povo que gosta de dinheiro! Eles são tarados. Eles são doentes. Esse PT... Olha, morreu, mas eu vou, com todo o respeito, contar a verdade. Vocês sabem que sou franco e gosto de conversar com os mais velhos. Pedro Simon, estava lá Gilberto Mestrinho – morreu. Com todo o respeito, ele está no céu. Mas vou contar a história. Olhe, Osvaldo, aprenda isso, porque é importante. Ele sentava bem ali, era do PMDB, Mário. Eu o chamava de Mestrão, porque ele tinha muita sabedoria, foi três vezes Governador e era do PMDB.

Eu estava me rebelando contra a perversidade da medida provisória que tirou o direito dos velhinhos aposentados e maltratou muito. Eu sentei ali; e ele, do PMDB, calado. Ele era o boto, como chamavam lá. Eu gostava de conversar com ele. Ele está no céu. Então, Osvaldo, eu disse: Mestrinho, e aí? E ele disse o seguinte: “Eu estava tomando as primeiras posições de reações contra esse governo que maltrata o povo.”

Aquela medida provisória tão perversa que o Paim teve que fazer uma paralela, contra a qual a Heloísa Helena se rebelou. Eles quiseram queimá-la aqui, mas nós apagamos a fogueira. E, aí, o Mestrinho disse o seguinte: “Mão Santa, você está certo.” Eu digo: “Mas, mas eu estou certo, estou aqui, forte, Governador, está aí na base aliada e só vota com eles.” Ele disse: “Bem, mas você sabe, estou nessa idade e tem uns lugares, umas posições, eu não quero sacrificar meus amigos.” Eu digo: “E esse negócio vai dar certo?” Sabe o que ele me disse, Mário Couto, depoimento: “Mão Santa, isso não vai dar certo, não. Esse povo aí nunca trabalhou, nunca estudou. Isso não vai dar certo, e eles vão com muita sede ao pote e é o negócio do dinheiro.” Lá no Piauí, eu sinto isso. Você está sentindo agora.

Por isso que disse aqui uma vez que três coisas a gente só faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. Eu já fiz a minha, me arrependi, o povo do Piauí já me perdoou.

Olha, olha essa indignidade. Tu queres trocar, eu troco agora, eu colho os milhões de assinaturas dos piauienses, porque, ô Governador ruim e mentiroso. Olha aí. Detran. Deputado Marden Menezes, do Piauí, as taxas do Detran – eu não vou ler, porque quero entrar noutro assunto rapidamente. Mas ele prova as multas, as taxas, os emplacamentos, não sei o quê, são de três a quatro vezes maiores do que as do Ceará e do Maranhão.

Sabe o que está havendo? Todo mundo hoje que compra moto vai comprar no Maranhão. As firmas de moto e de carro estão vendendo no Maranhão, pelo apetite voraz, pela ambição do dinheiro, as multas, as multas dadas em lugares nos quais não tem nada; cidade “carroçal”, há aqueles pardais, não é? Eu nunca vi. É como Gilberto Mestrinho disse: “Esse bicho é um esfomeado.” “Desempregados, famintos.” Palavras que ele disse, estou querendo recordar. “Nunca estudaram, se prepararam.” Eu digo: “Você está certo.”

Sabe o que está havendo? Todo mundo hoje que compra moto vai comprar no Maranhão. As firmas de moto e de carro estão vendendo no Maranhão, pelo apetite voraz, pela ambição do dinheiro, as multas, as multas dadas em lugares nos quais não tem nada; cidade “carroçal”, há aqueles pardais, não é? Eu nunca vi. É como Gilberto Mestrinho disse: “Esse bicho é um

esfomeado.” “Desempregados, famintos.” Palavras que ele disse, estou querendo recordar. “Nunca estudaram, se prepararam.” Eu digo: “Você está certo.”

Ó Deus, ó Deus, proteja Gilberto Mestrinho. Mas, pela verdade com que ele me orientou, continue firme. Mas, rapaz, é o Deputado Marden Menezes. E aqui estão todos os preços, um por um, são três a quatros vezes mais altos. A quadrilha do PT. De tal maneira que aí o Deputado Mauro Tapety disse: “Olha, no tempo do Mão Santa, o diretor era o pai do presidente da Assembléia. Ele pegava e dava dinheiro para os deputados; para os deputados não, para as solicitações, para recuperar todas as estradas.” Tirava o dinheiro do Detran mesmo. A Uespi lá tirava o dinheiro do Detran. E ele dizia: “Agora,...” Até o Deputado Leal Júnior, origem boa, o pai dele foi deputado comigo, um homem de bem, mas está na Base do Governo. Ele disse que isso não está direito, tem que chamar.

Mas, Pedro Simon, eu mudei o meu discurso, eu ia detalhar como o Governador do Piauí é bem pior do que o do Pará. Eu lamento. Então, Nossa Senhora de Nazaré, nós temos fé, temos a Santa Cruz do Milagre, que vai nos livrar disso. Nós temos a esperança da alternância, já há cinco candidatos lá, até o vice é candidato. Então, o que o Piauí deseja é que saia logo hoje, amanhã, deixe logo esse vice, tem mais gente que vai assumir, tem outros. Qualquer um é melhor do que o que está lá. Eu lhe digo que qualquer um é melhor: o vice foi meu Líder de governo; o PM Marcelo Castro foi do Iapex, é deputado federal; o meu Secretário de Indústria e Comércio, que é Senador; o do PT é um Secretário de Fazenda; o povo acha ele melhor. E o das oposições que surgiu, o prefeito da capital, está assim como Winston Churchill, juntando as oposições de tal maneira que o Serra está com 60% no Estado do Piauí. Essa é a realidade. Eu não sei como esses homens dizem que têm quatro candidatos a governador, e a Dilma só tem 20%. Coisas misteriosas.

Mas eu queria o seguinte... Pedro Simon, Deus é bom, e V. Ex<sup>a</sup> veio pra cá. Pedro Simon, recebi tanto e-mail, tanto telefonema, até de madrugada, de várias pessoas, de vários lugares: o meu irmão que ia viajar para a Europa; o Paulo de Tarso, da Sudene; recebi da Parnaíba; do Piauí; a minha filha, emocionada. E disseram que eu relesse. E a Adalgisa leu de manhã, e tu sabes que obedecço, quem manda é a mulher mesmo, já se passaram mais de quarenta anos ela mandando, eu até me acostumei. Mas ela pegou, a filha telefonou e viu. Foi telefonema que encheu o saco a noite toda, com esse negócio de... Para eu reler só a sua parte. O que eu disse no meu não agradou, não, eu me despedindo do PMDB. Olha, pode até ter agradado, mas o seu foi como quando a gente come um arroz com

feijão aí vem uma sobremesa, a que eu gosto mais – tu já comeste? – é aquele *crème brûlée*. Ô bicho bom! Lá vocês têm muita coisa: é cupuaçu, açaí, mas o *crème brûlée*... Ô Pedro Simon, então, pediram, exigiram para eu ler, e, de manhã, quando eu saí, Adalgisa falou: “Você não vai fazer isso, não; você vai ler, porque lá, do Piauí, telefonaram”. Eu já obedeci a essa mulher quarenta anos, vou logo ler para ela não brigar, a gente vai já para o Piauí.

Então, está aqui. Aí eu termino a carta de despedida do PMDB – está ouvindo, Pedro Simon? –, aí entra Pedro Simon. Ô Pedro, eu sei que V. Ex<sup>a</sup> é brilhante, mas, pelo número de e-mails que eu recebi, porque é automático: a gente termina aqui, chega ao gabinete e já tem. É aquilo que ele dizia: a terceira onda, é uma parafernália. O maior corajoso é o mentiroso, porque ele mente aqui... É negócio de blog, é negócio de portal. Outro dia, minha filha chegou e disse: “Papai, vamos fazer um twitter para você”. Eu pensei que era um negócio de música, na minha ignorância. É nada, é uma parafernália da comunicação que não dá mais certo, não, Luiz Inácio; aquele negócio de uma mentira repetida se torna verdade foi no tempo do Hitler, foi no tempo do Goebbels; hoje não dá mais, não. O mentiroso é corajoso, porque vem bomba de todo lado.

Então, Senador Pedro Simon, atendendo a centenas de e-mails, telefonemas, vou ler só a parte de V. Ex<sup>a</sup> para a gente terminar. Está ouvindo, Mário Couto? Você estava aqui quando ele leu ontem? Aliás, na minha despedida, V. Ex<sup>a</sup> foi. Vários Senadores foram, brilhantes, com a sua presença. Vários Senadores, de vários Partidos, cada um com uma oratória mais brilhante.

Então, Senador Pedro Simon, eu termino: “Ó Deus, abençoe o Piauí e a nossa gente!” Antes, eu tinha dito assim:

Mesmo com a alma ferida, continuo acreditando no filósofo que diz: “Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano”. Inspirados no rei Roberto Carlos, da minha geração, eu e Adalgisa abraçamos todos os piauienses cantando: “Eu quero ter um milhão de amigos...”

Senador Mário Couto, eu vou ter um milhão de votos. Então, Senador Pedro Simon pede um aparte, e eu dou. Olha, rapaz, é muito e-mail! Chegaram, pediram, exigiram. V. Ex<sup>a</sup> sabe como é isso. E o aparte:

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V.**  
Ex<sup>a</sup> não calcula a profunda mágoa com que recebo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Eu estava em Montevidéu, participando de um Congresso do Mercosul, quando a imprensa me telefonou,

perguntando o que eu achava da notícia de que V. Ex<sup>a</sup> estava saindo do PMDB.

Eu, que não estava a par da situação, disse que não acreditava: "Primeiro, eu não acredito que o Mão Santa saia do MDB" [olhe, V. Ex<sup>a</sup> disse MDB, porque V. Ex<sup>a</sup> se vinculou ao MDB "manda-brasa", ao MDB de vergonha da nossa história]. "Segundo, eu não acredito que o MDB permita que Mão saia do MDB". [V. Ex<sup>a</sup>, só nisso aí, mostra que a história, a grandeza era do de ontem, não é do de hoje].

Ontem, chegando aqui, recebi cópia da carta que V. Ex<sup>a</sup> terminou de ler desta tribuna. Olha, é difícil de entender. Uma pessoa que nem V. Ex<sup>a</sup>, com o seu passado, com a sua biografia, com a sua atuação brilhante e excepcional, mudando os rumos da vida diária deste Senado, tenha de sair do MDB" [ouvii, Pedro? Agora é que eu estou vendo: V. Ex<sup>a</sup> fala em MDB, que era a história, a grandeza; não é a vergonha], como expõe V. Ex<sup>a</sup>, porque o MDB [está no seu subconsciente], a rigor, determinou que isso acontecesse. V. Ex<sup>a</sup> – Prefeito, Deputado [Estadual], Federal, Governador por duas vezes e Senador – tem sido a grande referência deste Senado em nível nacional. O seu linguajar, o seu estilo, as referências que V. Ex<sup>a</sup> faz a autores, a sábios, a gênios da política internacional, com as suas frases que marcaram suas biografias, a oportunidade dos pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup>, a simpatia pessoal de V. Ex<sup>a</sup>, V. Ex<sup>a</sup> é o grande líder.

V. Ex<sup>a</sup> é o grande líder de audiência da TV Senado. É impressionante! Lá, no Rio Grande do Sul, todas as pessoas que me abordam, que conversam comigo, perguntam por V. Ex<sup>a</sup> e contam nos detalhes o último pronunciamento a que elas assistiram pela televisão de V. Ex<sup>a</sup>. Que fase triste vive o nosso País! E que fase triste vive o nosso Partido! De repente, sem mais nem menos, um partido que tinha o Governador eleito, reeleito, um Senador eleito, com uma multidão de votos, uma candidatura tranquila a Governador ou a Senador, fica informado de que o Partido lhe negará legenda, porque o Partido resolveu não ter candidato nem a Governador nem a Senador. O Partido, lá, decidiu ser uma sublegenda de aluguel do Partido dos Trabalhadores. Nenhuma aliança, nenhuma coligação, nenhum entendimento respeitoso. Quando tem um cargo a Governador a ser disputado, um cargo a Vice-Governador e duas vagas ao Senado, nem assim acharam

eles que V. Ex<sup>a</sup> pudesse ser candidato, digamos assim, a uma vaga de Senador. É muito triste! É muito triste que o MDB [V. Ex<sup>a</sup> fala em MDB] do Piauí V. Ex<sup>a</sup>, na sua carta, se refere a Chagas Rodrigues, e fui seu amigo e ele morando aqui em Brasília, ainda que fora da política, contava as suas histórias e a sua luta – é muito triste, um partido do tamanho do nosso praticamente determinar a saída de V. Ex<sup>a</sup>. Há dias, a direção do MDB lançou uma carta, uma nota, convidando, apelando, eu diria, para que os descontentes saíssem do Partido: 'Quem quiser sair, saia, porque não faremos nada. Saia sem nenhuma preocupação de que vamos solicitar que o mandato, como disse o Supremo Tribunal, é do Partido... que ela fez. É realmente muito triste. Na segunda-feira foi o ex-Governador Roriz. Três vezes Governador de Brasília, um forte homem público, candidato, que o Partido simplesmente excluiu, dizendo que, no PMDB, ele também não teria lugar nem a Governador, nem a Senador, nem a coisa nenhuma. E ele teve que sair do Partido pelo motivo de V. Ex<sup>a</sup> lá no Piauí. Não é candidato a nada. Talvez a Deputado ele desse uma legenda, talvez. Olha, que política é esta?

Agora vou dizer... O Roriz...

Todos nós sabemos que Deus fez o mundo, mas quem fez Brasília foi Juscelino Kubitschek, do nosso MDB, cassado aqui, e o nosso Governador Roriz.

O que o MDB fez para merecer uma direção que nem essa que ele tem? Há uma decisão do Partido determinando a realização de congresso em todos os Estados. Nós fizemos o nosso no Rio Grande do Sul para discussão sobre o programa partidário para Presidente da República e se o MDB quer ou não quer candidato próprio a Presidente da República. O Rio Grande do Sul foi unanimidade; milhares de pessoas no nosso congresso. Goiás também fez, Santa Catarina fez, vários Estados estão fazendo. Em meio a isso, o presidente "licenciado", porque ele é quem continua dando as ordens, informa que está querendo fazer imediatamente um acordo com o PT. Quatro anos, o MDB chegou a fazer uma prévia. Concorreram o Governador Rigotto, do Rio Grande do Sul, e o Governador Garotinho, do Rio de Janeiro.

Permita-me, eu, que sou seu discípulo, atento à história, foi negada a Requião a candidatura, foi ne-

gada a Itamar, foi negada a V. Ex<sup>a</sup>, que foi aclamado ser o nosso candidato no pleito.

A tese amplamente vencedora era de que o MDB tivesse um candidato próprio para Presidente da República. O que aconteceu? O comando nacional, com a maior cara de pau, não convocou a convenção, nobre Senador, para escolha de candidato. Não saiu a convenção! E o PMDB abriu mão, não teve candidato a presidente, também não teve vice nem do PT, nem do PSDB, não teve nada. O tempo de televisão a que o PMDB tinha direito para Presidente da República desapareceu, foi distribuído entre os outros partidos.

*Metade ficou com Lula, metade com o Serra, com o compromisso assinado entre eles: quem ganhasse traria o outro grupo para o lado do governo. E foi o que aconteceu. O Senador Renan, que foi Ministro da Justiça do Presidente Fernando Henrique, foi levado de volta para o PT pelos que estavam do lado do PSDB.*

*E, agora, quando esperávamos a convocação de uma convenção nacional para discutir o nosso plano de governo e a candidatura própria, sim ou não, o presidente licenciado, mas mandando, Presidente da Câmara, que está com a mosca azul de ser Vice-Presidente da República, quer fechar o acordo imediatamente com a... o Ex-Governador Roriz; vale deixar V. Ex<sup>a</sup> no vazio, vale o que for necessário.*

Mas V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, está acima disso. Eu me comprometi com V. Ex<sup>a</sup> que, com muita honra, iria ao Piauí fazer a campanha de V. Ex<sup>a</sup> para o Senado, no ano que vem. Se V. Ex<sup>a</sup> for candidato ao Senado, estarei lá para defendê-lo. Quero trazer aqui o meu testemunho. Não pense a Direção Nacional do PMDB e não pense o comando do PMDB, o triste comando do PMDB, lá no Piauí que V. Ex<sup>a</sup> não tem a capacidade, que não tem o respeito. Não apenas da Bancada do MDB [V. Ex<sup>a</sup>... O MDB está no subconsciente; a história, a vergonha, a luta era do MDB] mas de todo o Senado Federal. V. Ex<sup>a</sup> aqui é um vencedor. Dessa tribuna, de onde V. Ex<sup>a</sup> tem sido o campeão de uso durante esses anos todos, aquela Presidência, onde V. Ex<sup>a</sup> esteve mais tempo do que o próprio Presidente efetivo, a franqueza com que V. Ex<sup>a</sup> expõe a realidade deste País... V. Ex<sup>a</sup>, ao que sei, apoiou o Presidente Lula para Presidente. [Isso em 94] Tinha todas as condições de acomodar-se,

*de pegar os cargos, as vantagens que eles estão dando.'*

*A rigor, V. Ex<sup>a</sup> é até meio responsável com relação a ter se acomodado, pegado um cargo aqui, outro ali. No MDB está todo mundo cheio disso. [Mas aí V. Ex<sup>a</sup> se equivocou, porque aí já é o PMDB]. Um é Diretor da Petrobras, outro é Diretor do Banco do Brasil, outro é ministro disso, outro é ministro daquilo. Cargo é o que não falta. V. Ex<sup>a</sup> resolveu ser um Senador – digamos assim – independente e, da tribuna, onde V. Ex<sup>a</sup> está neste momento, disse o que achava que deveria dizer. Criticou quando achou que deveria criticar, expondo as linhas de V. Ex<sup>a</sup>, que são as linhas de existência de V. Ex<sup>a</sup>. Homem simples. Como diz a sua carta, belíssima carta, emocionante, a carta de V. Ex<sup>a</sup>, só saiu do seu Piauí para fazer [os seus estudos e] a sua graduação em Medicina. E com que honra V. Ex<sup>a</sup> disse que, nos anos longos em que exerceu a Medicina como cirurgião especialista, para o povo, é Mão Santa. Mão Santa! Ontem, como médico cirurgião, Mão Santa. Hoje, como político, que usa as suas mãos, a sua mentalidade, a sua capacidade, o seu esforço e a sua resistência a favor da dignidade, da honra, da seriedade. Eu lhe trago o meu abraço, o meu carinho. E lamento profundamente. Em primeiro lugar, quando eu o procurei hoje, eu achei que isso estava ainda em andamento. Eu tentava até convencê-lo a fazermos um movimento no sentido de exigir a sua permanência. Para mágoa minha, fiquei sabendo que V. Ex<sup>a</sup> já assinou ficha no outro partido. Eu felicito esse novo partido. Eles nem imaginam a aquisição que fizeram. Eles nem imaginam o que V. Ex<sup>a</sup> representará para o partido não apenas no Piauí, mas no Brasil inteiro. V. Ex<sup>a</sup> muda de partido para não mudar as suas idéias, a sua ideologia, o seu pensamento, a sua maneira de ser, a sua maneira de proceder. A sua consciência não está à venda. V. Ex<sup>a</sup> não está à procura de quem dá mais. V. Ex<sup>a</sup> está sendo coerente. Aquele jovem esperançoso, aquele médico iniciante que se transformou em um famoso cirurgião, aquele político que se consolidou pela dignidade e pela honradez vive uma hora muito feliz.*

*Às vezes, é preciso, para manter o rumo, mudar a rota. Às vezes, é preciso, para manter as idéias, buscar outras formas. Eu continuo seu amigo, seu irmão e seu admirador – seu, da sua querida esposa [Adalgisa] e da sua queri-*

*da filha [Daniela], que lá no Rio Grande do Sul faz um curso de especialização na Medicina. Continuo confiando que o futuro lhe reserva grandes planos, grandes trabalhos e postos muito importantes, não apenas no Piauí, mas no meu Brasil. Meu carinho, e que Deus seja pródigo com V. Ex<sup>a</sup> ao distribuir felicidades.*

Pedro Simon, agradecido, encerro aqui as palavras, atendendo ao apelo de centenas e centenas, inclusive da Adalgisa e da minha filha. Nossa gratidão.

A minha mãe era terceira franciscana como V. Ex<sup>a</sup>, daí o meu nome ser Francisco. Onde houver desespero, leve a esperança; o ódio, o amor; onde há dúvida, a fé; o erro, a verdade. Então, quero dizer que aprendi no colo de minha santa mãe.

Sempre disse: "Não sou Mão Santa". São mãos de todos os cirurgiões criadas por Deus para salvar alguns. Mas sou filho de mãe santa. E ela me ensinou que a gratidão é a mãe de todas as virtudes. Então, agradeço em meu nome e em nome da minha família.

Quero dizer que ingresso no novo Partido, que é um Partido cristão – esse é o nosso perfil –, com a mensagem de Cristo. Não fui para o PSC para ser servido, mas para servir ao Partido, ao Piauí e a democracia do Brasil.

Muito obrigado, Pedro Simon.

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Couto. PSDB – PA) – Convidado o Senador Mão Santa, 3º Secretário desta Mesa, para assumir os trabalhos.

*O Sr. Mário Couto deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI) – O orador inscrito é o Senador Pedro Simon.

Nós aprendemos na história, como diziam os romanos, vaidosos, que o melhor Senador era Cícero. Já os gregos, também na sua vaidade e cultura, diziam que o melhor era Demóstenes. E os europeus, que era Quintiliano. Acredito na história, mas porque ainda não tinha nascido Pedro Simon, que é melhor do que os oradores gregos, os da Europa e o próprio Cícero, Senador da República que simbolizou o Senado Romano.

Pedro Simon, entre os vivos, é aquele que se iguala a Rui Barbosa até em sua formação, em sua firmeza no Direito e no número de anos. Rui Barbosa passou 32 anos nesta Casa – reconhecimento do povo baiano, que o mandava de volta. E V. Ex<sup>a</sup>, com o mandato que recebeu do inteligente e bravo povo gaúcho, iguala-se também até ao número de anos e de serviço ao Congresso e à democracia.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou falar sobre dois assuntos: sobre o *recall*, algo que o telespectador deve achar estranho do que se trata, e vou fazer um apelo à Direção da Mesa para que, com humildade, recue da decisão de novos cargos serem locados nos Estados por parte dos Líderes e dos membros da Mesa. Considerando que o Presidente falou que era um pedido da Liderança, os Líderes, como o Mercadante, o Líder do Partido Socialista, o Líder do Democratas disseram que absolutamente não só não pediram, como são contrários. Acho que será um gesto muito bonito se a Mesa recuar.

É impressionante o aspecto negativo com que a imprensa repercutiu o assunto. Em primeiro lugar, a forma como a Mesa falou que extinguiu 500 cargos. A imprensa repercutiu que não é bem assim. Os 500 cargos não existiam; existiam 500 possibilidades de serem indicados cargos e cortaram cargos que estavam vagos. Ninguém foi demitido, não há economia de um centavo. Então, a informação foi mal dada.

"Não, porque nós iniciamos agora, demitimos 500, extinguimos 500". Foi ridículo! Segundo a imprensa, a verdade é que esse ato da extinção de mentirinha foi para passar outro ato, de que os membros da Mesa e os Líderes teriam direito a indicar mais três funcionários locados no seu Estado, lá no seu Estado, para fazer a sua campanha política. Isso, em uma hora em que estamos aqui tentando mudar, tentando encontrar uma saída, e ainda não encontramos. Fazer mais um ato desses, que tem uma repercussão negativa em toda a imprensa, foi muito triste, principalmente quando o Presidente diz que foi a pedido dos Líderes. E o Líder do Democratas, publicamente, disse: "Não é verdade. Não pedi. Não pedi e sou contra. Não quero". O Líder do Partido Socialista disse: "Não pedi. Não pedi e sou contra. Não quero". O Líder do PT, Senador Mercadante, disse: "Não pedi e acho que foi um grande retrocesso". A Mesa recuar é um gesto de grandeza, um gesto de grandeza. Não melhorar, não fazer, ficar até agora só na expectativa, vamos fazer não sei o quê, não sei mais o quê. E cada dia é uma notícia diferente. Um cidadão vai lá fazer curso de sei lá o quê, lá do outro lado do mundo, e um Senador até disse: "Não, é bom. Mais distante é melhor, porque a gente mistura civilização e toma conhecimento". Não dá! Sinceramente, não dá!

Faço um apelo para que a Mesa recue. Recuar é um gesto bonito; não recuar, cá entre nós, é um gesto muito triste.

Vou falar sobre o *recall*, mas, antes, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Presidente, que é impressionante como os órgãos de comunicação do meu gabinete funcionaram

depois do aparte que tive a honra de dar a V. Ex<sup>a</sup>. Muitos ainda não sabiam o que tinha acontecido com V. Ex<sup>a</sup>. Fiquei emocionado ao ver o carinho, o afeto com que as pessoas se referiam a V. Ex<sup>a</sup>, ao tomar conhecimento de que o Partido do Piauí e o Partido do MDB nacional, pela sua omissão, deixaram isso acontecer. Não é que deixaram isso acontecer, perdão, mas determinaram que isso acontecesse. V. Ex<sup>a</sup> não saiu; V. Ex<sup>a</sup> “foi saído”. Comunicaram que o Sr. Alberto Silva, ex-Governador e ex-Senador, nos seus 93 anos de idade – que bacana um homem nessa idade fazendo política! –, ele e a sua gente fizeram um arranjo muito triste, muito feio, muito feio. Em um Estado onde, normalmente, o Governador é do MDB – V. Ex<sup>a</sup> o foi duas vezes –, o MDB não quer apresentar candidato; quer apenas garantir uma posição importante para o filho do Sr. Alberto Silva. Uma coisa que acabou no Brasil foram as dinastias. Acabaram. A penúltima foi a da Bahia, onde não há mais coronel, e a última, nós sabemos, está lá no Maranhão, mas também está acabando. De repente, o Sr. Alberto Silva prepara um esquema, trocando a legenda por posições de apaniguados, e o Partido concorda, o Partido aceita, como fez aqui com o Senador Roriz, que foi ao Partido e pediu que interferisse porque o diretório local resolveu acomodar-se. E nós não vamos ter candidato a Governador aqui em Brasília. Não vamos ter candidato a nada; locou-se a legenda. É muito triste!

Mas foram muito emocionantes os telefonemas e as mensagens que recebi no meu gabinete, todas de solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>. Todas com muita tristeza, com muita mágoa! Todas perguntando que Partido é esse que deixa sair um nome como o de V. Ex<sup>a</sup>, um Partido que, na verdade, põe para fora um nome como o de V. Ex<sup>a</sup>. Na verdade, é isso, porque, no momento em que determina que V. Ex<sup>a</sup> não vai ter legenda... O Sr. Alberto Silva disputou o comando durante todo o tempo, mas, aos 93 anos, impedir que V. Ex<sup>a</sup> se candidate em uma eleição que tem duas vagas para o Senado, que tem Governador e Vice-Governador!? São duas vagas para o Senado! Impedir que V. Ex<sup>a</sup> ocupe uma das vagas? Juro por Deus que não dá para entender!

Esse é o comando – V. Ex<sup>a</sup> tem razão; deixe-me esclarecer agora –, esse é o comando do atual PMDB, que não é o nosso MDB. É uma pena!

O Presidente, que se licenciou – e nós temos uma Vice-Presidente muito competente, a Deputada Íris Araújo, muito capaz –, não dá chance, porque ele está mandando e comandando tudo, ainda que afastado, na Presidência da Câmara. Está enlouquecido com a possibilidade de ser Vice-Presidente, como enlouqueceu com a possibilidade de ser Presidente da Câmara, e foi. Fez todas as negociações, fez tudo que

podia ser feito, e foi Presidente da Câmara. Agora ele está fazendo tudo o que pode, tudo o que quer e o que não quer, para ser Vice-Presidente.

Um Partido que tem um compromisso.. Nós, Presidentes dos Diretórios Estaduais, recebemos circular, determinando que fizéssemos congressos e convenções estaduais para discutir a plataforma de Governo e a candidatura a Presidente da República, antes de fazer a reunião de Brasília. O Presidente tinha se licenciado. Candidato a Vice-Presidente. Quando ele assumiu a Presidência do MDB nacional, o Partido tinha 42 Deputados Federais em São Paulo. E agora, ainda com o Sr. Michel Temer na Presidência nacional, o MDB tem três Deputados Federais em São Paulo: um, dois, três.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. S/Partido – PI) – Dois só.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Dois, eleitos por duas igrejas. São dois pastores, um de uma igreja de cá, outro de uma de lá, que elegeram os dois. O terceiro, que é o Sr. Temer, foi eleito na sobra. Aliás, não foi eleito. Na sobra! Dizem até que houve um debate, que foi parar na Justiça, porque as sobras não eram dele, mas ele terminou, pela sobra, se elegendo. E agora quer ser Vice-Presidente da República. E vende a legenda.

Está lá o MDB, metade namorando com o Serra, metade namorando com o Lula, porque o Lula está com 80% de prestígio, mas o Serra está com 45% para Presidente. Então, a coisa já está acomodada de novo: Sarney, Renan e mais outros estão com o Lula, fechadinho, fechadinho; e outros estão com o Serra, fechadinho, fechadinho. Na hora, vamos ver.

Hoje, eu acho, Sr. Presidente, que o MDB não vai fazer nem convenção, porque a coisa está tão confusa que é capaz de acontecer o que aconteceu quatro anos atrás. O que aconteceu quatro anos atrás? V. Ex<sup>a</sup> se lembra: o MDB decidiu fazer a prévia entre o Governador do Rio, Garotinho, e o Governador do Rio Grande do Sul, Rigotto, para candidato à Presidência da República. Depois, houve uma confusão e, na reunião da Executiva, o Garotinho abriu mão da candidatura dele e me indicou para ser candidato. Pedro Simon candidato a Presidente. O que a Direção Nacional fez? Não fez convenção. Não houve convenção nacional. O MDB não se reuniu para decidir quem lançar candidato à Presidência da República, quem lançar candidato a Vice, para nada. Se fizesse convenção, ganharia a candidatura própria. Não convocaram a convenção e, naquela eleição, o MDB não teve candidato nem a Presidente nem a Vice. O nosso espaço na televisão caiu fora, não foi dado a ninguém.

E metade ficou com o Serra – não é bem o Serra; foi um candidato do PSDB –, a outra metade ficou com o Lula, e é isto o que está aí: acomodaram-se.

E os mesmos que estavam no Governo do Fernando Henrique estão no Governo do Lula. O mesmo Líder nosso, o Renan, que foi Ministro da Justiça do Fernando Henrique, hoje, é o maior íntimo do Sr. Lula.

Lá da Bahia, nosso Deputado, que é Ministro sei eu lá de que, era o grande Líder do PSDB, a favor do PSDB. Lembro que o Presidente Sarney, que é Presidente há muito tempo – já foi vários anos e várias vezes Presidente –, fez um almoço na sua casa em homenagem ao Lula e à Bancada toda; e o Deputado da Bahia – aliás, fiquei impressionado com sua competência – levantou-se ali e, em uma reunião que era feita para endear o Lula, foi duro, duro, duro, duro, porque ele era ligado ao PSDB. Hoje, é Ministro do Lula. E cobrado, ele diz: “Eu não sei, eu me apaixonei pelo homem!” Ele está apaixonado pelo Lula.

Esse é o nosso quadro, triste quadro, melancólico quadro. Como é que pode?

Ontem, vi o Presidente Sarney na tribuna – ontem ou anteontem, não me lembro –, defendendo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Que bonito! Que pronunciamento bonito!

“Não, o Brasil tinha que fazer a reforma agrária. Não fez a reforma agrária. O Brasil está aí, uma tremenda injustiça social. Não podemos demonizar os sem-terra. Eles estão lutando.” Que coisa bonita!

Outro dia, no Dia da Democracia, no dia da liberdade, o Presidente fez um pronunciamento, queixando-se da mídia: “Essa mídia, na verdade, é inimiga do Congresso. Ela está competindo conosco para saber quem é que representa o povo”. É... S. Ex<sup>a</sup> era Presidente do PDS, quando o movimento das Diretas Já, com o apoio da mídia, terminou não ganhando aqui. E ele foi o grande líder que derrotou a emenda das Diretas Já, como Presidente do PDS. E hoje está lá, no seu Estado, dono da repetidora da Globo, de vários jornais, da Globo no Amapá e da Globo no Maranhão. E nós perguntamos: e a mídia dele, como é?

Esse é o nosso MDB de hoje. Esse é o nosso MDB de hoje. É uma pena! É uma pena!

Está aí o PT. Lula disputou cinco eleições, perdeu três, mas o PT se manifestou, firme, e está aí no Governo. O Lula, um grande Presidente.

Aí está o PSDB, que é uma mescla do MDB. Fernando Henrique, oito anos. Estão há oito anos na Oposição, mas estão há oito anos lutando. Na última eleição tiveram um candidato, que foi o Serra; na outra, o Alckmin; e, agora, estão com outra candidatura. Estão lutando.

Aí está o Ciro, sem partido, sem nada, mas o Partido Socialista Brasileiro, deste tamanhinho, está lutando com a candidatura do Ciro. Está aí a Marina – uma mulher fantástica, diga-se de passagem. Vai para o Partido Verde e luta por uma candidatura. Lá está Heloísa Helena, uma heroína que luta contra as oligarquias, expondo-se, apresentando seu nome e apresentando sua candidatura. Está aí o PT, com a candidatura da Dona Dilma, que não consegue avançar; no entanto, está lutando.

O MDB? Pobre MDB! Acho que, lá do túmulo, Tancredo, Teotônio, Covas devem estar se revoltando em sinal de raiva e de protesto com esse comando do MDB. E o Dr. Ulysses, que não tem túmulo, porque não se sabe onde seu corpo foi parar... Lá, na beira do mar, onde caiu o helicóptero, os marinheiros dizem que, muitas vezes, de madrugada, na beira da praia, um vulto alto, enorme, magro caminha de pés descalços e, quando passa por eles, acena. Eles dizem que é Ulysses.

Não duvido que o Dr. Ulysses apareça um dia com um chicote na mão, dizendo: “Saiam daqui! Vocês estão humilhando o MDB, pelo qual tanto lutei!”

É uma pena! É uma pena!

Nunca vi homem mais vaidoso do que o Sr. Michel Temer. Nunca vi. “A la vestido”! Quando ele aparece, parece um artista planejado. Ele tem um olhar... A mão no queixo, olhando, assistindo. É impressionante!

Duvido que o Lula coloque o Sr. Michel Temer de Vice da Sr<sup>a</sup> Dilma. É claro que o Vice do PT, da Dilma, tem que ser de São Paulo, porque o Serra é de São Paulo. O Michel Temer pode ser paulista, mas se teve que recorrer aos votos que sobraram dos outros para se eleger Deputado, lá em São Paulo mesmo, ele pode ser um fator de desequilíbrio da Sr<sup>a</sup> Dilma, e não um fator que levante a candidatura dela.

Com a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, falo sobre o terceiro assunto. Ontem, fizemos uma reunião que chamamos de debate com a sociedade; uma audiência pública, na Comissão de Constituição e Justiça.

Esteve presente esta pessoa fantástica, que é o professor Fábio Konder Comparato, uma figura que vem lutando pela moral, pela dignidade, pela melhoria das nossas instituições, sob qualquer ângulo, sob qualquer canto, em qualquer lugar, em qualquer chance que lhe é oferecida; o professor João Batista Herkenhoff, Juiz aposentado, que nos entusiasmou pelo brilho, pela competência e por essa preocupação com o Brasil; e o cientista político Paulo Kramer, objetivo, e que, discordando dos dois anteriores, chamou-me a atenção por algo que a mim também tem chamado a atenção: ele cansou das utopias e acha que temos

que ser mais práticos, porque sonhar com o impossível é impossível.

A reunião foi feita, Sr. Presidente, porque temos três projetos: um, do querido e saudoso Jefferson Pires; outro, do ilustre Senador Antonio Carlos Valadares e o outro, do Senador Suplicy. Os projetos envolvem a figura do *recall*, envolvem a figura da revogação popular do mandato individual ou coletivo e do voto popular.

O companheiro deve estar perguntando: "Mas que matéria é essa, do que se trata?". Eu fui indicado Relator dos três projetos, e a Comissão resolveu agrupar os três num só, porque tratam da mesma matéria. E eu, cumprindo a determinação da Comissão de Constituição e Justiça, reuni os três projetos num só, e ontem o debate foi sobre essa matéria.

O *recall* é uma figura que nasceu nos Estados Unidos, e vários Estados americanos praticam o *recall*, e vários países do mundo. O que é? É o suprassumo da democracia. O *recall* permite que o povo possa determinar o afastamento de um Vereador, Prefeito, Deputado, Senador e Presidente da República. Como? Por exemplo, eu, Senador do Rio Grande do Sul. Meu comportamento é muito ruim, eu cometi atos indecentes, atos imorais. O povo do Rio Grande do Sul está profundamente revoltado. Um percentual de assinaturas considerado alto, 5% do eleitorado – dos cinco milhões de eleitores, 500 mil – teria de assinar uma moção pedindo um plebiscito em que o povo vai decidir se fico no Senado ou se vou para a rua. Cá entre nós, isso é muito importante.

Não é o Supremo. Na verdade, no Supremo, de repente, cassa-se um Governador em final de mandato, e ninguém entende direito o que é, o que não é. Na hora de cassar o Governador do Maranhão, cassaram-no para assumir a Vice. Na hora de cassar o Governador da Paraíba, cassaram-no para assumir o Vice, e, de repente, agora, não pode mais. Tem de ser o tribunal regional, e não o tribunal nacional. Não o Congresso, quer dizer, o povo. E não é o João, o Manuel, o Antônio, o Batista que vai fazer isso. Não! Cinco por cento do eleitorado. E não são 5% do eleitorado que vão determinar, reunir ou colher as assinaturas e não sei o quê e pronto. Não! Cinco por cento do eleitorado determinam que vai haver um plebiscito, e no plebiscito vão fazer a votação e vão discutir.

O Senador Pedro Simon vai dizer: "Olha, eu não sou... Sou um homem sério. Isso que estão dizendo de mim não é verdade, não sei o quê. Acho que eu mereço ficar". E a Oposição vai dizer: "Não! O Simon roubou isso, matou aquilo. O Simon fez mais isso e mais aquilo. Ele tem de cair fora". E o povo vai decidir, o povo vai votar. Concordo que é algo espetacular.

O ilustre cientista político Paulo Kramer, com profunda razão, disse: "Já não estou em idade de ter utopia". O que é utopia? Utopia é um sonho, é uma coisa que parece impossível, mas a gente luta.

Utopia foi a luta do MDB para restabelecer a democracia. Os caras nos chamavam de doido. "Estão aí esses generais de plantão, um substituindo o outro; todos os militares a favor da ditadura; a Igreja a favor; a imprensa a favor. E vem um tal de MDB a dizer: 'Vamos derrubar essa ditadura'. Então vamos fazer uma guerra civil?". "Não, o MDB não quer". "Então, vamos fazer uma guerrilha?". "Não, o MDB não quer". "Então, vamos dar o golpe?". "Não, o MDB não quer". "O que o MDB quer?". "Quer que o povo na rua derrube a ditadura". É uma utopia.

O que recebi de ofensa, porque não fui à guerrilha do Brizola, que a defendia, e eu fui contra! O que recebi de ofensa quando Brizola mandou votar em branco em 70, e o MDB perdeu: em primeiro, a Arena; em segundo, o voto em branco; em terceiro, o MDB. Achavam que éramos uma utopia, mas continuamos. O que sofremos quando a campanha das "Diretas Já!" foi para a rua, e a Arena do Dr. Sarney nos derrotou, com o Congresso cercado pelas tropas militares, pressões e coações de toda ordem! E caiu a emenda. Então, o MDB, que desmoralizava o tal de colégio eleitoral, defendeu o colégio e levou Tancredo. Tudo parecia uma utopia, e deu certo.

Então, as utopias também são possíveis.

Utopia foi na Índia, quando um santo, Gandhi, disse que ia fazer a independência da Índia, colônia da Inglaterra sem derramar um tiro. "Mas como que a Índia, coitada, vai se tornar independente daquele império britânico que dominava o mundo?". Daí ele lançou a tese da desobediência civil, e as pessoas passaram a não cumprir as determinações e aquele povo covarde, medroso, ali, sem força, sem nada, de repente, no ânimo do Gandhi, conseguiu se manifestar e se manifestar e se manifestar, e conseguiram a independência. Conseguiram a independência.

Essa tese é muito positiva. Nós permitirmos que o povo possa solicitar... E pode solicitar inclusive o fechamento do Congresso.

Um manifesto de 5% do eleitorado no Brasil diz: "Nós achamos que esse Congresso não tem mais chance. Queremos eleger um novo Congresso". Se tiver os 5% das assinaturas, sai o plebiscito. E a pergunta será esta: "Vocês acham que o Congresso deve continuar? Ou vocês acham que devemos cassar o Congresso e marcar uma nova eleição?". E o povo vai decidir. Os 130 milhões de eleitores brasileiros vão decidir. E aí não tem que pedir, como querem agora, que feche o Senado. As pesquisas já dizem que 30%, 40%, 50%,

60% 70% acham que se deve fechar o Senado – o que acho ridículo. Agora, se fôssemos para uma votação, num *recall* que nem este: “Vocês acham que devemos cassar os Senadores todos e fazer uma nova eleição?”. Eu acho que nós perderíamos. O povo mandaria fazer nova eleição.

É uma grande instituição. Vale para o Congresso, vale para o Presidente da República. Se o Congresso pode fazer *impeachment*, e o Senado cassou mandato de um Presidente da República, por que o povo não pode fazer isso?

E não é: “Ah, são dois caras, três caras, que vão fazer um ato ridículo”. Não. São 5% do eleitorado. Seriam necessárias quatro milhões de assinaturas. E quatro milhões de assinaturas não cassariam um Presidente. Quatro milhões de assinaturas determinariam a realização de uma plebiscito, e os 130 milhões de brasileiros é que decidiriam. É utopia? É, mas dei meu voto favorável. Eu desconfio que esse projeto vai passar no Senado, até porque nós sabemos que pára na gaveta da Câmara. Triste realidade essa que nós vivemos!

É verdade que alguns Deputados dizem que nós, Senadores, votamos, como já votamos, a fidelidade partidária... Nós, Senadores, já votamos a reputação ilibada; nós, Senadores, já votamos a ficha limpa; nós, Senadores, já votamos a verba pública de campanha. Está tudo na gaveta da Câmara.

E nessa reforma urgente, nessa reforma de mentirinha que fizeram agora, nós colocamos lá a necessidade de reputação ilibada. Caiu na Câmara, a Câmara a rejeitou. É claro que temos de fazer as reformas necessárias para se chegar a um *recall*. Não é, Presidente, como hoje: quarenta partidos, mas quatro partidos; mas não partidos como os que existem hoje, que não são partidos, são partidos de mentirinha, mas partidos de conteúdo, partidos de ideias, partidos de programas, partidos de filosofia.

Tenho repetido mil vezes: ali, na Argentina, os Peronistas, os Justicialistas, os partidos radicais, são partidos de mais de cem anos; ali, no Uruguai, o Partido Colorado e o Partido Blanco têm mais de cem anos; lá, no Paraguai, o Partido Colorado – da ditadura do Stroessner – está lá há mais de cem anos. E o Brasil não consegue ter partido político; tem essa anarquia que está aí, e o maior exemplo de anarquia é dado pelo PMDB nacional. É um Partido sério, um Partido de conteúdo, um Partido de ideias. Aí sim, há que ter um percentual, um número, para podermos determinar que o voto pode ser distrital ou até em lista, como é nos Estados Unidos, como é na Argentina, como é na Alemanha.

A eleição para Deputado é igual à de Prefeito: o cidadão se candidata... O Rio Grande do Sul tem 31 Deputados: fazem-se 31 distritos. Caxias, a minha terra, tem 300 mil eleitores. Só Caxias já elege um Deputado, mas, ali ao lado, vinte Municípios precisarão se juntar para chegar a 300 mil eleitores. Esses vinte Municípios elegem um Deputado. Como? Da mesma forma que o fazem quando a eleição é para Prefeito: cada partido apresenta o seu candidato.

Então, não é como agora: votaram no ilustre Deputado de São Paulo, que faleceu, e que teve um milhão de votos, e seis Deputados se elegeram com mil ou três mil votos às custas daquele. O voto distrital ou o voto em lista é importante.

Verba pública de campanha. Nessa reforma de mentirinha que nós fizemos, eu lutei por uma emenda...

**O Sr. Osvaldo Sobrinho** (PTB – MT) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Já, já lhe darei.

Eu lutei por uma emenda apresentada pelo Senador Suplicy, que determina que as verbas que os candidatos recebem para fazer campanha, de empreiteiras, de bancos, de empresas, dez dias antes da eleição, têm de ser publicadas. Se o Pedro Simon recebeu da Petrobras duzentos mil; se recebeu da empreiteira tal cinquenta mil... Todas deveriam ser publicadas para o povo saber.

Eu disse aqui no Senado: é uma votação nominal em que cada um vai mostrar a cara. Não deixaram. Nós não permitimos. A verba continua secreta. Imaginem então o que nós queremos, que é verba pública de campanha! O que é verba pública de campanha? Todo candidato ganha uma mesma verba do Governo. “*Mas o Governo vai dar dinheiro agora? Além dessas bandalheiras e de não fazerem nada, roubarem, não-sei-o-quê, ainda querem dinheiro do Governo?*” Sim, porque, se não é do Governo, é das empreiteiras, é das grandes empresas, e essas não dão dinheiro por amor. O candidato a Deputado, a Senador ou a Governador pega aquele dinheiro, mas, como aconteceu lá em São Paulo, na hora de dizer qual é a empresa de lixo que vai fazer, tem de indicar aquela que deu dinheiro. Qual é a empresa de ônibus que vai fazer o trabalho? É aquela que deu o dinheiro. Qual é a empreiteira que vai construir as obras? É aquela que deu o dinheiro. Toda corrupção começa na campanha eleitoral. Terminar com isso é uma grande coisa, mas não é fácil.

Então, é claro que estes assuntos, como a reforma eleitoral e o fim da impunidade... O Brasil é o País da impunidade. Eu tenho dito dez mil vezes: só ladrão de galinha vai para a cadeia no Brasil. O cara que está

sendo processado não pega um advogado para o absolver, pega um advogado para empurrar o processo, para não deixar o processo ser decidido.

Há dois ex-Governadores de São Paulo que, há quarenta anos, são processados. Um, mais um, mais um, mais um, mais um, mais um: foram condenados um monte de vezes, mas nunca em caráter definitivo. Acaba que, por decurso de prazo, eles são absolvidos.

Eu defendo aqui: candidato com ficha suja pode até não ser candidato, mas só se a Justiça julgar o caso dele antes da eleição. Vocês já imaginaram se isto acontecesse: ninguém com ficha suja pode ser candidato, mas a Justiça tem obrigação de decidir o caso antes da eleição. Podem dizer: "Ah, mas é complicado". É, mas vamos fazer! Em vez de o Supremo apreciar, por exemplo, briga de marido e mulher, aprecia os casos que envolvem candidatos. Outro dia, no Supremo, discutia-se um caso... Roubou? Não roubou? O caso foi parar no Supremo! Que se dê prioridade à causa pública.

Político que é candidato é julgado em primeiro lugar. Eu estranho que o Supremo só diga que é difícil, mas não tente. Essas coisas terão de ser feitas, é claro, para, depois, nós entrarmos com o *recall*.

Eu estou falando aqui para a história. Eu estou falando aqui para a história. Daqui a dois anos, daqui a dez anos, daqui a não sei quantos anos, quando a democracia for real, quando a ética, a moral e a dignidade existirem neste Congresso, quando alguém se lembrar de criar o *recall*, vão se lembrar desta sessão. Dirão: "É, mas houve um momento, lá atrás, em que o Senado discutiu esta matéria, realizou uma audiência pública, trouxe grandes juristas e grandes políticos para debater; e o projeto foi apresentado". Se Deus ajudar, poderemos até dizer: "E o Senado o aprovou, e a Câmara o engavetou".

Com o maior prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Osvaldo Sobrinho** (PTB – MT) – Senador Pedro Simon, ontem, eu falava ao Senador Mão Santa que o Partido de S. Ex<sup>a</sup> não fez justiça a ele, mas que a história o fará. A mesma coisa eu falo a V. Ex<sup>a</sup>. O seu pronunciamento aqui, hoje, é histórico verdadeiramente. Eu acompanhei atentamente as teses que V. Ex<sup>a</sup> colocou para a Nação, principalmente essas últimas. Eu quero colocar o meu ponto de vista. Eu tenho muito pouca experiência nisso, sou professor na área de Direito Constitucional, mas eu não acredito, com toda vénia, que este Congresso possa fazer alguma coisa. Não faz, não fará. Mudança nenhuma acontecerá por meio do Congresso Nacional. E eu lhe explico o porquê: num país onde num ano tem eleição, outro ano sem eleição, todo mundo pensando só na eleição e ninguém pensa no Brasil no futuro, nada acontece. A

única forma que podemos mudar alguma coisa é por meio de uma constituinte exclusiva, que convoca cidadãos do Brasil, aqueles que têm melhores condições intelectuais para tal, para virem aqui, funcionando o Congresso Nacional aqui e a constituinte exclusiva ali. E esses constituintes exclusivos vão trabalhar, fazer uma constituição vanguardeira para este País. Terminou o mandato desses constituintes, vão para casa. Não são carreiristas. Deixam o Congresso Nacional.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – E não podem ser candidatos na próxima eleição.

**O Sr. Osvaldo Sobrinho** (PTB – MT) – Exatamente. Não poderão ser candidatos. Aí, sim, nós vamos ter a Constituição à altura do Brasil de hoje, do Brasil de amanhã. Fora isso, Senador, nunca, não fará, porque aqui ninguém está pensando no Brasil. Está pensando na eleição do ano que vem, quem são seus opositores, que tese vai levar, aonde vai buscar o dinheiro. E essas teses maiores, de reforma política, reforma tributária, reforma eleitoral, nada vai acontecer. Não acontece. Pode ter certeza disso. Vamos morrer de velho e não vai acontecer lastimavelmente. Eu fico preocupado porque o futuro deste País dependeria de nós, mas acho que não passa por aqui a solução. Revolução armada não terá neste País. É muito difícil. Então, tem que ser uma revolução de idéias mesmo. É V. Ex<sup>a</sup> falando aí, Mão Santa falando ali, eu, pequenininho, falando aqui, mas cada um trazendo sua mensagem. De repente, um dia, não é possível que não fure essa pedra que está tão dura para ultrapassar esses obstáculos. Eu me congratulo com V. Ex<sup>a</sup> e tenho certeza de que a história vai registrar o seu discurso de hoje e daqui, a cinquenta anos, vamos lê-lo e falar: realmente, ele tinha razão. Obrigado, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu digo a V. Ex<sup>a</sup> que tenho acompanhado a presença de V. Ex<sup>a</sup> e tenho o maior respeito pelas suas posições, não apenas a de hoje, mas ao longo de seus pronunciamento na tribuna e por seus apartes, tenho muito carinho e posso dizer que V. Ex<sup>a</sup>... não digo que foi uma surpresa agradável porque conhecíamos as referências de sua história de seu nome, mas, em uma hora tão difícil nesta Casa, posso lhe garantir que V. Ex<sup>a</sup> veio somar, veio honrar e veio dar uma colaboração muito importante nesta hora que estamos vivendo.

V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Fui a favor da Assembleia Nacional Constituinte. Defendi a Assembleia Nacional Constituinte. Principalmente quando a OAB foi a grande coordenadora desta caminhada, defendi exatamente essa tese de que se convocaria a Assembleia Nacional Constituinte, através de grandes nomes que seriam escolhidos, e não poderiam ser eleitos nem na Assembleia nem na próxima. Então é fácil de entender. Seriam

escolhidos os nomes respeitáveis que teriam o voto da Nação. Eles fariam uma constituição isenta. Nem V. Ex<sup>a</sup> nem eu temos dúvida de que, na hora de dizer quem poderia ser candidato, iria estar claro que tem que ter ficha limpa, não pode ser processado. Iria ser muito claro que o parlamentar tem que ganhar tanto.

O salário é como diz o Brossard. O Deputado não vem para receber ordenado, ele vem para prestar serviço. Nós não somos funcionários, estamos aqui para representar a Nação nesta Casa. Que nem contava o Brossard, numa publicação que ele fez na *Revista Voto*, muito interessante. Ele, acompanhando os desvios do Congresso e dizendo que os desvios do Congresso não foram feitos por lei, foram feitos por decisão nossa, principalmente da Mesa. Ele se lembrando quando de repente – até era necessário – os Deputados estavam no Rio de Janeiro e Juscelino os transferiu para cá. E Juscelino, transferindo a capital para cá, não tinha como os Parlamentares virem do Piauí, do Rio Grande do Sul, a Brasília, com a verba que eles ganhavam. E naquela época era para valer. Aumento de Parlamentar só de quatro em quatro anos. Na última legislatura, no nosso último mandato, a gente fixava o mandato dos quatro anos para o ano seguinte.

Então, a Mesa criou as duas passagens. Ele foi ver, o Brossard, onde é que estava a lei. Não existe lei. Foi disposição da Mesa. E assim foi se avançando. E assim foi se avançando. E aí, como não dava pra aumentar o vencimento, criaram o jeton. E as reuniões de comissão eram feitas uma vez por semana. Aí, criaram quatro, cinco reuniões de comissão ganhando jeton.

E assim as coisas foram sendo criadas. E nós hoje não temos condições.

Repare que a Mesa, numa reunião, numa atitude impressionante... quando eu vejo o Sarney, o Presidente, o Primeiro Secretário, quando eu vejo que essas pessoas não têm a sensibilidade de ver que não era hora de inventar: "Não, mas são três cargos do gabinete, que vão estar..." Não era hora de criar nenhuma vantagem a qualquer título a ninguém, não é hora disso. E fizeram isso.

V. Ex<sup>a</sup> tem razão, só uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva pode fazer para valer. Nós não temos mais condições. Nós não temos mais condições! Nós nos acostumamos. Eu, quando era Deputado Estadual, a Bancada do PTB, com 23 Deputados, tinha um funcionário. Para toda a bancada. Um funcionário! E a Bancada do PTB na Assembleia Legislativa tinha uma sala para toda a bancada. Hoje, cada Deputado tem dez, quinze funcionários, cada Deputado tem uma sala especial – uma sala não, um gabinete. Isso, por amor de Deus!

Realmente, eu acho que... mas nós não temos coragem. Se bem que eu acho que era uma emenda que o povo aplaudia. Está aí uma emenda popular, isso pode ser feito. Fazer um plebiscito, perguntar se o povo é a favor ou não que na próxima eleição, no ano que vem, eleja-se o Congresso e uma Assembleia Nacional Constituinte. E o cara vai escolher. Eu, por exemplo, não sou mais candidato a nada, mas se acontecesse isso eu iria ser candidato à Assembleia Nacional Constituinte, para ser constituinte e nunca mais fazer nada. Disso eu gostaria. Ah! não tenho nenhuma dúvida. Digo aqui: não sou mais candidato a coisa nenhuma, mas se houvesse uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, se ano que vem houvesse a eleição normal de candidato a Deputado, a Senador, a Presidente e a Governador, normal, mas, ao lado disso, uma convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para, no prazo de um ano, fazer uma nova Constituição e depois excluir, voltar para casa e não poder ser candidato na próxima eleição pelo menos, eu estaria aqui. Não sei se o povo me elegeria, mas eu seria candidato para fazer esse trabalho. Está aí uma tese que pode ser discutida. Talvez seja uma tese que possamos discutir, agradecendo o feliz aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Por que não, Senador Mão Santa? Por que não? Não vamos mexer em nada. Temos eleição para Presidente da República, para Governador, temos eleição para Senador, para Deputado Federal, para Deputado Estadual, tudo igual. Mas, ao mesmo tempo, vamos eleger uma Assembleia Nacional Constituinte composta – eu não sei, também não precisa ser quinhentos, não precisa ser um número exagerado – um número "x", que terá o prazo de um ano para se reunir e fazer a nova Constituição. Seria uma maravilha. Olha que, se nós fizéssemos isso, seria uma resposta fantástica para a hora que nós estamos vivendo.

Eu lhe agradeço o aparte. Talvez caminhemos nessa jornada e na perspectiva, porque acho que há muita discussão em termos de uma Assembleia Nacional Constituinte. Tem gente que diz que, para convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, só com golpe. Tem de fazer primeiro a ditadura, quer dizer, fechar o Congresso. Aí assume um coronel e depois convoca uma Assembleia Nacional Constituinte.

Acho que um plebiscito também pode. Não somos nós. O Congresso decidi. Mas nós, Congresso, aprovamos a realização de um plebiscito para o povo decidir se quer uma Assembleia Nacional Constituinte. Acho que seria uma grande saída.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Osvaldo Sobrinho, e muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, querido Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. Sem Partido – PI) – Esse é o Senador Pedro Simon.

É interessante, atentamente ouvirmos a oratória de Pedro Simon. Isso engrandece este Senado da República.

Osvaldo Sobrinho, os gregos eram vaidosos de Demóstenes. Os romanos, de Cícero, que diziam ser o maior orador. Portugal, Europa, Quintiliano. Mas acho que Pedro Simon supera todos eles com a sua inteligência, com a sua firmeza e com a sua capacidade de oratória. Isso engrandece o Senado da República do Brasil e a nossa democracia.

Convidamos, como último orador inscrito, nesta sessão de sexta-feira, uma sessão não deliberativa, em que os Senadores manifestam aqui suas teses,... Eles falam para o Brasil. Nada é votado nas sextas-feiras. Os Senadores, representando o Senado, são o tambor de ressonância do povo.

Aqui, eles defendem sua tese e aquilo que o povo reivindica, tem vontade dizer e não pode.

Convidamos para usar da palavra o penúltimo Senador inscrito – ainda há Gilberto Goellner –, Osvaldo Sobrinho. O Senador Osvaldo Sobrinho representa o Mato Grosso e o PTB, Partido de Getúlio Vargas.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (PTB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente do Senado da República Senador Mão Santa, Senador Gilberto Goellner, do Mato Grosso, neste Congresso, o Senado da República realmente representa ou deveria representar a alma nacional. Falou aqui o senhor, colocando suas preocupações do Brasil que deseja e quer. Falou aqui, por último, o Senador Pedro Simon, trazendo uma mensagem doutrinária a respeito da história e da situação do Brasil, do Brasil que se tem e do Brasil que se quer. Na verdade, não foi bem, na parte filosófica, um discurso para hoje, mas para o amanhã, para o futuro. Foi um discurso de construção, de alerta, de dizer que o Brasil precisa pensar nas suas raízes, no seu projeto de futuro.

Volto a repetir e a falar que, com todo o respeito que tenho ao nosso Congresso Nacional, sou um político ainda um pouco inexperiente. Eu tenho 35 anos de vida pública, é evidente. Várias vezes Deputado Estadual, Deputado Federal Constituinte, Vice-Governador do meu Estado, assumi o Governo por algum período, Secretário de Estado, Professor de carreira, ainda milito hoje na educação e agora assumi, por graça de Deus e bondade do Senador Jayme Campos, a cadeira no Senado da República.

Mas acredito e tenho certeza que o Congresso que temos aqui pode, mas não pode muito; quer, mas não quer muito; deseja, mas não deseja muito; faz, mas não faz muito e que onde temos uma Constituição que

dá oportunidade ao exercício do voto – e o exercício do voto é que faz a democracia de verdade –, mas que a cada dois anos temos que voltar às urnas para fazer a eleição, é bem possível que este Congresso ou que nós, os políticos, pensemos mais na próxima eleição do que nas futuras gerações.

É assim que tem acontecido. É assim que se passam as coisas e é dessa forma que vemos o Brasil. Estamos brigando por questões pequenas, minúsculas, por questões do dia a dia, do que posso agora, do que devo agora, do que quero agora, mas não estamos ainda pensando no que eu posso fazer para o amanhã, do que posso pensar para o futuro desta Nação, do que posso fazer para que ela deixe de ser uma nação emergente para ser, de fato, uma potência no mundo que aí está.

Para que este Congresso Nacional, com todo o respeito que tenho às pessoas ilustres que há aqui, possa pensar no Brasil de amanhã precisa tomar medidas sérias, medidas urgentes.

E aqui – volto a falar pela quarta vez em vinte dias que estou aqui no Senado Federal –, volto a falar que a única solução que temos é uma constituinte exclusiva. Convocar uma constituinte exclusiva para única e exclusivamente fazer uma nova Constituição. É a única solução que temos para modificar os grandes temas deste País.

Não se fará reforma eleitoral com este Congresso que aqui está. Não faremos a reforma tributária com este Congresso que aqui está. Não faremos a reforma trabalhista, a reforma econômica, a reforma fundiária, a reforma agrária, não faremos com este Congresso que aqui está, porque estamos pensando, repito, na eleição do ano que vem, não estamos pensando nas gerações que virão após nós.

E o Congresso constituinte exclusivo, Sr. Presidente, é aquele que deverá ser convocado. E aqui falou o Senador Pedro Simon, no ano que vem, teremos eleições. Tudo bem. Se não é esta Mesa que vai convocar nem o Presidente da República, mas que se faça um plebiscito nacional. Funciona o Congresso Nacional normal, este que aqui está com seus Deputados e Senadores, e ali, paralelamente, ao lado, funcionará o Congresso Nacional constituinte exclusivo, com a única finalidade: formular a nova constituição deste País. E esse constituinte exclusivo não vai se imiscuir nos assuntos aqui do Congresso Nacional, não; nem este aqui no de lá – e vice-versa. Aquele fará a Constituição para o tempo, para a história, para o Brasil novo que queremos edificar. E este aqui para normatizar o que as ruas já falam, o que as ruas já cantam, o que as ruas já exigem. As ruas exigem o constituinte, ou

seja, o parlamentar sempre atrás das ruas. Os fatos vêm depois, o legislador vai normatizar.

Lá, na constituinte exclusiva, não, nós vamos legislar para o futuro. Lá, sim, vamos fazer uma constituição vanguardeira, uma constituição, na verdade, que vai prever as coisas com elasticidade, para o futuro maior, para o que se precisa estar na primeira, segunda, décima sexta, sexagésima emenda constitucional, porque isso aí é fragilidade constitucional. E esse constituinte exclusivo não terá mais que pensar em candidatura e até poder-se-ia pensar o seguinte: é constituinte exclusivo? Você volta para a sua casa, você não vai ser candidato a estadual, a federal, a governador, a nada, pelo menos num período de dez anos. Não é pena, não, mas é para preservar o orgulho pessoal e as vaidades pessoais de que todos nós somos dotados; é para dizer que está aí para fazer uma coisa séria, não pensando em agradar o futuro cabo eleitoral da esquina nem o chefe político do bairro, mas para agradar à Nação, a sua história, no seu contexto, nas suas necessidades. É assim que penso que poderemos avançar.

Esse dias, eu encontrei o ex-Deputado Federal Prisco Viana ali, numa sala do anexo IV da Câmara dos Deputados, e ele bateu no meu ombro e falou: "Sobrinho, isso que estão falando de reforma aí – estava aquela minirreforma eleitoral aqui, que eu achei que ela não passou mais do que um verniz –, isso aí não resolve nada, nada vai resolver. Nós perdemos a grande oportunidade de fazer na Constituinte essas grandes mudanças, nós ficamos brigando no periférico e esquecemos do central, o núcleo esquecemos dele." E eu concordei com ele, e voltei aqui – e Deus me deu essa oportunidade – para que eu possa pelo menos externar, como um humilde professor da minha terra, como uma pessoa que ainda é cheia de utopias, esperanças, para dizer que, na verdade, eu quero este Brasil moderno, eu quero um Brasil novo, eu quero um Brasil que respira democracia, um Brasil que seja feito e construído para as futuras gerações, um Brasil que se enquadre no mundo moderno e que possa ganhar com as novas tecnologias que foram inventadas pela competência do homem.

Eu almejo esse Brasil, mas este Brasil tem de estar em consonância com as democracias modernas do mundo. Caso contrário, vamos perder a grande oportunidade de ser uma potência e ficaremos sempre nessa de Terceiro Mundo, Segundo Mundo, potência emergente e tal, Grupo dos 8, Grupo dos 20, e nada nos vai acontecer.

Portanto, fico aqui muito feliz. Esse é o primeiro assunto de que queria tratar.

O segundo assunto é que, neste momento, está havendo uma reunião entre os vários Ministros deste País e os representantes dos organizadores do maior evento, talvez do mundo, que acontecerá em 2014: a Copa do Mundo. Estão discutindo assuntos importantes, para dar condições a que este País possa receber esse grande evento, que não é algo comum. É como se ele fosse as Olimpíadas de Atenas, como se fosse, na verdade, um dos eventos que a História sempre fez.

Agora, ele vai ser feito no Brasil. Tivemos aqui a última Copa na década de 50, e agora a teremos de novo em 2014.

Neste momento, estão reunidos lá no Palácio o Ministro do Esporte; o do Turismo; o do Planejamento; o da Fazenda; o da Secretaria das Relações Institucionais da Presidência da República; a Ministra da Casa Civil; o Governador de Mato Grosso, Sinval Barbosa; o Prefeito da Capital, Wilson Santos; o Prefeito de Várzea Grande, Murilo Domingos, com toda a sua assessoria. Lá estive há pouco, para participar daquela reunião, em que estão discutindo os assuntos principais relacionados com a Copa do Mundo e as doze subsedes, entre as quais foi escolhida a nossa Capital de Mato Grosso, Cuiabá. E lá estão procurando saídas, procurando caminhos, procurando atalhos para organizar essas cidades para que se possa, verdadeiramente, fazer a Copa do Mundo em 2014.

E dos principais objetivos daquela reunião e os principais temas a serem discutidos eu passarei a falar aos senhores. O objetivo geral daquela reunião qual é? Definir as responsabilidades de cada ente federal pela execução de ações e de projetos. Seriam as responsabilidades matrizes. O que cabe a quem? O que cabe ao Município? O que cabe ao Estado? O que cabe à União? O que cada um tem que fazer? O que cabe à iniciativa privada? A fim de que cada um, na sua divisão de responsabilidades, possa fazer o melhor, a fim de que se possa, realmente, ter um evento à altura do Brasil moderno que nós queremos construir.

O processo se dividirá em duas fases. A primeira, definição de temas com necessidade de decisão imediata, por exemplo: estádios, mobilidade urbana, aeroportos, portos, turismo, toda essa gama de atividades que englobam grandes setores da sociedade, que são de responsabilidade dos Governos e da iniciativa privada, para que cada um possa ter a sua atuação, saber onde colocar os recursos, de que forma o fará, quais são os objetivos principais, o que se pode fazer nesse período de apenas seis anos para chegar lá.

Na verdade, nessas áreas de atividade, o que se terá de fazer, quais as que já estão certas, quais as em que não se precisa fazer nada, quais precisam de investimento mais maciço, quais precisam de menos

investimento, qual a criatividade que se tem para gastar menos recursos, onde se buscará esse dinheiro, onde se buscarão os recursos, se é nos Governos, na iniciativa privada, se é por meio de um consórcio de ações.

Então, essa é a primeira linha desse processo que se buscará para começar a organizar a Copa, que se está discutindo agora lá no Palácio.

A segunda linha: definição dos demais temas como promoção do País: segurança, telecomunicações, saúde, energia, meio ambiente. Nós não podemos trazer uma Copa para cá, quando o mundo todo estará voltado para o Brasil, e as manchetes dos jornais mostrem que, na verdade, morrem cinco ou dez em cada fim de semana por falta de segurança, que os bandidos estão soltos nas ruas e que o Estado, lastimavelmente, não tem condições de coibir este tipo de exorbitância humana, que é a desorganização social no campo da segurança.

Nós não poderemos dar segurança ao turista que vem para a Copa, se, na verdade, ele sabe que não pode sair às ruas e que o País, institucionalizado, a União, não está se dando conta da subversão que aí está instalada e que, na verdade, forma um Estado paralelo, de que o Estado original não tem condições de dar conta.

Também é muito difícil falar de um tema dessa magnitude quando, na verdade, nós não temos condições de saúde, de energia, de proteção ao meio ambiente. Por exemplo, quanto ao meio ambiente, você traz uma Copa para cá, o mundo todo vem para cá conhecer Brasil e, de repente, as manchetes dos jornais dizem que este é o País que mais queima, é o País que mais deteriora a terra, é o País que mais derruba florestas, é o País que acaba com o seu Pantanal.

Então, evidentemente, nós precisamos tomar medidas equilibradas para que se possa, no conjunto de ações, na generalidade das ações, na universalidade das ações, chegar, em 2014, com um Brasil, pelo menos, mais humano; um Brasil, na verdade, com mais condições de receber visitantes, com a casa limpa ou, pelo menos, que os donos da casa estejam em condições de fazer o melhor para que, na verdade, isso possa ser um retrato para o mundo.

O objetivo específico da primeira fase das reuniões é, acima de tudo, discutir a matriz de responsabilidade dos temas propostos. De que forma fazer isso? A origem, como será discutida? Apresentar um modelo de financiamento de estádios e seus condicionados. Que modelo seria? Com financiamento do Governo? Com a iniciativa privada? Uma vez construído pelo Governo, que destinação se dará a esse estádio logo após a Copa do Mundo? Uma vez construído pela ini-

ciativa privada, o que se fará com esse elefante branco depois da Copa do Mundo?

Essas coisas todas têm que ser dimensionadas, porque, na verdade, os recursos são poucos e nós temos que fazer a melhor utilização deles.

Apresentar critérios para a seleção de projetos de mobilidade urbana. Nós sabemos que as nossas cidades estão praticamente destruídas com a imensidão de veículos que adentraram nelas. Há dez anos, não era tanto problema, mas hoje até uma cidade como Brasília, que foi construída como uma cidade moderna, já com tecnologias modernas, com ruas largas, avenidas, já tem problema de mobilidade, tem problema de trânsito. Hoje, para sair do centro, no final da tarde, e ir ao aeroporto de Brasília, você já perde, praticamente, a tarde toda. Isso em Brasília, que é uma cidade moderna, de vias largas. Calcula como será na minha Cuiabá, que foi feita em 1718, que tem ruelas por onde passavam somente carroças. Modernizou? Modernizou, mas ainda não atingiu o ápice que nós precisamos, principalmente para um evento como esse, que vai trazer milhares e milhares de pessoas. É preciso modernizar nossas vias, pontos de estrangulamentos que, hoje, na verdade, tiram a vida das cidades, perturbam a população e tiram a paz dos cidadãos. As cidades precisam, na verdade, principalmente essas doze sedes de Copa, ter um olhar diferente, um olhar mais periférico, mas também centralizando as questões básicas que são necessárias para que se possa, verdadeiramente, fazer um evento digno da altura deste Brasil moderno que nós queremos hoje.

Conhecer projeto da cidade sede para os temas. Conhecer essas cidades todas, conhecer os projetos que estão sendo elaborados. São projetos de boa técnica? São projetos de boa engenharia? São projetos que estão vendo também os recursos poucos que temos? Existem projetos mais econômicos que têm a mesma rentabilidade ou o mesmo efeito? Tudo isso são os assuntos que estão sendo tratados agora por essas autoridades lá no Palácio do Governo.

Discutir, especificamente, os projetos de mobilidade urbana. Esses são os importantes. Cuiabá, por exemplo, é uma cidade que precisa fazer vários viadutos, fazer transporte de massa.

Será que tipo que se vai buscar? Será bonde? Será metrô? Será trem? Será com a abertura de novas avenidas, com desapropriação de vilas inteiras para fazer grandes avenidas? Alguma coisa tem que ser feita porque, da forma como está lá, não tem como receber evento nenhum.

Gracas ao bom Deus, as nossas autoridades estão pensando, estão buscando soluções para que

se possa verdadeiramente responder a esses grandes desafios que lá estão.

Quanto à matriz das responsabilidades, o que fazer? Digamos sobre o tema portos, com seus terminais de passageiros, com a urbanização do entorno. De quem será a responsabilidade? Acredito que será dos três entes federativos: União, Estado e Município. Quanto aos aeroportos? Quanto ao terminal de passageiros e pistas, à urbanização do entorno? De quem será a responsabilidade? Acredito também que deverá ser da União, do Município e dos Estados. Quanto à construção, reforma, manutenção, o antes e o depois da construção dos estádios, de quem será a responsabilidade? Aí, acredito, tem que ser mais dos Estados e Municípios, evidentemente, com a cobertura da União. A mobilidade urbana, de quem será a responsabilidade? De todos, da sociedade como um todo, pela terceirização ou pelo Governo Federal, ajudando com recursos do BNDES ou da Caixa Econômica. A hotelaria? De quem será essa atividade? O Estado não pode mais investir na atividade privada. Então, vamos chamar as grandes cadeias hoteleiras do mundo para ajudar a construir os hotéis, que é indiscutivelmente uma grande atividade econômica. Cuiabá hoje já precisa de novos hotéis, e hotéis de primeira categoria. É necessário que se faça isso.

Portanto, acredito que nessa luta para buscar recursos, que são poucos em um País que precisa tanto como o nosso, é necessário haver divisão de responsabilidades, a divisão de oportunidades também. A União, que detém o maior bolo deste País,

Os Estados e Municípios têm que dar as mãos, para que se possa verdadeiramente conseguir os recursos. E convocar a iniciativa privada, que visa ao lucro, para que ela possa entrar nesse setor privado, na atividade produtiva, principalmente na atividade de hotelaria, para que tenhamos, muito rápido, sem maiores delongas, o projeto acabado, feito; e que se possa delimitar a ação e a função de cada um.

Quanto ao financiamento dos Estados, temos a resolução do Conselho Monetário Nacional, que criará uma linha de financiamento aos entes para aplicação nos Estados. As principais características desse financiamento serão da seguinte forma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quanto ao valor: o setor público, por meio talvez do BNDES, financiará até 75% do valor desses projetos, que será limitado a quatrocentos milhões por Estado.

Segundo os Srs. Ministros que lá estão, vamos ter cinco bilhões de reais para esse projeto todo nas doze capitais. Então, dividindo por doze é possível que tenhamos uma média de quatrocentos milhões por estado, que não será dinheiro dado. Não será custo

perdido. Esses recursos terão que ser devolvidos à União, por meio de um financiamento de longo prazo. E o que eles propõem é o seguinte: taxa de juros da TJLP mais *spread* de 1,9% ao ano; dois anos de carência e após a contratação, dez anos para se pagar após a carência.

É lógico que nós sabemos que temos Estados como o nosso, por exemplo, que não têm mais capacidade de endividamento. E aí tem que se buscar a criatividade, para que possa esse dinheiro chegar e, consequentemente, as obras não paralisarem.

Quanto à mobilidade urbana, seleção de critérios, através de projetos. Primeiro, atender ao sistema de transporte público. Esse é o mais importante, é o principal, é necessário se pensar: não vai mais aguentar o Brasil e o mundo, nem Cuiabá aguentará, para as próximas décadas, essa estrutura de vias urbanas que nós temos aí, com essa imensidão de carros entrando todo dia no mercado. Com a democratização da compra do carro, da aquisição do carro, do veículo, hoje quase todas as pessoas podem ter o seu veículo pessoal. E portanto, é necessário organizar a cidade para que isso possa acontecer. E eu quero crer, meu amigo Coutinho, que representa a imprensa do meu Estado, que é necessário se pensar claramente nessa possibilidade de, agora, tentar buscar recursos abundantes para atender ao sistema de transporte urbano das cidades, e principalmente das cidades mais antigas, como Cuiabá.

É necessário também uma vinculação direta com a Copa, para melhorar a ligação, o acesso ao estádio, o acesso à zona hoteleira, nos aeroportos, nos portos e nas rodoviárias. Essas vias têm que estar bem claras, bem definidas, bem arrumadas, largas, em condições para ter uma solução rápida, do ir e vir nessas vidas da cidade. Caso contrário, nós vamos criar um pandemônio para as cidades, principalmente Cuiabá, que é uma cidade bastante antiga.

Temos também que estudar, dentro desse projeto de mobilidade urbana, temos que buscar a existência de projetos básicos executivos mais rápido porque, se não houver rapidez nesse negócio, logicamente que as coisas não fluirão. E essa fala de que não há recurso, dinheiro, na verdade, existe muito dinheiro no mundo; o que falta são bons projetos, projetos exequíveis, para que possam as pessoas se entusiasmarem, as instituições se entusiasmarem e colocarem dinheiro para que seja feita essa atividade.

Atender ao cronograma da Copa: nós não podemos errar em um prazo. Têm que ser duras as punições para aqueles que atrasarem prazos. Porque, pense bem o senhor, vamos receber a Copa de 2014, você falar que vai concluir o estádio em 2013 e, de repente,

atrasa a obra com um mandado de segurança, alguma coisa, e você vai concluir o estádio lá para 2018. Já foi a Copa; não precisa mais de estádio, não precisa mais de nada.

Então, as punições têm que ser duras nessas licitações, nos editais, para cobrar daquele que assumir a responsabilidade de fazer uma boa obra pública. E se ganhar a licitação, tem que fazer sob qualquer custo, senão, nós estaremos desmoralizados perante essa constelação dos Países do mundo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós precisamos pensar na integração intermodal. As cidades que têm estradas de ferro, linhas férreas, ou têm linhas urbanas ou somente para ônibus, têm o metrô, todas elas fazerem uma forma de integração para que possa uma auxiliar a outra e nós termos condições de andar com mais tranquilidade.

Quanto à definição dos operadores desse processo, tem que ficar definido que nós teremos duas ou três eleições para frente, pelo menos três eleições, e, se cada um que entrar quiser colocar o seu modelo de administrar, nós não vamos chegar a lugar nenhum. É impossível fazer isso. Deve haver um modelo só, certeiro; é um tiro só que nós temos. Errou, acabou. Se a cada eleição, cada governante que vier mudar o estilo das coisas, nós não teremos Copa do Brasil em cidade nenhuma. É necessário ter normas rígidas, normas sérias, com pessoas honradas e competentes, para que possamos verdadeiramente atingir os objetivos a curto prazo de que precisa para esse grande evento mundial.

Capacidade de endividamento dos entes federativos. Tem que analisar rapidamente se a Prefeitura de Cuiabá, se o Governo do Estado tem condições de pegar financiamento. Se não tiver, buscar outras formas, outras fontes, a fundo perdido, alguma coisa. Tem que buscar, porque, na verdade, não é um compromisso de Cuiabá, não é um compromisso de Mato Grosso; é um compromisso do Brasil com o mundo. E aí, nós teremos a maior vitrine do mundo para mostrar nossas riquezas, nossos potenciais turísticos. Tudo aquilo que nós podemos no Brasil. Portanto, não é só o evento Copa 2014, mas é o reflexo que dará essa atividade esportiva ao longo do período de dez, quinze, vinte anos para frente, e será o êmbolo de propulsão para que se possam realmente vender as riquezas naturais que existem neste País.

O financiamento, como já disse aqui, é de apenas R\$5 bilhões para as 12 capitais, as 12 cidades. Portanto, darão uma média de R\$400 milhões para cada uma delas. É pouco? É pouco. Mas, se trabalharmos com justiça, com responsabilidade, tenho certeza de que as coisas acontecerão.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui, neste momento, concitar as autoridades do meu Estado – Governador, Secretários de Estado, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Prefeito da capital, Prefeito de Várzea Grande, Prefeitos do entorno cuiabano – para terem o devido senso público, o civismo necessário, o patriotismo necessário. E que isso sirva também para as outras capitais.

No caso específico, essa é a grande oportunidade que teremos nos últimos 50 anos. Se perdermos, ninguém vai nos perdoar. Portanto, é necessário cabeça, inteligência, humildade, neste momento histórico.

Brigas partidárias para os palanques. Briga da Copa para dentro. Todo mundo brigando por um só objetivo. Definidos os parâmetros, todos brigando por um só objetivo. Por que, na Bancada do Nordeste, sempre acontece tudo que eles querem? Porque, aqui, eles brigam no periférico pelas coisas de cada um. Se têm de buscar, buscam mais no central, brigam conjuntamente. Vão buscar. Não tem PTB, não tem PT, não tem PSDB, não tem PP. Eles brigam pelo Partido do Nordeste.

É assim que temos de fazer, principalmente no caso do Partido de Mato Grosso. Temos de ter um Partido único agora. É o Partido da construção do nosso Estado, do aproveitamento das grandes oportunidades, do aproveitamento dessa fase feliz para o nosso Estado quando ganhamos essa Copa. Foi um trabalho de graça? Não. Cuiabá foi escolhida só por ser o Portal do Pantanal? Não, também. Cuiabá foi escolhida porque ali é uma forma de se começar um novo adentramento para o oeste Brasileiro e para o norte Brasileiro. É como se fosse – este momento agora – aquilo que Getúlio Vargas fez em 1953 e em 1954: o avanço para o oeste. Modernizando hoje Cuiabá e Manaus, essas cidades todas vão ter tranquilamente a oportunidade de serem cidades com recursos necessários para que possam ser propulsoras do desenvolvimento dessa grande região ainda inóspita, que é o Centro-Oeste Brasileiro e o Norte do Brasil.

Portanto, a Copa é apenas um estímulo, um começo, uma forma de mobilizarmos recursos para essa atividade. Mas, partindo dela, é que vamos começar um novo Brasil, um novo Mato Grosso, uma nova Cuiabá. Desse modo, quero concitar, mais uma vez, todas as autoridades do meu Estado, de todos os Partidos, para que possamos nos dar as mãos. É um momento de conciliação mato-grossense e cuiabana. O que nos importa agora é que cada um possa dar o que tem de melhor.

Nem Deus há de deixar, mas, se acontecer, se Mato Grosso perder essa Copa – não vai acontecer –, não salva um político vivo. Às vezes, fazemos algumas

coisas na política de forma irresponsável: "Vou fazer isso, porque vou me salvar. O outro vai se ferrar, mas vou me salvar". Nessa, se perder, ninguém se salvará. Todos vão morrer politicamente, porque o povo não vai perdoar. E política tem uma fama horrível neste País. E não podemos atrapalhar uma cidade que vai receber milhões de reais para incrementar seu desenvolvimento e dar condições melhores de vida a seu povo. Não se pode, por meio de politicagem barata, pequena e miúda, fazer com que a cidade venha a perder essa grande oportunidade.

Portanto, fica aqui minha oração, minha profissão de fé, minha esperança no sentido de que possamos verdadeiramente buscar essa oportunidade – que não podemos perder nunca – para dar condições e justificar nossa vida na vida pública do Estado do Mato Grosso, que é pujante, forte, de pessoas grandes, que realmente têm feito a diferença no Brasil.

Quero daqui mandar meu reconhecimento ao trabalho que o Governador Blairo Maggi fez para essa Copa e também dizer àqueles que trabalharam, o Prefeito Wilson Santos, o Prefeito Murilo Domingos, o Senador Jayme Campos, o Senador Goellner, que também tem feito o máximo nesse sentido, os nossos Deputados na Câmara Federal, que todos estão lutando e jogando nessa direção, os Estaduais da Assembléia Legislativa e toda a sociedade.

O nível empresarial mato-grossense já está se mobilizando para a construção de hotéis e oportunidades. Quero mandar a minha mensagem positiva a todos eles. É hora de nos unirmos, é hora de fazermos o melhor para Mato Grosso, é hora de demonstrar o que falamos em palanques, em tribunas, que amamos Mato Grosso e que somos filhos de lá. É hora de mostrarmos com fatos concretos, com dados concretos, com idéias concretas, com coisas que, na verdade, possam ser palpáveis, possam acontecer e que possamos mostrar que realmente gostamos dessa terra. É unir, é fazer o melhor, é trabalhar para que a Copa possa vir e ficar em Cuiabá, a subsede, e que possamos, com grandeza, recebê-la e, com grandeza, transmitir ao povo do Estado de Mato Grosso.

Homenageio aqui todos aqueles que, de uma forma direta, estão contribuindo para isso e quero agradecer. Recebi, hoje, pela manhã, uma ligação do Senador Jayme Campos, que disse que gostaria de estar presente nessa reunião de hoje, mas pediu que eu o representasse lá. Ele, na verdade, tem a mesma preocupação que eu tenho, porque Jayme é um mato-grossense por completo. Foi Prefeito três vezes, Governador do Estado, Senador da República e é uma pessoa que, verdadeiramente, tem colocado seu co-

ração nas causas mato-grossenses. É incrível o que podemos dizer dele.

Jayne é um homem que não tem curso superior – vejam as coisas da vida –, mas que se revelou como um grande homem público e que, quando foi Governador, criou duas universidades para Mato Grosso. Uma universidade a distância e uma universidade estadual, que se chama Unimat. Vejam a visão do homem público: ele não teve condições para si, mas deu oportunidade para milhares de brasileiros.

Ele está entusiasmado com esse negócio da Copa. Ele mandou dizer que tudo tem que ser feito, que a união tem que ser procedida e que temos que fazer tudo que for necessário para que possamos, verdadeiramente, dar condições para que a nossa Cuiabá, a centenária Cuiabá, possa receber os efeitos desse novo momento por que passa o Brasil.

Sr. Presidente, quero dizer que estou imensamente honrado de ser dirigido na sessão por V. Ex<sup>a</sup>, por estar aqui nesta manhã de sexta-feira. V. Ex<sup>a</sup> é também um Senador operoso por Mato Grosso, que está aqui dando a sua força, a sua contribuição para o Estado. Na verdade, eu me orgulho do seu trabalho aqui. V. Ex<sup>a</sup> é um homem que ajudou a abrir as fronteiras de Mato Grosso e hoje, aqui, no Senado, deixa a sua inteligência, a sua competência, a serviço deste Estado e desta Nação. Hoje, para felicidade minha, aqui, num momento ímpar da minha vida política, tenho a oportunidade de fazer um pronunciamento vanguardeiro para Mato Grosso e, ao mesmo tempo, ser liderado e presidido por V. Ex<sup>a</sup>.

Parabenizo-o e agradeço por esta oportunidade.  
Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Osvaldo Sobrinho, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Goellner.*

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Obrigado, Senador Osvaldo Sobrinho, que, dignamente, representa o Estado de Mato Grosso, em substituição temporária ao Senador Jayme Campos.

Eu o parabenizo, Senador Osvaldo Sobrinho, pelas suas ponderações, pela sua advertência à sede e às subsedes da futura Copa de 2014, Copa Mundial de Futebol, mostrando, com competência, as oportunidades e as responsabilidades dos políticos, dos governantes e da população em geral quanto à plena consecução de uma copa limpa, uma copa ordeira, uma copa com grandes investimentos que se realizarão, e as oportunidades que todos terão para se prepararem para a Copa de 2014.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Goellner. DEM – MT) – O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, S<sup>ra</sup>s e Srs. Senadores, Aprovado pela Câmara dos Deputados, o acordo entre a República Federativa do Brasil e o Vaticano, relativo ao estatuto jurídico da Igreja Católica em nosso país, tem sido virado pelo avesso por aqueles que questionam sua legitimidade constitucional.

Como será em breve submetido à apreciação do Senado, antes de receber a sanção presidencial, convém esclarecer alguns pontos equivocados em certas análises, feitas com o propósito explícito de lançar dúvidas a respeito de um tratado que em nada fere a Constituição, nem atenta contra a liberdade religiosa ou o conceito do Estado laico.

Antes de mais nada, deve-se ressaltar que, nos últimos anos, a Santa Sé firmou mais de 100 acordos desse gênero, especialmente com países do antigo bloco soviético, do Oriente Médio e da África, alguns dos quais sem tradição católica ou cristã, como é o caso dos países islâmicos.

Na América Latina, o Brasil é uma das poucas nações que não têm acordo com o Vaticano. Não estamos firmando uma aliança destinada a proporcionar amparo financeiro ou instituir controle administrativo do governo sobre a Igreja Católica. O tratado tampouco constitui uma interferência sobre a liberdade de culto.

Alegam seus opositores que ele não está em conformidade com o artigo 19, inciso primeiro, da Constituição. O artigo e o inciso estabelecem: “Artigo 19 – É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçá-los o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

Pois bem, o acordo entre o Brasil e a Santa Sé, em primeiro lugar, não determina relação de dependência entre seus signatários. Não há, em nenhum de seus 20 artigos, qualquer previsão de que a Igreja passe a ser dirigida por agentes estatais, ou de que as demais religiões sejam prejudicadas por restrições.

Pelo contrário, como afirmou dom Geraldo Lyrio Rocha, arcebispo de Mariana e presidente da CNBB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ele abre as portas para que formas de convênios possam ser feitas entre o Estado brasileiro e outras denominações cristãs e religiões não-cristãs. Ele próprio cita acordos firmados com a Igreja Luterana e outras confissões,

na Alemanha, e com a Assembléia de Deus e a Igreja Adventista do Sétimo Dia, na Itália.

O tratado entre Brasil e Santa Sé é o reconhecimento mútuo de sujeitos soberanos de Direito, um instrumento internacional que regula as relações entre os dois Estados, com o necessário respeito aos direitos fundamentais assegurados pela Constituição brasileira. Fazendo uso novamente das palavras de dom Geraldo, ele consolida, num único documento jurídico, o que já está contido na Constituição, na legislação do País e na jurisprudência.

Desde a proclamação da República, o Estado brasileiro é laico. Durante o período da monarquia, o catolicismo era a religião oficial do Estado, mantida por ele, que desfrutava prerrogativas em sua administração e mesmo na liturgia. As

Constituições, a partir de 1891, repetem a proibição de que o Estado crie, forneça subsídios ou dificulte o livre exercício de qualquer culto. Esta última, em seu artigo 11, proibia o Estado de “estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos”. Com variações, o princípio da não-interferência prevaleceu nas Constituições que a sucederam.

Trata-se, portanto, de uma tradição republicana, que não há de ser quebrada pelo acordo. O Estado não é inimigo das religiões, e sim protetor da liberdade de religião, por meio do tratamento sem discriminações. Pelo tratado, por exemplo, a matrícula em disciplina de ensino religioso continua sendo facultativa em escolas públicas de ensino fundamental. É o que estabelece a Constituição brasileira, em seu artigo 210, parágrafo primeiro, o qual diz que “o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”.

Não há imposição aos alunos. E o acordo, ao reconhecer a matrícula opcional, é explícito ao definir que o ensino religioso não diz respeito apenas ao catolicismo, mas também a outras denominações religiosas.

Quanto à imunidade tributária para as pessoas jurídicas eclesiásticas, patrimônio, renda e serviços que dizem respeito a suas finalidades essenciais, ela é reconhecida no artigo 15 do tratado, mas não há nisto novidade alguma. Ela é determinada pela Constituição, em seu artigo 150, inciso quarto, o qual reconhece que não é possível ao Estado restringir um direito fundamental, como o da liberdade religiosa, por meio de tributação.

Tampouco é novidade o reconhecimento do patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, bem como de documentos guardados em suas bibliotecas e arquivos. São bens de inestimável valor, como atestam, por exemplo, o Convento da Penha, em Vila Velha, no Espírito Santo, e o Santuário de Bom Je-

sus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais, com esculturas de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e que é reconhecido pela Unesco como Patrimônio Mundial.

Em resumo, não há por que contestar um acordo que em nada atenta contra a sociedade pluralista e tolerante em que vivemos, marcada pela ausência de sectarismo religioso, tão presente – e causa de tantos conflitos – em certas regiões do mundo. O tratado é uma evolução normativa, e representa a abertura de uma oportunidade para que outros credos religiosos também façam o mesmo. Por tais razões, merece a aprovação desta Casa, tal como ocorreu na Câmara. O Estado deve colaborar com todas as igrejas tendo

em vista o bem comum, mas necessita manter sua independência estrutural, decorrente da proclamação da liberdade religiosa que todas as Constituições do período republicano sempre asseguraram.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Não havendo mais oradores inscritos, encerro a presente sessão não deliberativa de número 166, neste dia 25 de setembro de 2009.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 35 minutos.)*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53<sup>a</sup> LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Maioria-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Mauro Fecury\* (S)  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**PTB** - Osvaldo Sobrinho\*\* (S)

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Flávio Torres\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Moraes\*  
**Bloco-PRB** - Roberto Cavalcanti\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**S/PARTIDO** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Minoria-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**S/PARTIDO** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**PV** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**S/PARTIDO** - Expedito Júnior\*\*

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Bloco-PT** - Sadi Cassol\* (S)  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

## **COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

### **1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(15)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

**RELATOR:** Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

**Leitura:** 15/03/2007

**Designação:** 05/06/2007

**Instalação:** 03/10/2007

**Prazo final prorrogado:** 21/02/2010

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) <sup>(13)</sup>	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(10,21)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(8)</sup></b>	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(12,22)</sup>	1. João Pedro (PT-AM) <sup>(19)</sup>
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(2,6,20)</sup>	2. Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(25)</sup>
Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(3,11,16,18)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB-SC) <sup>(24)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(23)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

**PDT**

Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)

**PDT/PSOL (9)**

1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. N° 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. N° 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB N° 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB N° 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Moarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley  
**Telefone(s):** 3303-3514  
**Fax:** 3303-1176

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Prazo prorrogado:** 13/03/2009

**Prazo prorrogado:** 23/09/2009

**Prazo final prorrogado:** 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

**Notas:**

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
- \*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- \*\*. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
- \*\*\*. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Pedro (PT-AM) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 15/05/2009

**Instalação:** 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-T0) <sup>(1,4)</sup>
Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
<b>PTB</b>	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (AM)	

**Notas:**

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

4. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

#### 4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Leitura:** 15/05/2009

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (S/PARTIDO-PR) (5)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

**Notas:**

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

**5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

**Número de membros:** 13 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Leitura:** 24/06/2009

**6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Leitura:** 01/09/2009

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gerson Camata

**Leitura:** 05/03/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo final:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2009

### MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

#### Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3511

**Fax:** 3303-1176

**E-mail:** ems@senado.gov.br

## 2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Pedro

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro

**Leitura:** 25/03/2008

**Instalação:** 10/04/2008

**Prazo final:** 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(1)</sup>	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(2)</sup>
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

**Notas:**

1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

2. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

### 3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

**Instalação:** 27/08/2008

**Prazo final:** 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(2,3)</sup>	1. Senador João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).
3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. n° 055/2009-GLDBAG).

#### 4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

**Finalidade:** Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**Leitura:** 10/03/2009

**Designação:** 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(2)</sup>
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) <sup>(1,3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1.
	2.
	3.
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
<b>PDT</b>	
	1.

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

## 5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

**Finalidade:** Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senadora Kátia Abreu <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(2)</sup>
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Augusto Botelho (PT) <sup>(3)</sup>	1.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valter Pereira (PMDB) <sup>(1)</sup>	1.
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor	1.

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 33033514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

**Finalidade:** Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Geraldo Mesquita Júnior <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

### MEMBROS

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

#### Maioria ( PMDB, PP )

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(1,2)</sup>

#### PTB

Senador Gim Argello

**Notas:**

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

**Finalidade:** Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
1.	
2.	
3.	
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) <sup>(2)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(1)</sup>	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (S/PARTIDO) <sup>(4)</sup>
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Almeida Lima (PMDB) <sup>(3)</sup>	1. Senador Gerson Camata (PMDB) <sup>(3)</sup>
Senador Neuto De Conto (PMDB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(3,5)</sup>
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(3)</sup>	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) <sup>(3)</sup>
Senador Valter Pereira (PMDB) <sup>(3)</sup>	4. Senador Paulo Duque (PMDB) <sup>(3)</sup>
<b>PTB</b>	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
<b>PDT</b>	
Senador João Durval	1.

**Notas:**

1. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

**8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE**

**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros: 7**

---

**MEMBROS**

---

**Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )**

---

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

**Maioria ( PMDB, PP )**

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1)</sup>

**PTB**

Senador Romeu Tuma

---

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

**9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE**

**Finalidade:** Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

**Número de membros: 7**

---

**MEMBROS**

---

**Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )**

---

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

---

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

---

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

---

Senador César Borges (PR)

---

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

---

**Maioria ( PMDB, PP )**

---

Senador Mão Santa (S/PARTIDO) <sup>(2,3)</sup>

---

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(1)</sup>

---

**PTB**

---

Senador João Vicente Claudino

---

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

\*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

**ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

**Número de membros: 5**

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles

**Instalação:** 03/03/2009

---

**MEMBROS**

---

---

Senador Pedro Simon (PMDB)

---

Senador Francisco Dornelles (PP)

---

Senador Marco Maciel (DEM)

---

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

---

Senador Aloizio Mercadante (PT)

---

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone(s):** 3303.4638

**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

**REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que reforma o Código de Processo Penal.

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Shhessarenko

**RELATOR-GERAL:** Senador Renato Casagrande

**RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS:** Senador Tião Viana

**RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL:** Senador Romeu Tuma

**RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES:** Senador Marconi Perillo

**RELATOR-PARCIAL - PROVAS:** Senador Valter Pereira

**RELATOR-PARCIAL - RECURSOS:** Senadora Serys Shhessarenko

**Instalação:** 20/05/2009

**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

VAGO (3)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Shhessarenko (PT)

**Maioria ( PMDB, PP )**

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

**PTB**

Senador Romeu Tuma

**PDT**

Senador Flávio Torres (1,2)

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,  
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

**PRAZOS<sup>1</sup>**

**RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)**

**RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)<sup>2</sup>**

**PARECER FINAL: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

<sup>2</sup> Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) (41)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (40)
Delcídio Amaral (PT) (35)	2. Renato Casagrande (PSB) (37)
Aloizio Mercadante (PT) (30)	3. João Pedro (PT) (11,33)
Tião Viana (PT) (29)	4. Ideli Salvatti (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (28)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (36,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	6. Expedito Júnior (S/PARTIDO) (4,31,81)
César Borges (PR) (38)	7. João Ribeiro (PR) (39)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (61,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (56,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (57,63)	2. Gilvam Borges (PMDB) (66,69)
Gerson Camata (PMDB) (64,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,58)
Valdir Raupp (PMDB) (53)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,58,80)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,55,60)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,68,71)
Pedro Simon (PMDB) (54,59)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,58)
Renan Calheiros (PMDB) (62,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (62,77)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM) (49)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,42)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,46)
Efraim Moraes (DEM) (48)	3. Heráclito Fortes (DEM) (50)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (42)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,51)	5. Kátia Abreu (DEM) (45)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (13,47,76,79)	6. José Agripino (DEM) (5,44)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	7. Alvaro Dias (PSDB) (22)
João Tenório (PSDB) (25)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,26,73)
Arthur Virgílio (PSDB) (23,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27)
Tasso Jereissati (PSDB) (23)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (24,75)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
João Vicente Claudino (43)	1. Sérgio Zambiasi (12,43)
Gim Argello (43)	2. Fernando Collor (43)

**PDT**

Osmar Dias (21)	1. Jefferson Praia (10,20)
<b>Notas:</b>	
1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).	
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).	
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).	
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).	
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)	
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).	
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.	
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).	
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).	
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).	
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).	
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).	
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.	
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)	
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).	
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).	
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).	
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).	
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).	
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).	
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).	
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.	
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).	
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.	
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.	
26. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.	
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.	
28. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.	
29. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.	
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.	
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.	

32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
37. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
38. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
49. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
50. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
51. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).

62. Em 02.03.20090, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 e 33113516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(3)</sup></b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (S/PARTIDO) (11)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (S/PARTIDO) (10)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
<b>PMDB PDT PSDB</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude do Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
11. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3303-4605 e 33113516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(5)</sup></b>	
Flávio Arns (S/PARTIDO) (3,17,28,71)	1. Fátima Cleide (PT) (27)
Augusto Botelho (PT) (26)	2. César Borges (PR) (31)
Paulo Paim (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (33)
Marcelo Crivella (PRB) (29)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (S/PARTIDO) (32,75)	5. Ideli Salvatti (PT) (30,36)
Roberto Cavalcanti (PRB) (35,59,62)	6. VAGO (35)
Renato Casagrande (PSB) (35,58,65)	7. José Nery (PSOL) (35,63,64)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,68,72)	1. Lobão Filho (PMDB) (57)
Gilvam Borges (PMDB) (9,49)	2. Romero Jucá (PMDB) (48)
Paulo Duque (PMDB) (6,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) (50)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (54)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (56,74)
Mão Santa (S/PARTIDO) (52,76)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) (44)	1. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Rosalba Ciarlini (DEM) (37)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (45,70,73)
Efraim Morais (DEM) (12,15,43)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,38)
Raimundo Colombo (DEM) (39)	4. José Agripino (DEM) (4,42)
Lúcia Vânia (PSDB) (23,40)	5. Marisa Serrano (PSDB) (24,66)
Eduardo Azeredo (PSDB) (21,67)	6. João Tenório (PSDB) (25)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (20,41)
<b>PTB (8)</b>	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,60)	1. Gim Argello (14,16,61)
<b>PDT</b>	
João Durval (18,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

**Notas:**

- O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
- Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
27. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
29. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
32. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
34. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
35. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
39. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
41. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
42. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
45. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
73. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (S/PARTIDO-PR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (1)</b>	
Flávio Arns (S/PARTIDO) (9,12)	1. Paulo Paim (PT) (10)
<b>PMDB</b>	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (7,13)
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
4. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) <sup>(13)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Adelmir Santana (DEM) <sup>(6)</sup>	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(2,4)</sup>
Papaléo Paes (PSDB) <sup>(11)</sup>	2. João Tenório (PSDB) <sup>(2,9)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT) <sup>(5)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(2,10)</sup>
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (S/PARTIDO) <sup>(8,14)</sup>	1. Paulo Duque <sup>(3)</sup>
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(12)</sup>	1. João Durval (PDT) <sup>(7)</sup>

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(1)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (S/PARTIDO) <sup>(2)</sup>	1. Wellington Salgado de Oliveira
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

**Notas:**

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT) (32,70,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,36)
Aloizio Mercadante (PT) (10,30)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,35)
Eduardo Suplicy (PT) (32)	3. Marcelo Crivella (PRB) (38)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,33,73)
Ideli Salvatti (PT) (32)	5. César Borges (PR) (31,47)
Expedito Júnior (S/PARTIDO) (34,47,87)	6. Marina Silva (PV) (19,37,77,84)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (54,66)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,67)
Almeida Lima (PMDB) (56,66)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (60,68,86)
Gilvam Borges (PMDB) (57,66)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (61,63,78)
Francisco Dornelles (PP) (59,66)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,65,76)
Valter Pereira (PMDB) (3,66)	5. Valdir Raupp (PMDB) (46,55,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,58,69)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,66)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Kátia Abreu (DEM) (40)	1. Efraim Morais (DEM) (49)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (48,82,85)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,52)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (28,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (24)
Sérgio Guerra (PSDB) (29,74)	7. Marconi Perillo (PSDB) (25)
Lúcia Vânia (PSDB) (28)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,71)
Tasso Jereissati (PSDB) (28)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26,75)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Romeu Tuma (51)	1. Gim Argello (45)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias (11,13,23)	1. Flávio Torres (12,22,53,79,80)

**Notas:**

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
12. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
36. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
37. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
38. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Vago, em virtude do Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
47. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
71. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
73. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
75. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

### **3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo  
**Telefone(s):** 3311-3972  
**Fax:** 3311-4315  
**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo  
**Telefone(s):** 3311-3972  
**Fax:** 3311-4315  
**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (S/PARTIDO-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(73,79)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(3)</sup></b>	
Flávio Arns (S/PARTIDO) (35,81)	1. João Pedro (PT) (1,32)
Augusto Botelho (PT) (35)	2. Ideli Salvatti (PT) (38)
Fátima Cleide (PT) (35)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,33)
Paulo Paim (PT) (35,41,66)	4. José Nery (PSOL) (37)
Inácio Arruda (PC DO B) (30)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,67)
VAGO (36,76,78,80)	6. João Ribeiro (PR) (34,71)
Expedito Júnior (S/PARTIDO) (31,85)	7. Marina Silva (PV) (34,80)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB) (58)	1. Romero Jucá (PMDB) (60)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,57,70,72)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (60,83)
Gilvam Borges (PMDB) (61)	3. Pedro Simon (PMDB) (60)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (63)	4. Neuto De Conto (PMDB) (56)
Gerson Camata (PMDB) (54)	5. Valdir Raupp (PMDB) (59)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,53)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,64)
VAGO (62,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (55)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) (4,39)	1. Gilberto Goellner (DEM) (48)
Marco Maciel (DEM) (45)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,51)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,44)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (42,77,82)
Heráclito Fortes (DEM) (50)	4. Efraim Moraes (DEM) (49)
José Agripino (DEM) (13,46)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,47)
Adelmir Santana (DEM) (52)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,43)
Alvaro Dias (PSDB) (23)	7. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,68,75,84)
Cícero Lucena (PSDB) (22)	8. Marconi Perillo (PSDB) (26)
Eduardo Azeredo (PSDB) (28,69,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (27)
Marisa Serrano (PSDB) (24)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (29)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi (7,40)	1. João Vicente Claudino (40)
Romeu Tuma (40)	2. Mozarildo Cavalcanti (40)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
29. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
32. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
37. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.

39. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
40. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
41. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
42. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
47. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
50. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(7)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
Flávio Arns (S/PARTIDO) <sup>(8)</sup>	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(1,6)</sup>
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(5)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(7)</sup>	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** juloric@senado.gov.br

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA****Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) (40,47)	1. Romero Jucá (PMDB) (40)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (40)
Valter Pereira (PMDB) (40)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (40)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Adelmir Santana (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (33)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (31)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,32)
Eliseu Resende (DEM) (34)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (9,28,44,46)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,18)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
<b>PTB</b>	
Gim Argello (6,29)	1. Sérgio Zambiasi (29)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,12,36,42)	1. Cristovam Buarque (13,37,41)

**Notas:**

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaleo Paes.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

## 5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
- Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
- Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
- Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** VAGO

<b>TITULARES</b>		<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>		
Renato Casagrande (PSB)		1. VAGO (5)
VAGO (1)		2. VAGO (5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>		
Leomar Quintanilha (PMDB) (6)		1. VAGO (2,4)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>		
Flexa Ribeiro (PSDB)		1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)		2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Marina Silva (PV) (1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
  2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
  3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- \*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. João Ribeiro (PR)
João Pedro (PT)	2. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) (1)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

**Notas:**

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

\*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Flávio Arns (S/PARTIDO) (24,53)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (24)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (24)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,22,30)
Aloizio Mercadante (PT) (3,23,48,49)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (21)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (37,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (33)
Gerson Camata (PMDB) (35)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
VAGO (39,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (42)
Gilvam Borges (PMDB) (34)	4. Mão Santa (S/PARTIDO) (41,56)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,38)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (40,55)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) (2,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) (28)
Rosalba Ciarlini (DEM) (25)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (32,51,54)
Eliseu Resende (DEM) (4,27)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (31)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,26)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (17,47)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (16)
VAGO (1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (15)	1. Jefferson Praia (14)

**Notas:**

- Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
- Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
26. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
28. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
33. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT) <sup>(5)</sup>	1. Fátima Cleide (PT) <sup>(8)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(15)</sup>	1. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(3,10)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(6)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1,4,11)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(7)</sup>
Mário Couto (PSDB) <sup>(14)</sup>	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(12)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(9)</sup>
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(13)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. CDH 078-09).
6. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
7. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
8. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. CDH 078-09).
9. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
10. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
11. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**  
**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3311-4251/2005  
**Fax:** 3311-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**  
**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
VAGO (5) Serys Slhessarenko (PT)	1. Fátima Cleide (PT) 2. VAGO (3,5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (6)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (2,4) Lúcia Vânia (PSDB)	1. VAGO (1) 2.

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3311-4251/2005  
**Fax:** 3311-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

#### 6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
José Nery (PSOL)	1. Flávio Arns (S/PARTIDO) (1) 2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. VAGO 2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1. VAGO

**Notas:**

1. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).  
 \*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(9)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) (47)	1. Flávio Arns (S/PARTIDO) (44,68,85)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (40,83,84)
João Ribeiro (PR) (39,72)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
João Pedro (PT) (38)	4. Magno Malta (PR) (41)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,54,70,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,43,49,67)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (64)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (63)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,71,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,61)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Morais (DEM) (58)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) (57)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (36)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,35,69)
Flexa Ribeiro (PSDB) (37)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (34)
<b>PTB (12)</b>	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti (48)
<b>PDT</b>	
Flávio Torres (31,60,81,82)	1. Cristovam Buarque (20,32,59)

**Notas:**

- O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
36. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
37. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
41. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
44. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
72. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA N° 093/2009).

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Mão Santa (S/PARTIDO) (9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO  
DAS FORÇAS ARMADAS**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO (3)	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva  
**Telefone(s):** 3311-3496  
**Fax:** 3311-3546  
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

#### 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PMDB PP</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1,3)</sup>	2. Romero Jucá (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

**Notas:**

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (23,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,27,56)	2. Paulo Paim (PT) (19,27,55)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)
Inácio Arruda (PC DO B) (17)	4. Expedito Júnior (S/PARTIDO) (24,71)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (16)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (20)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (50,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,52)
Paulo Duque (PMDB) (44)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (S/PARTIDO) (5,9,53,70)	4. Valter Pereira (PMDB) (43)
Valdir Raupp (PMDB) (54,57)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,59,63)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (34)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)
Eliseu Resende (DEM) (29)	2. Efraim Morais (DEM) (36)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (31)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,67,69)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (38)
Kátia Abreu (DEM) (7,37)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,32)
Arthur Virgílio (PSDB) (41,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,60)	7. Mário Couto (PSDB) (13,58,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Alvaro Dias (PSDB) (15,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (14)
<b>PTB (4)</b>	
Fernando Collor (33)	1. Gim Argello (33)
<b>PDT</b>	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
17. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
28. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
29. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
33. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
58. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
60. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
71. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza  
**Telefone(s):** 3303-4607  
**Fax:** 3303-3286  
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza  
**Telefone(s):** 3303-4607  
**Fax:** 3303-3286  
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) <sup>(56,58)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(3)</sup></b>	
César Borges (PR) (23)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,26)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (27)	4. VAGO (24)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB) (33,43,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (47)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (45)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,42)	3. Valdir Raupp (PMDB) (46)
Almeida Lima (PMDB) (48)	4. Gerson Camata (PMDB) (41,49,51)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) (38)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (36,52,53)
Rosalba Ciarlini (DEM) (34)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,32)
Adelmir Santana (DEM) (30)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,31)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
<b>PTB (5)</b>	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,15,39)	1. João Durval (16,40)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins  
**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -  
**Telefone(s):** 3311-4282  
**Fax:** 3311-1627  
**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT) (20)	1. Paulo Paim (PT) (20)
João Pedro (PT) (19)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,22)
Augusto Botelho (PT) (18,28,49)	3. Expedito Júnior (S/PARTIDO) (17,60)
César Borges (PR) (23,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (21,52)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,43,47,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (36,46)
Neuto De Conto (PMDB) (39,44)	2. Valdir Raupp (PMDB) (35,38)
Gerson Camata (PMDB) (45,48)	3. Renan Calheiros (PMDB) (34,40)
Valter Pereira (PMDB) (42,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (37,41)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,27)
Raimundo Colombo (DEM) (25)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (26)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,29)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (8,10,32,57,58)	4. José Agripino (DEM) (30)
Arthur Virgílio (PSDB) (14,53,55)	5. Mário Couto (PSDB) (16,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) (12,56)	6. João Tenório (PSDB) (13)
Marisa Serrano (PSDB) (13)	7. Marconi Perillo (PSDB) (15)
<b>PTB (5)</b>	
Romeu Tuma (9,24)	1. Sérgio Zambiasi (24,51)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
- Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
- Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
- Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
- Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.º 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
18. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
29. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
36. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

44. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
46. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>		<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>		
VAGO <sup>(2)</sup>		1. Paulo Paim (PT)
VAGO <sup>(4)</sup>		2. Expedito Júnior (S/PARTIDO) <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>		
Valter Pereira (PMDB)		1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)		2. Mão Santa (S/PARTIDO) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>		
Gilberto Goellner (DEM)		1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(3)</sup>
		2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)		3. VAGO <sup>(4)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)		

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
6. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(4)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (S/PARTIDO) (19,52)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,46)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (18,44)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
Lobão Filho (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,38)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,43,48)
Valdir Raupp (PMDB) (36,42)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,53)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (23)	1. Gilberto Goellner (DEM) (24)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (28)
José Agripino (DEM) (6,12,30)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (27)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,31)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,31)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,45)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Sérgio Zambiasi (29)	1. Fernando Collor (29)
<b>PDT</b>	
Flávio Torres (13,32,50,51)	1. Cristovam Buarque (33)

**Notas:**

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
45. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
46. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -  
**Telefone(s):** 3311-1120  
**Fax:** 3311-2025  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (S/PARTIDO) <sup>(4)</sup>	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scmcct@senado.gov.br

## **COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS**

### **1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 05/03/2009

**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(4)</sup>

**1<sup>a</sup> Eleição Geral:** 19/04/1995 **5<sup>a</sup> Eleição Geral:** 23/11/2005

**2<sup>a</sup> Eleição Geral:** 30/06/1999 **6<sup>a</sup> Eleição Geral:** 06/03/2007

**3<sup>a</sup> Eleição Geral:** 27/06/2001 **7<sup>a</sup> Eleição Geral:** 14/07/2009

**4<sup>a</sup> Eleição Geral:** 13/03/2003

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
VAGO (3)	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (2)	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
<b> Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (S/PARTIDO-PI)
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO (5)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (11)	1. VAGO (10)
VAGO (12)	2. VAGO (9)
VAGO (6)	3. VAGO (7)
VAGO (8)	4. VAGO (8)
VAGO (8)	5.
<b>PTB</b>	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>PDT</b>	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

**Atualização:** 27/08/2009

**Notas:**

1. Eleito na 1<sup>a</sup> reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
2. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2<sup>a</sup> reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.

2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(2)</sup>**1<sup>a</sup> Designação:** 03/12/2001**2<sup>a</sup> Designação:** 26/02/2003**3<sup>a</sup> Designação:** 03/04/2007**4<sup>a</sup> Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**Wellington Salgado de Oliveira (MG) <sup>(3)</sup>**DEM**

Marco Maciel (PE)

**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

**PT**

Fátima Cleide (RO)

**PTB**VAGO <sup>(1)</sup>**PDT**Flávio Torres (CE) <sup>(4)</sup>**PR**

Expedito Júnior (S/PARTIDO-RO)

**PSB**

Renato Casagrande (ES)

**PRB**

Marcelo Crivella (RJ)

**PC DO B**

Inácio Arruda (CE)

**PP****PSOL**

José Nery (PA)

**Atualização:** 07/08/2009**Notas:**

1. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.

2. Eleitos na 1<sup>a</sup> Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

4. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Mão Santa ( -PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II – Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

### COMPOSIÇÃO

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)<sup>12</sup>

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)<sup>12</sup>

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)<sup>12</sup>

#### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC) <sup>6</sup>
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) <sup>1</sup>
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS (PDT/PR) <sup>4</sup>
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY (PSOL/PA) <sup>8</sup>
<b>DEPUTADOS</b>	

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) <sup>10</sup>	1. MOACIR MICHELETTO (PMDB/PR) <sup>1</sup>
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) <sup>11</sup>
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/RJ) <sup>5</sup>
GERALDO THADEU (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>9</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP) <sup>2</sup>
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br) [www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão do SF em 10-09-09.

<sup>2</sup> Indicado conforme Of. nº 160/08, do Líder do DEM, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. Sessão do SF de 05-06-08.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. nº 856/07, de 28-11-07, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio. Sessão do SF de 19-12-07.

<sup>4</sup> Indicação do Senador Osmar Dias (Of. nº 28/08, do Líder do PDT), em virtude da renúncia do Senador Jefferson Praia (Of. s/nº, de 09-07-08). Sessão do SF de 09-07-08.

<sup>5</sup> Indicação do Deputado Leandro Sampaio (Of. nº 157/08, da Liderança do PPS), tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro (Of. nº 53/08, de 18-06-08.). Sessão do SF de 19-06-08.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25-10-08. Sessão do SF de 28-10-08.

<sup>7</sup> Indicado conforme Of. nº 949/08, pela Liderança do PMDB. Sessão do SF de 12-11-08.

<sup>8</sup> Indicado conforme Of. nº 269/08, pela Liderança do PC do B. Sessão do SF de 17-12-08.

<sup>9</sup> Indicado conforme Of. nº 266/07, pela Liderança do PPS, de 17-07-07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup>Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar (Of. nº 29/09, de 14-1-09). O Deputado Valdir Colatto renunciou à suplência para assumir a titularidade, conforme o Of. nº 034/09-GAB610-CD, de 11-02-09, e o Of/GAB/I/Nº 12, de 28-01-09.

<sup>11</sup> Indicado conforme Of. nº 177/09, pela Liderança do PMDB. Lido na Sessão do SF de 12-03-09.

<sup>12</sup> Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27-5-09, conforme Of. nº 48/09. Sessão do SF de 28-05-09.

## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**PRESIDENTE:** Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Deputado Severiano Alves

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>  RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b>  SEVERIANO ALVES PDT-BA	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



EDIÇÃO DE HOJE: 158 PÁGINAS

OS: 16820/2009